

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGHIS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**SE FICAR O TREM ME PEGA SE CORRER EU PASSO FOME: A FERROVIA
E A MODERNIZAÇÃO NO CONFLITO DO CONTESTADO. 1912 – 1916**

**Everton Carlos Crema
Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite**

2011

EVERTON CARLOS CREMA

**SE FICAR O TREM ME PEGA SE CORRER EU PASSO FOME: A FERROVIA
E A MODERNIZAÇÃO NO CONFLITO DO CONTESTADO. 1912 – 1916**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Braga Portela

Orientador: Prof. Dr. Eloy Tonon

Catálogo na publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Crema, Everton Carlos

Se ficar o trem me pega se correr eu passo fome: a ferrovia e a modernização no conflito do Contestado. 1912-1916 / Everton Carlos Crema. – Curitiba, 2011.

142 f.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – História – Campanha do Contestado, 1912-1916.
2. Modernidade. 3. Ferrovias. I. Título.

CDD 981.05



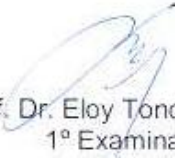
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

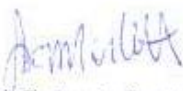
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Everton Carlos Crema, intitulada: **Se ficar o trem me pega se correr eu passo fome: A ferrovia e a modernização no conflito do Contestado, 1912-1916**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e dois de junho de dois mil e onze.

Prof. Dr. Renato Lopes Leite
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Eloy Tonon (FAFIUV)
1º Examinador


Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)
2º Examinador

A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhe diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia o seu peso rompe o dique – é a revolução social, foram os conservadores que a prepararam.

Manoel Bomfim

AGRADECIMENTOS

Não sei, se poderei dar as minhas palavras a dimensão da gratidão para com todos, há tanto e tantos a agradecer, a homenagear, a retribuir, começar se torna difícil... Rogo que não venha a falhar, rogo que não me esqueça de restituir com justiça, tudo o que me foi dado, todas as oportunidades, todos os momentos, que o que escrevo de agora por diante, seja certidão, do que fizemos juntos. Começo aonde tudo começa, em minha casa, cercado de minha família, cercado daqueles que por vezes sorriram e choraram ao meu lado e que me apoiaram incondicionalmente em toda a minha caminhada, agradeço a meu pai Carlos e minha mãe Isaura, meus irmãos Dalton e Rodrigo pelo cuidado que tiveram comigo em todos esses anos, suportando o peso das exigências que se apresentavam, acreditando muito mais em mim, do que eu mesmo. Seu apoio e presença foram imprescindíveis, sei que fariam tudo de novo, com mais vontade, carinho e dedicação, entretanto agora é tempo de agradecer. Obrigado, por zelarem meu caminho, por iluminarem meu percurso, por poder contar com vocês quando lhes pedi e em muitos outros momentos, sem que pedisse, comigo estavam...

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, a todos os professores que nesses anos dividiram comigo em sala de aula, seus saberes, experiências e conselho, espero ser digno do que aprendi e que esse aprendizado, que de suas mãos para minha vieram, para mão de outro possam ir. Agradeço também a secretaria, na figura de Maria Cristina e aos funcionários envolvidos, obrigado. Não diferentemente também agradeço a minha banca de qualificação, Dr. José Roberto Braga Portela, Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira e Dra. Rosane Kaminski pelas sugestões, que me foram de grande contribuição, bem como pelos puxões de orelha, vários, por disporem-se em me orientar em tão diminuto tempo, obrigado.

Agradeço também aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, ao Arquivo Público Municipal de Castro e a Câmara Municipal de União da Vitória Aos colegas de trabalho, tantos e tão importantes do Colégio São José, a meus outrora professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de União da

Vitória – FAFI, hoje, com muito orgulho, meus colegas, em especial a Vice-Diretora Leni Trentin Gaspari, e ao professor André Bueno pelo apoio e incentivo constantes e aos professores Jefferson Willian Gohl e Dulceli Tonet Estacheski, estimados colegas de colegiado, também especialmente, agradeço ao Professor Eloy Tonon, meu professor e membro de minha banca de defesa, obrigado.

Agradecerei aqui, por ordem de chegada, a três pessoas que ajudaram a mudar minha vida, em diversos momentos e por motivos diferentes, entretanto, tão importantes, verdadeiros e significativos, que jamais quero deles distanciar-me. A você Ilton, obrigado, obrigado por ter sido meu professor, por ser meu amigo e por ser meu irmão, há tempos descobri que minha família havia aumentado, não ganhei de você bolo de chocolate, mas ganhei conselho e apoio, para mim tornou-se exemplo, contei contigo da mesma forma que comigo contou, não existem novidades entre amigos, nada que aqui escreva, você já não saiba, obrigado.

A você Solange, meu amor, minha companheira, agradeço sua tolerância, seu apoio, seu amor e sua paciência nos momentos difíceis que vivemos, momentos que não pude estar próximo de ti, seja pela pesquisa ou pela escrita, momentos esses que me enchiam de saudade, a você meu sol, que me enche de alegria, obrigado.

Ao Dr. Renato Lopes Leite, só posso agradecer pela orientação na caminhada e me desculpar pelos meus erros e excessos, saiba caríssimo professor que nesses anos de idas e vindas, passei a admirá-lo respeitosamente, pela atenção e cuidado que dava a mim e a seus orientandos, aprendi também com seus exemplos, com sua dedicação em tudo o que faz, com sua ética e polidez. Se não conseguir tornar-me um bom professor, como meu mestre, espero poder espelhar-me no grande homem que conheci. Professor Renato, mais uma vez, obrigado.

RESUMO

A Guerra do Contestado, como movimento social, sacudiu os sertões dos estados do Paraná e Santa Catarina durante os anos de 1912 a 1916 atingindo uma área de 28 mil Km² do sudoeste paranaense ao noroeste catarinense. Suas origens se relacionam a um intenso processo de modernização das estruturas regionais, potencializadas pela construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, que cortou a região no início do século XX. Ao analisarmos os números e a transformação da economia regional, buscamos demonstrar como esse processo é uma consequência direta das influências da ferrovia, bem como, os impactos sociais resultantes. Em um mundo em transformação, repleto de desigualdades, opressão e miséria os sertanejos do Contestado preferiram recriar um mundo de justiça, fartura e fraternidade, buscando a promessa do paraíso. Dessa forma, recorreremos a transformação do cotidiano e a ruptura dos laços sociais, que permitiam ao sertanejo perceber a mudança e a impossibilidade de adaptação, decorrida da própria velocidade da chegada do capitalismo moderno a região, impossibilitando os grupos caboclos de buscarem espaço, nesse novo “sertão”. No primeiro capítulo apresentamos um debate historiográfico acerca do movimento do Contestado, numa tentativa de percebermos suas principais vertentes interpretativas. Num segundo momento buscamos entender o processo de modernização regional, a partir do aparato ferroviário e a mudança da economia moral ao criar uma nova ordem no espaço. No último capítulo, o processo de transformação da sociedade e economia regional é mais detidamente analisado, a materialidade e os caminhos da crise desenvolvida e a rapidez em que se apresentam, constroem um novo mundo onde reina a modernidade conduzida por seu arauto, o trem.

Palavras-chave: Contestado, Modernização, Ferrovia.

ABSTRACT

If I stay the train catches me, if I run I get hungry: The Railway and the Modernization during the Contestado Conflict. 1912 – 1916.

The Contestado War, as a social movement, shocked the backlands of Paraná and Santa Catarina states between 1912 and 1916 affecting an area of 28 thousand km² from the southwest of Paraná to the northwest of Santa Catarina. Its origins, by another perspective, are related to an intensive process of modernization of the regional structures, reinforced by the construction of the São Paulo - Rio Grande do Sul railway, that cut the region in the beginning of the 20th Century. When analysing the numbers, we search to demonstrate how this process is a direct consequence of the influences of the railway to the resulting social impacts. In a world of transformation, full of inequalities, oppression and misery, the backlanders of Contestado wished to recreate a world of justice, abundance and fraternity, searching for the promise of a paradise. Referring so to the changing of the everyday and the rupture of the social laces, that permitted the backlanders realizing the change and the difficulty of adaptation, as a consequence of the own speed of the arriving of the modern capitalism of the region, precluding the mestizo groups of searching for space in these new “backlands”. In the first chapter we present a historiographical discussion about the movement of the Contestado, attempting to perceive the main interpretative branch. In a second moment we perceive to understand the process of regional modernization from the railway apparatus and the change of the moral economy when creating a new order in the space. In the last chapter, the process of transformation of the society and the regional economy is more deeply detailed, the materialism and the ways of the developed crisis and the speed in which they are presented, build a new world where it is reigned the modernity led by its herald, the train.

KEYWORD: Contestado, Modernization, Railway

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa I - Palco da Guerra, sistema ferroviário e redutos rebeldes.....	81
Mapa II - Vegetação original, domínio a companhia Lumber.....	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Exportação de Madeira em m ³ – Paraná.....	87
TABELA 2 - Exportação de Madeira em m ³ – Santa Catarina.....	89
TABELA 3 - Exportação de Mate em Réis – Santa Catarina.....	125

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE TABELAS	11
INTRODUÇÃO	13
1. A PROBLEMÁTICA DO CONTESTADO: VERTENTES INTERPRETATIVAS	24
1.1 QUESTÕES HISTÓRICO – TEMPORAIS.....	40
1.2 DA ESTRUTURA SOCIAL: NOTAS SOBRE GRUPOS E HIERARQUIA.....	45
1.3 DO USO DA TERRA: COTIDIANO, AGENTES E ECONOMICIDADE.....	52
2 OS IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MORAL	59
2.1 MODERNIZAÇÃO E FERROVIA.....	70
2.2 A ECONOMIA EXTRATIVISTA E O PROCESSO MODERNIZADOR: NOVA ORDEM NO ESPAÇO.....	83
3 OS CAMINHOS DA TRANSFORMAÇÃO, A MATERIALIDADE DA CRISE	94
3.1 A TERRA.....	97
3.2 DA ESTRUTURA POLÍTICA: O CORONELISMO REGIONAL.....	108
3.3 DA PECUÁRIA E DO TROPEIRISMO.....	114
3.4 O EXTRATIVISMO DO MATE E DA MADEIRA E AS DISPUTAS FISCAIS.....	120
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
5 LISTAS DE FONTES	137
5.1 FONTES IMPRESSAS.....	137
5.2 FONTES ELETRÔNICAS.....	137
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICOS	138

INTRODUÇÃO

É verdade que nos agrupamos aqui no Taquaruçu mas isto não foi feito contra o governo. Nós queríamos tratar o nosso corpo doente com José Maria e praticar nossa religião católica romana como os padres nos ensinaram, e fazer comunitariamente as nossas orações. Há nisso alguma coisa que vai contra a lei? Tivemos grandes gastos, tudo nós mesmos pagamos, não roubamos, nem usamos violência contra nosso semelhante. Quem se agrupava era recebido amigavelmente e o sortíamos com o necessário, mesmo se não tivesse contribuído com nada e não quisesse fazê-lo para o sustento coletivo. Seria isso contra as leis da nação? Um pequeno grupo estava armado de sabre. Era necessário para manter a ordem no acampamento. Também não leva cada um a sua arma quando viaja? Até nas cidades a maioria anda armada. Então aqui não há infração. Por que nos xingam de bandidos e expedem soldados contra nós, para nos matar? Qual foi nosso crime? Não nos obrigamos, obedientemente, a nos separar e voltar às nossas ocupações pacíficas quando o prefeito [coronel Domingos Soares] de Palmas (o primeiro que fez isto) nos concitou, em nome das autoridades? Eles imaginavam ver em nós um perigo para a coletividade. Onde está o nosso crime? Por que não respeitaram o prazo de três dias para a saída [de Irani] e alcançar nossos locais de trabalho? João Gualberto cercava-nos já no segundo dia, ele e sua gente, e não tivemos outro jeito: ou morríamos ou nos defendíamos. Nesta desesperada situação naturalmente fomos as armas. Há crime nisto? ¹

A indicação acima refere-se ao ano de quando os sertanejos “vieram a Campos Novos para convidar José Maria a comparecer à Festa do Bom Jesus, que acontecia dia 6 de agosto em Taquaruçu”². No contexto do início do século XX o ajuntamento ampliou as rivalidades políticas e as disputas pela terra, próximas à cidade catarinense de Curitiba. As refregas coronelísticas em nível regional são o pano de fundo desse processo, tencionando e dicotomizando grupos políticos pelo mando regional. Cingidas as estruturas sociais, sertanejos e caboclos confrontavam-se numa instabilidade reinante. A forte tradição religiosa dos sertanejos expressa no catolicismo rústico como forma de autoafirmação de suas práticas e seu modo de vida, apresentava-se como um remédio em épocas difíceis. Assim como os profetas bíblicos se ajuntaram em busca de redenção, caboclos de todas as partes se reúnem em

¹ STULZER, Aurélio. Apud. Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004 p. 192.

² Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.177-178.

Taquaruçu, para a tradicional Festa do Divino, seja pela fé ou pela fome, lá permaneceram liderados por José Maria, beato, curandeiro, profeta e caboclo.

O ajuntamento de “fogos” na região fragilizou ainda mais o equilíbrio reinante, as incertezas e possibilidades advindas de numeroso grupo e de sua condição social escapavam aos controles dos coronéis, de novidade, tornaram-se ameaça que se somaram às constantes disputas políticas entre o Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, aliado da poderosa família Ramos de Lages e Henrique de Almeida, coronel em Curitiba, popularmente, conhecido como “Henriquinho”. Os caboclos, entremeados nessa disputa e fugindo de Taquaruçu, vão em direção dos campos de Palmas território paranaense, precisamente na localidade de Iraní confrontando-se, violentamente, com tropas do Regimento de Segurança do Paraná que junto às autoridades daquele estado, temiam ser essa uma manobra catarinense que se justifica a posse das terras em relação a Questão de Limites. Na luta, caem José Maria e o Coronel João Gualberto. Depois da refrega “a expedição do coronel Phyrro, chefe de uma coluna do exército que desceu pela ferrovia e circulou por um mês pelos campos de Palmas, concluiu que, depois da morte do monge, os sertanejos se haviam dispersado e não ofereciam mais nenhum perigo.”³ Passado o tempo, reagrupados em Taquaruçu, movidos pela fé em José Maria, buscando na santa religião cabocla o bálsamo para seu sofrimento, levantam-se esses homens e mulheres em busca de igualdade e um pedaço de chão, fugiam das perseguições e da violência, da fome reinante e do trem, o quadro de crise já estava posto.

Acreditamos que o processo de modernização⁴ da economia regional e da transformação das estruturas produtivas regionais em grande medida articuladas à construção de um aparato ferroviário, possibilitou a criação das “condições de partida” de um intrincado processo histórico que se apresentou na região de variadas formas e grande intensidade, com mudanças que não se restringiram aos trilhos. Tomando de assalto a vida dos caboclos, seus costumes e hábitos regionais, arrebatados pelas mudanças que vinham junto

³ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. op. cit. p. 188.

⁴ Entende-se por Modernização o conjunto de mudanças operadas a partir de um processo contínuo de difusão de valores e técnicas européias, se relaciona com o surgimento de formas políticas, econômicas e sociais dirigidos para fins específicos. (BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO. 2004: 772 – 773)

aos vagões de carga. Inicialmente, essas mudanças não foram percebidas de forma objetiva pelas populações da região. Entretanto, apresentaram-se de forma muito mais concreta, seja na violência imposta, na expulsão da terra ou na subversão do seu modo de vida. Nesse processo, se estabelece comparativamente, uma analogia entre “dois mundos”, um rural, arcaico e tradicional ligado à pecuária, à subsistência agrícola e extrativista, que construiu seu espaço político-social. Outro, moderno e pujante, no qual o racionalismo produtivo imprimia uma nova realidade, a economia e a sociedade da região do Contestado, por um articulado e organizado processo econômico operado pelas estruturas do capitalismo.

Portanto, a partir da chegada da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul à região, por volta de 1910, articula-se esta discussão, a qual, de todo, objetiva relacionar o conflito do Contestado ao processo de transformação econômica da região. A ampliação do aparato ferroviário na região acaba por anunciar a Guerra do Contestado, ainda que o início dos conflitos tenha se dado em 1912, para Maria Izaura Pereira de Queiroz,⁵ os confrontos já haviam começado em 1911. Divergências à parte é importante perceber a relação causal e a proximidade temporal entre a entrega do trecho ferroviário União da Vitória – PR e Marcelino Ramos – RS, em dezembro de 1910, e os crescentes ajuntamentos que já se faziam próximos a Curitiba, acerca “das últimas festas do padroeiro no Arraial das Perdizes Grandes, que costumavam realizar-se na semana de janeiro em que caísse o dia de São Sebastião, sabia-se que tinham sido transformadas em reuniões de agitação contra a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.”⁶ No mesmo ano que o trecho ferroviário em questão começa a ser construído, pode-se constatar ajuntamentos nas festas religiosas, do que se depreende primeiramente: a relação direta entre a ferrovia e os conflitos de interesses que já se anunciavam com a demarcação do traçado ferroviário e do processo de desapropriação / expulsão da terra e segundo: como a própria religiosidade conduziu o processo de luta e resistência cabocla.

⁵ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **La “Guerre Sainte” au Brésil: le mouvement messianique du “Contestado”**. São Paulo: USP, 1957.

⁶ QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 83-84.

Entendeu-se que as regiões em questão possuíam alguma estrutura econômica moderna ou relacionavam-se com estas de alguma forma, porém, não em condições de iniciar uma viragem daquela economicidade, dos costumes e da tradição local como quando da chegada da ferrovia. Supondo assim, pode-se argumentar que a chegada do trem na região cria condições de mudança, adaptação e implementação econômica que em nenhum outro momento a pecuária, nem mesmo os coronéis, nem o Estado conseguiram transformar, tanto quanto a ferrovia, com a magnitude e eficácia que o sistema capitalista articulou de maneira inconfundível. O desenvolvimento tecnológico decorrente da ferrovia permitiu a criação de novas formas econômicas, ou ainda, a potencialização dos processos produtivos vigentes, seja através da racionalização industrial pela qual passou o extrativismo da erva-mate e da madeira, seja pela valorização e privatização crescente da terra. Toda a economia local acaba por ser redirecionada para novas possibilidades, que a dinâmica do transporte ferroviário passa a engendrar. Novas e renovadas perspectivas econômicas se apresentam intensamente, operacionalizando-se rapidamente, substituindo e findando arcaicos modelos produtivos e métodos extrativistas rudimentares.

Sua tecnologia tornava possível trazer regiões outrora inacessíveis de forma efetiva para a esfera do mercado mundial, por meio da ferrovia e do vapor. As convulsões sociais que sucederam à transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos um padrão de comércio em larga escala, afrouxaram os laços tradicionais entre os homens e a terra de seus ancestrais, especialmente quando descobriram que não possuíam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias.⁷

A mudança, desejada pelas elites regionais, que passava a inaugurar novos e modernos tempos, não se apresentou de forma tão espetacular assim para as populações sertanejas como para os coronéis latifundiários e elite regional. O caboclo percebeu a exploração e a diminuição de seus combalidos meios e recursos. A introdução e ampliação de um sistema de produção moderno e sua racionalização, somada à especialização produtiva introduziram atravessadores, repassadores e distribuidores, que retiraram do caboclo o

⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital** (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 245.

ganho direto por seu trabalho como agricultor, toreiro⁸ ou ervateiro, aumentando ainda mais a pobreza regional e a concentração de capital dos grupos mandatários locais.

De outra forma, não se busca diminuir o caráter e o papel da religiosidade cabocla dentro do conflito do Contestado, pois, percebe-se a religiosidade como parte integrante da cultura cabocla. Muito menos deseja-se abordar uma perspectiva historiográfica inusitada, o que se constituiria uma inverdade já que outros trabalhos abordaram, em maior ou menor proporção, a influência do papel econômico no conflito, pois, viram nas transformações produtivas e na penetração do capitalismo moderno na região elementos condicionantes da revolta do Contestado. Acredita-se que o apontamento preciso, das origens do conflito do Contestado pode também ser compreendido se observado o papel da ferrovia que corta em sentido norte – sul a região. A proposta permite deslocar o olhar historiográfico sobre o assunto, já que os processos de modernização na região também compreendiam a ferrovia e suas estruturas e influências como algo complementar e não determinante.

Por final, verifica-se que a ferrovia é um elemento central dentro desse processo de transformação e desestruturação, seja pela limitação produtiva, seja ainda pela crise do compadrio⁹ e da prática da agregação¹⁰. Nesse contexto, a análise empreendida passa, obrigatoriamente, pela ferrovia, observando o período de conclusão dos traçados ferroviários, em dezembro de 1910, sua área de inserção e abrangência relaciona-se às mudanças no pensar, agir e produzir da região. Esse esforço progressista acabou por incorporar todo um novo referencial de valor e identificação social, ordenando o novo mundo que se apresentava. O novo discurso passou a orientar a ordem vigente e a determinar os rumos desejáveis à nação, uma nação que não pôde, nesse contexto, ser compreendida como a totalidade de seus membros, mas somente àqueles que estavam comprometidos e identificados com o progresso. Os sertanejos, de forma geral, não desejavam ou não compreendiam a

⁸ Refiro-me ao trabalhador envolvido com a extração de madeira na região, extração de toros de madeira.

⁹ Prática costumeira no interior do Brasil onde homens e suas respectivas famílias por vínculo político e espiritual, buscam proteção e diferenciação social em suas comunidades, constroem-se laços de codependência e coobrigação que sustentam e nivelam as relações sociais.

¹⁰ Fala-se daquele que passa a trabalhar em terras de outro, pelo uso da terra, presta serviço periódico ou não ao proprietário da mesma, sujeitando-se ao mesmo – agregado, aquele que esta junto à família extensa.

funcionalidade do progresso, suas promessas ou suas vontades, não faziam parte da nação, não faziam parte de nada, aliados de seu próprio mundo.

Apesar de discutir-se o caráter criador do capitalismo e suas formas mirabolantes de dominação, não se pode pensar que somente o trem e seus maquinismos, pudessem colocar abaixo toda uma sociedade e seus costumes. Precisa-se compreender que a ferrovia possuía representações diferentes para os indivíduos ou grupos sociais da região. Diferenciação que, gradualmente, foi se dissipando pela imposição de um novo modo de vida, a economia agrária tradicional vai dando lugar a um modelo econômico, mais moderno e dinâmico, aproximando-se de um modelo de capitalismo moderno.

No decorrer do século XIX, a modernidade e a tecnologia foram obsessivas para parte da elite ilustrada da Latino-América. Construíram-se, por assim dizer, uma meta e um sonho latino-americanos: ser moderno, participar da rota do progresso, tornar-se uma grande nação, desfazer a imagem do exotismo tropical do atraso e da inércia.¹¹

Entretanto, o ideário moderno-progressista não é identificável e apreensível para todos; é, sobretudo, algo desejado, para aqueles que inseridos na sua lógica, podem compreender efetivamente o que se descortina por trás das máquinas e dos inventos fabulosos que “...buscavam impor-se com a força de certezas...”¹² As expectativas e as satisfações que emergem das promessas do capitalismo moderno não eram apreensíveis para a totalidade dos indivíduos, nem buscava essa realidade, alcançar a todos. Portanto, é pela análise do caráter econômico-social, da ruptura das relações políticas e culturais que se pretende desenvolver nossa argumentação buscando relacionar as mudanças geradas pela ferrovia e seu processo de transformação ao projeto de modernização que atinge a região no início do século XX. “É somente com o amadurecer do processo capitalista em curso que a tecnologia apresentará o seu caráter de domínio não só sobre a natureza, mas também de controle social, dos homens sobre seus semelhantes”.¹³

¹¹ PESAVENTO. Sandra Jatahy. **Exposições Universais** - Espetáculos da Modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 16.

¹² Id. p. 21.

¹³ PESAVENTO. Sandra Jatahy. **Exposições Universais** – op. cit. p. 19.

Ante as novas perspectivas de produção de mercado e de lucro, a terra rapidamente se valorizou, acompanhando as possibilidades e expectativas de riquezas que seduziram as elites regionais. Alguns sertanejos também vislumbraram novas vontades e desejos, um novo mundo em meio à desarticulação de suas tradições e dos vínculos de dominação pessoal. Em geral, foram gradualmente excluídos das promessas do capitalismo; elas não se concretizaram para todos, muito menos para os caboclos, pois não refletiam os valores de uma nova “economia moral”.¹⁴

O que havia começado, e muito concretamente, era a antinomia do sonho – o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua. A caminho de sua realização plena, a ordem capitalista dava início à impiedosa desmistificação das relações de dominação que, desnudadas, mostravam sua verdadeira face.¹⁵

Sendo assim a presente dissertação encontra-se disposta da seguinte maneira. No primeiro capítulo trata-se, inicialmente, do panorama histórico da região e de sua localização, permitindo observar aquela sociedade, suas estruturas econômicas e perspectivas culturais que se objetiva discutir, a fim de que se possa contextualizar os sertões, os caboclos e seu modo de vida. Também destacam-se algumas considerações acerca da geografia e das estruturas predominantes, tais como: o coronelismo, o compadrio e a agregação, o tropeirismo, a extração ervateira, madeireira e a colonização. Discussões historiográficas, acerca das obras de Queiroz,¹⁶ Monteiro,¹⁷ Machado,¹⁸ serão apresentadas, discutidas e criticadas no primeiro capítulo pois, acredita-se encontrar importantes subsídios de embasamento em relação à presente proposta. A diversidade de obras, temporalidade e perspectivas de análise buscam relacionar uma variedade maior de referenciais historiográficos, dada a abrangência e a generalização de fatores inseridos no processo de modernização, crise e ruptura que se apresentou.

¹⁴ Definimos economia moral como o conjunto de hábitos, costumes, práticas e modos produtivos que estavam ligados ao cotidiano material, suas expectativas e satisfações. Conceito que iremos discutir posteriormente.

¹⁵ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 31.

¹⁶ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** op. cit.

¹⁷ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

¹⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. op. cit.

No segundo capítulo, tratam-se dos referenciais teóricos e historiográficos contextualizando o conceito de modernidade, suas representações, seus agentes, perspectivas e desdobramentos. Destacar-se-á a mudança, a partir do problema econômico, em especial, em relação às mudanças e às adaptações para com os usos e costumes reinantes; no qual o costume pode ser compreendido como o conjunto de normas construídas e tolerâncias estabelecidas sociologicamente, pelos grupos sociais, que passam a vigorar dentro das relações cotidianas de produção de uma comunidade. Possui uma lógica estabelecida espacial e temporalmente, “também pode ser visto como um lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político.”¹⁹

É o costume, portanto, a consagração da tradição. Busca-se, ainda, no segundo capítulo, apresentar a ferrovia como objeto de pesquisa relacionando-a ao conflito do Contestado e a modernização econômica e suas estruturas, nas quais o país e, sobretudo, a região do Contestado vivenciaram durante a República Velha. Dessa forma, o costume é aceito como tradição e reproduzido pela sociedade sertaneja da região, através da atividade cotidiana, seja pelas relações pessoais e familiares, seja pelo cultivo da roça cabocla, da pecuária ou do extrativismo vegetal. Isso permitirá se observar os desdobramentos econômicos e as transformações regionais, sobretudo em relação ao extrativismo, bem como, o interesse do capitalismo desenvolvido analogamente à construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande e o ramal desta, União da Vitória – PR a Marcelino Ramos – RS.

No terceiro capítulo procurou-se mais detidamente analisar o processo e as consequências da modernização econômica da região e o papel desencadeador do trem. Nessa perspectiva, enfocam-se as relações interclasses, o modelo produtivo regional, as emergências, rupturas e crises do tecido social, as lutas políticas regionais, os conflitos de fronteira, a exploração ervateira e madeireira, as transformações da terra, a diminuição das distâncias, do tempo, das percepções focadas pela mudança que a ferrovia determina e possibilita e que o mundo moderno faz chegar até a região a partir do trem. Portanto, que ainda essas questões sejam apresentadas nos capítulos iniciais,

¹⁹ Id. p. 95.

articulando a proposta da dissertação, serão elas detidamente analisadas, articuladas e ampliadas, demonstrando o que mudou nas estruturas regionais, como se percebeu essa mudança e quais as consequências.

As fontes utilizadas na pesquisa incorporam o discurso oficial, o que se apresentou de forma salutar, pelas próprias perspectivas de análise, que buscam determinar o processo de modernização, suas transformações e determinações na região do Contestado. A fonte principal são os relatórios anuais apresentados pelos governadores dos Estados do Paraná e de Santa Catarina na abertura das assembleias regionais, nos anos de 1910 a 1920. Encontram-se especificadas as mensagens de oito (8) Presidentes dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, (1910 - 1920) perfazendo 1.561 páginas de relatórios.

Mensagens dos Presidentes de Estado Paranaense:

- Presidente Francisco Xavier da Silva. (1910 – 1912) p. 52.
- Presidente Carlos Cavalcante. (1913 – 1916) p. 202.
- Presidente Afonso Alves Camargo. (1917 – 1920) p. 221

Mensagens dos Presidentes de Estado Catarinense:

- Presidente Gustavo Richard. (1910) p. 55.
- Presidente Vidal José de Oliveira Ramos. (1911 – 1914) p. 628
- Presidente João Guimarães Pinho. (1915) p. 40.
- Presidente Felipe Schmidt. (1916 – 1918) p. 228.
- Presidente Hercílio Pedro da Luz. (1919-1920) p. 135

Nos relatórios estaduais, encontra-se toda a vida burocrática, fiscal, econômica, política e policial dos senhores Presidentes de Estado durante seus respectivos mandatos, as representações e a visão das autoridades estaduais para com o conflito e os “fanáticos” do Contestado. Suas análises permitem observar como o Estado impôs às populações serranas e aos sertanejos do contestado, o projeto de desenvolvimento e de modernização, a normalização da ordem para a obtenção do progresso material desejado a todo custo.

A morosidade do povoamento do nosso solo, o desaproveitamento das nossas fertillíssimas terras encontram a sua explicação nas dificuldades de transporte. A troca de

utilidades e serviços o homem é fatalmente impellido quando o é à vida em sociedade. É esse um phenomeno de ordem instinctiva e natural. “Existe, porque são diferentes a capacidade productiva das regiões do planeta, diferentes as aptidões de trabalho e a produção das raças humanas que o povoam”. A permuta de bens econômicos encontra um obstáculo invencível na falta ou dificuldade de transportes. Dahi o retrahimento e o marasmo da vida econômica do nosso Estado. Sem transportes fáceis e baratos que colloquem em contacto o productor e o consumidor, o desenvolvimento de um Estado é por demais demorado e lento, senão inteiramente impossível.²⁰

Dessa forma, pode-se observar pelas palavras de Vidal Ramos, Presidente do Estado catarinense, que apesar do desejo de progresso, ele próprio reconhecia as diferenças produtivas, sociais e culturais às quais existiam entre seu Estado, sobretudo entre as regiões “litorâneas” e de “serra”, bem como, sua riqueza. Entretanto, o marasmo econômico e o desaproveitamento dos recursos seriam resolvidos se “somente” fossem criados meios de transportes “fáceis e baratos”, aproximando mercados consumidores e produtores. A perspectiva de Vidal Ramos mostra-se interessante por demonstrar a relação dos meios de transporte, sobretudo a ferrovia, ao desenvolvimento e crescimento econômico regional, de forma precisa e inequívoca, como se somente o surgimento de um aparato viário pudesse romper com as estruturas economias tradicionais. Tudo se transformaria e se concatenaria aos meios de transporte, as ferrovias, as diferenças produtivas, as aptidões e capacidades de trabalho que se apresentavam diferentemente em todo o Estado desapareceriam, se homogeneizando.

Apesar das limitações das fontes sobre o caboclo e a sua visão sobre o conflito do Contestado no discurso oficial ou, ainda, quais motivos e desejos apresentam-se “aos olhos” do sertanejo, pode-se observar sua revolta de forma explícita, materializada na sua luta constante contra a exploração e a miséria.²¹ Também direcionada para com os coronéis e empresas exploradoras e colonizadoras. Da fala cabocla emergem os motivos de sua luta e indignação, evidenciando de forma simples o desejo de manutenção de seu modo de vida. Utilizando as análises dos autores referenciados, busca-se encontrar o caboclo

²⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 08.

²¹ Buscaremos suprir essa lacuna através da obra e depoimentos catalogados por Duglas Teixeira Monteiro, bem como, a bibliografia específica utilizada em nosso trabalho.

e os motivos que remetem a sua luta. Esse exercício de análise sobre obras e fontes de recortes temporais e perspectivas historiográficas diversas, consiste em uma perspectiva de análise, conciliada à multiplicidade de interesses. Determinada a temporalidade pelas fontes e historiografia, estabeleceram-se as décadas iniciais do século XX. Sobretudo, por estar posta antes da implementação da ferrovia, percorrendo o período do conflito.

Ou seja, pretende-se compreender em que condições se efetiva a modernização da economia regional e qual a influência desse processo na revolta sertaneja. Deseja-se que estas discussões e objetivações possam vir a contribuir para os estudos de história regional acerca do Contestado, oferecendo uma dentre várias alternativas de pesquisa que emergem desse assunto tão magnético e diverso; longe de privilegiar esse ou aquele aspecto durante a pesquisa, buscamos criar condições de análise que partindo da modernização econômica pudessem açambarcar as mais diversas áreas e perspectivas possíveis.

1 A PROBLEMÁTICA DO CONTESTADO: VERTENTES INTERPRETATIVAS

Aqui no primeiro capítulo, discutiremos alguns autores que se notabilizaram pelos seus escritos, suas obras serviram de referência para diversos estudos sobre o Contestado e não diferentemente este. Suas abordagens variam entre perspectivas sociais, religiosas e políticas, até mesmo porque, a escolha se fundamentou a partir dessa dinâmica. A ideia de buscar leituras clássicas e consolidadas historiograficamente criou um pano de fundo em nossa trajetória, retomando suas ideias em outra direção. Também apresentaremos um histórico regional, destacando as principais características geográficas e econômicas, passando pela hierarquia e estruturação social, suas permanências e a construção do processo de mudança social.

Dentro das perspectivas historiográficas existentes, analisaremos algumas obras que possam servir de subsídio à proposta da dissertação, obras consagradas acerca do tema, que abriram caminho para diversos trabalhos e linhas de pesquisa,²² no sentido de apresentar alguns importantes referenciais interpretativos do movimento do Contestado, aproximando tais leituras ao processo de crise e transformação estrutural nas regiões disputadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. A escolha da obra Maurício Vinhas de Queiroz²³ repousa em sua importância historiográfica, ou ainda senão pela aproximação das áreas de pesquisa a perspectiva defendida, pensando o messianismo a partir de seus constitutivos sociais, articulando o surto messiânico à vertente política de conflito social, permitindo observar a relação entre o processo de crise estrutural e a revolta social apresentada pelos caboclos da região. Portanto, o debate da referida obra justifica-se por incorporar constitutivos histórico-sociais estruturais à presente proposta. Queiroz preocupou-se em discutir o messianismo em suas fases, a partir da dinâmica, problemas e conflitos sociais vigentes na região e sua articulação.

²² São: QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** op. cit.; MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século.** op. cit e MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** op. cit. Indiretamente nos utilizamos de ARDENGHI. Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis.** Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003.

²³ QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** op. cit.

[...] segundo a qual as tensões sociais são provocadas em virtude da contradição entre objetivos culturais aceitos pelas pessoas e a ausência de normas institucionais para atingir seus objetivos, podemos assegurar que o Contestado se originaram principalmente do anseio de terras, de bem estar e de segurança que era sentido pelo povo sertanejo. [...].²⁴

Ainda que a obra do autor pata do surto messiânico, deve-se compreender que toda a sua articulação acerca do conflito relaciona-se ao processo de crise e transformação da terra, a qual consistia, o *lócus* onde se estabeleciam as relações sociais e culturais dos caboclos de forma, tão pragmática, que a própria terra era uma extensão do mundo místico caboclo, lugar de autorreconhecimento. Portanto, as mudanças econômicas que atingiram a região do Contestado no início do século XX, acabaram por transformar o caráter e o valor da terra. Transformação essa que se evidenciou, mais claramente, para o sertanejo quando se apresentou de forma violenta no processo de apropriação e expulsão da terra:

O sentido trágico de todos os surtos messiânicos parece implícito na própria situação social em que eles costumam surgir e segundo a qual a coletividade que se revolta não tem possibilidades objetivas de vitória, dado que não pode – por causas muito concretas – viver independentemente ou estabelecer novas relações entre os homens no processo econômico de produção rotineira dos bens.²⁵

Quando as estruturas políticas, sociais e econômicas avalizadas na terra e seu uso já se encontravam em transformação, coube ao sertanejo uma nova conformação diante do que se apresentava, o aumento das tensões permitiu a condensação do misticismo religioso e sua transformação em movimento messiânico. A impossibilidade, por parte dos sertanejos, de alcançarem seu universo de expectativas, de encontrarem reconhecimento e satisfação expressa em seu mundo, rapidamente, converte-se de recusa em revolta. Segundo Queiroz, o messianismo do Contestado configurou-se em um movimento do tipo clássico²⁶. Entretanto, para o autor, cedo ou tarde, a comunidade tende a uma readaptação das estruturas vigentes ou a desalienação do processo.

²⁴ Id. p. 72.

²⁵ Id. 29.

²⁶ Segundo Queiroz: Os movimentos messiânicos do tipo clássico acabam por desenvolver-se dentro de uma escatologia, desde a prenúnciação à parúsia, ou seja, do sofrimento a salvação.

Dentro dessa lógica, permite-nos o autor pensar o Conflito do Contestado segundo as mudanças de caráter material, a transformação da “experiência” e das “expectativas” mantidas e desejadas pelos sertanejos. Essa nova realidade materializada, ou melhor, as mudanças nos sistemas produtivos e no cotidiano distinguiram-se, progressivamente, apresentando-se mais adequadamente a construção de uma linha norteadora que conduz a revolta sertaneja não pela “alienação religiosa”, mas sim, pelo caráter material e seus desdobramentos.

Essa desalienação exprimiu-se ainda na formulação de queixas e reivindicações de teor absolutamente secular, como aquelas que foram transmitidas a Matos Costas e segundo as quais “o Cel. Arthur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras”.
27

Nesse ponto, criticamente, Queiroz buscou analisar o messianismo no Contestado a partir das mudanças estruturais regionais e comparativamente, estabelecem parâmetros entre o processo de crise e transformação sertaneja em suas significações religiosas. Queiroz conseguiu costurar uma articulada relação entre as fases do messianismo e o conflito social latente no Contestado. Dessa forma, pôde materializar os pontos de mudança de fase pelo qual o movimento messiânico passou, articulando às condições materiais específicas que os caboclos vivenciaram, como se a cada mudança social, em sua realidade, pudéssemos perceber, conseqüentemente, mudanças no cristianismo rústico, expressão mágica dessa realidade. Essas articulações permitem-nos, com objetividade, compreender a relação entre as reivindicações seculares e o surgimento de crenças escatológicas. Para este autor, o messianismo possuiu fases distintas: “São elas 1) a prenúnciação, 2) a vida pública do Messias e sua paixão, 3) a dispersão dos discípulos e surgimento da crença de ressurreição, 4) o reagrupamento dos crentes a espera do *millenium*, e 5) a evolução posterior, com a prolação da parúsia”.²⁸ Estabelecida às fases do messianismo, busca-se relacionar as mesmas à conjuntura política, econômica e social, alternando a articulação desenvolvida pelo autor, que parte do messianismo a fim de explicar o conflito social. “Importa observar que foi aqui, no apogeu de tais lutas que, pela primeira vez,

²⁷ QUEIROZ. Maurício Vinhas. Id. p. 255.

²⁸ Id. p. 255-256.

em nossa História, as massas camponesas manifestaram a clara consciência da necessidade de garantir o seu direito de terras”.²⁹

Inicialmente, a prenúnciação deve ser compreendida como o anúncio do próprio fim do mundo, em que ocorre o aparecimento ou acirramento de crenças escatológicas. No Contestado, a figura do monge passou a ser identificada com a do salvador, “porque um santo como aquele não morre, que está encantado no Taió e que um dia voltaria para livrar a sua gente dos sofrimentos.”³⁰ Partindo dessa perspectiva, deve-se observar, factualmente, que tanto os Monges José Maria, morto no combate em Irani - e João Maria - desaparecido na serra do Taió, estão ausentes, anteriormente à fase da “prenúnciação” e que como desejo e crença do povo, aguardariam a sua volta re-encarnada para pôr fim ao seu sofrimento, trazendo-lhes a redenção. Notadamente, as condições sociais passaram por um processo de agudização, o que permitiu aos sertanejos criarem uma visão escatológica acerca de seu cotidiano. A prenúnciação, deste modo, revela elementos necessários de compreensão por parte dos caboclos que acabam por depositar sua fé e crença na mudança, através do campo espiritual, na “santa religião”, por conseguinte, as limitações desses grupos indicam a impossibilidade de se manter ou reelaborar patamares aceitáveis em seu cotidiano, denunciando de certa forma uma recusa ou inaptidão em readequarem-se a nova vida.

Uma fuga supra-naturalística dos grupos sertanejos pode ser percebida como a ruptura do mundo como lhes era compreendido, esse rompimento com o mundo manifestou-se de formas simultâneas e correlatas, pois num primeiro momento as mudanças econômicas e suas decorrências impuseram todo um novo cotidiano, hábitos e valores sem que fosse permitida aos sertanejos a reprodução de seu modo de vida, seu “costume”. Sem condições de reproduzir seu cotidiano, somada à nova realidade transformada, catalisou-se o desespero do caboclo pela prenúnciação de um messias e da negação do mundo material.

A vida e a paixão do messias podem ser apontadas como constitutivos morais do grupo. Em vida, José Maria vivia resignadamente, não aceitava dinheiro ou pouso por seus serviços, dormia perto de córregos e era admirado

²⁹ Id. p. 13-14.

³⁰ Id. p.256.

e identificado pelos sertanejos como “gente sua”, pela simplicidade e similaridade de seus hábitos. Já sua paixão, ou sofrimento está diretamente ligado à redenção de seu povo, pois sendo José Maria morto em combate por tropas estaduais a “soldo dos coronéis” tornou-se inequívoca sua missão e inequívocos seus inimigos, a morte trágica e seu sacrifício, permitiu ao grupo a construção de um novo mundo ao redor do mito do salvador. Queiroz relembra:

Destacou-se uma criação imaginária popular: a certeza de que estava prestes a principiar a Guerra de São Sebastião, a qual abriria para os sertanejos uma vida de justiça e fraternidade. Chegaram mesmo os discípulos mais seguros e exaltados de José Maria a marcar a data em que o mestre ressurgiria em seu esplendor a todos os fiéis, no início de uma vida nova, em que não haveria misérias e até os velhos se tornariam jovens.³¹

Dessa maneira, longe de se discutir a conformação do messianismo no Contestado, importa para fins dessa dissertação, discutir as motivações sociais que permitiram o surgimento da crença no messianismo, e o crescente ajuntamento de sertanejos nas cidades santas. Entende-se que as mudanças nas relações econômicas desestabilizaram a cultura local, tornando-se um terreno fértil para que vicejassem idéias messiânicas. Todo o novo mundo construído somente refletiu a negação dos abusos, da miséria e das injustiças pelas quais os sertanejos passavam, fruto das vontades dos coronéis. Cabe-nos refletir o que permitiu a crença na nova parúsia³², se não mudanças de caráter estrutural que vieram se desenvolvendo a partir do capitalismo moderno, de seu racionalismo, A mudança se impôs derrubando, com a mata, o modo de vida do caboclo sem permitir-lhes outro lugar.

A dispersão e ressurreição cumprem o desígnio profetizado, assim como, os apóstolos fugiram das perseguições e se re-encontraram em graças no Pentecostes, o drama bíblico foi transfigurado, na tragédia camponesa, os crescentes ajuntamentos que se verificaram na região congregam as promessas renovadas de um mundo novo, na “terra sem males”, na salvação. Acredita-se que o aumento dos conflitos na terra e da crise social estavam diretamente ligados ao aumento dos ajuntamentos ao redor de Taquaruçu e do surto messiânico. Acorriam para as “cidades santas” fugindo do “novo” e

³¹ Id. p. 258.

³² Termo que significa o regresso de Jesus Cristo, no final dos tempos, para o Juízo Final, trazendo a redenção para os crentes e a danação para os inimigos da “santa religião cabocla”.

retomando seus valores comuns e práticas cotidianas. A repressão apresentou-se, rapidamente, contra os “pelados”, não só por seu travestido caráter “monárquico”, mas pelo próprio ajuntamento sertanejo e pelas tensões inerentes aos controles individuais do coronelismo, que se tornavam fugidios, ante as rupturas dos laços de dominação pessoal. Esse processo somado aos interesses territoriais de empresas estrangeiras e a continuada refrega judicial entre os estados contestados pelas disputas de limites, acirram interesses e ativam disputas. O reagrupamento a espera do *millenium* pode ser compreendido como a aceitação profética do milenarismo, o fim dos tempos no pensamento escatológico, dentro das cidades santas, a “economia moral” dos sertanejos desenvolve-se de acordo com a crença do final dos dias, seus rituais, como as marchas e rezas ocupavam todo tempo útil, enquadradas na lógica da chegada do fim dos tempos e da redenção dos crentes.

Pensar a forma com a qual se construiu a psicologia coletiva, sua cega crença no *millenium* e no fim dos tempos, não se caracteriza objeto de discussão, mas, sim, o que permitiu a crença cabocla, recriar um mundo idealizado negando totalmente “seu” mundo real. Segundo Queiroz,³³ entre um mundo de desigualdades, opressão e miséria, eles preferiram construir um mundo de justiça, fartura e fraternidade, pois inteligivelmente sabiam que qualquer reelaboração da realidade a partir do mundo que se apresentava, refletiria em maior ou menor grau as estruturas então vigentes, para bem e para mal. A promessa do paraíso, dessa terra “sem males,” demonstram a vontade de ruptura total, por parte dos sertanejos e seu desejo de restabelecer em novas bases, um novo mundo, já que aquele que outrora conheciam, não mais lhes parece familiar, reconhecível. Separar aspectos econômicos sociais, culturais, sociabilidades e lazer, do imaginário, da fé e do espaço, não parece tarefa desejável, pois é a partir dessa perspectiva que se busca compreender o processo de transformação e suas implicações, o que permitiria, de modo indicativo criar aproximações entre o real e o imaginário.

Toda a crise do modelo cultural tradicional, ensejou a parúsia, consistindo na luta pela manutenção da crença dos sertanejos, pois dentro da ética cristã, o sofrimento e a privação constituem-se em calvário até a

³³ QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.

redenção, o continuado adiamento da redenção, permitiu a continuidade do movimento em uma direção determinada, entretanto, que não se apresentava. A radicalização do movimento, sua insurreição armada, refletiu por último a defesa de seus ideais e daquilo que acreditaram terem conquistado, permitiu então a criação de uma nova religião. “Abandonaram o Deus dos grandes fazendeiros e passaram a tomar por verdadeiro Deus um homem que em vida tinha sido, tal como a maioria deles, caboclo pobre.”³⁴

Num segundo momento, ao discutir-se a obra de Duglas Teixeira Monteiro³⁵, e sua importância na compreensão das origens do movimento do Contestados a partir da religiosidade cabocla e do surto milenarista. Podemos perceber os mecanismos e aspectos culturais ligados ao surgimento da “religiosidade cabocla”, suas estruturas sociais e ideológicas. Para o autor, a religiosidade construída pelos rebeldes tornou-se um poderoso processo de reordenação social e não, simplesmente, um simulacro desse processo. É um trabalho de análise e pesquisa sociológica, especificamente, na área da sociologia das religiões. O próprio Monteiro afirma que sua

intenção é analisar o comportamento social de uma comunidade humana que, enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo. Ao fazê-lo, elaborou um universo mítico, adotando as condutas ritualizadas correspondentes.³⁶

Buscou o autor, em certo sentido, evidenciar por quais caminhos e em que condições desenvolveu-se o processo de crise, denominado “desencantamento do mundo”. O enfoque de Monteiro privilegia aspectos culturais ligados em maior grau à religiosidade, partindo em sua análise das referenciais sócio-estruturais para as relações de produção e o sistema de dominação, sobretudo a violência. Sua pesquisa possui um duplo mérito, primeiramente, por evidenciar a materialidade e os mecanismos da mudança social e os caminhos pelos quais o surto milenarista se conduziu. Segundo, por permitir dentro dessa dissertação uma pequena discussão sobre religiosidade, em sua vertente material.

³⁴ Id. p. 261.

³⁵ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. Op. cit.. p 282.

³⁶ Id. p. 10-11.

Para Monteiro, parte das pesquisas sobre o assunto vêm na religiosidade apenas uma “fantasmagoria”, algo que esconde o “todo real” do processo, entretanto, afirma que: “A natureza material das relações de dominação-subordinação está imbricada com as representações não materiais.”³⁷ Dessa forma, analisando as relações do compadrio podemos perceber diversos aspectos, tanto materiais quanto espirituais. Materialmente, o compadrio é uma estrutura de poder político, alicerçada na dependência individual, na distribuição e reconhecimento dos papéis e lugares sociais, observável também no modelo fundiário, estrutura fundamental do coronelismo.

Há uma unidade ideológica cuja manifestação mais visível encontra-se no catolicismo rústico, religião de fazendeiros e de agregados. Sua estabilidade é mantida pela junção entre um consenso que encobre os aspectos coercivos e uma coerção que garante a continuidade consensual. Os aspectos materiais mesclam-se com representação que deles é feita no nível das instituições religiosas ou para-religiosas.³⁸

Entende-se ser impossível separar o conteúdo material do conteúdo religioso, muito menos buscar a diminuição ou enquadramento da “religiosidade cabocla”, como uma parte menor da revolta sertaneja. Monteiro buscou demonstrar a unicidade do mundo material e espiritual para as populações sertanejas, onde as mudanças materiais, notadamente, também atingem o mundo religioso e suas representações. Para o autor, a mudança material que a modernização da economia e as mudanças sociais desenvolveram na região, constituiu-se em elemento inicial da transformação do mundo material e a origem da ruptura do mundo espiritual pela impossibilidade de adequação da religiosidade a nova realidade, determinando a desconstrução dos mecanismos e sistemas vigentes que permitiam o equilíbrio daquela sociedade.

Dessa forma, o autor estudado também evidencia o papel das transformações econômicas, seus desdobramentos e suas influências dentro daquela sociedade regional. Dentro desta perspectiva, essa inferência nada possui de inovador em relação ao que a historiografia a respeito do Contestado já evidenciou, em maior ou menor grau, diversos autores, inclusive os

³⁷ Id. p. 13.

³⁸ Id. Ibid.

discutidos nesta dissertação, discorrem sobre a importância dos elementos econômicos na transformação e desestruturação local. Porém, a crítica, aqui apresentada, não repousa em questionar o aspecto transformador do econômico, mas, sim, em estabelecer, objetivamente, o ponto, o momento “desencadeador” ou articulador desse processo. Se Monteiro³⁹ critica a fantasmagoria acerca das análises da religiosidade dentro dos estudos do Contestado, também se critica a generalização e a imprecisão acerca do que seriam as “transformações econômicas”. A amplitude do aspecto econômico pode ser apontada de muitas formas, sob vários aspectos e, ainda, em diversas áreas, ilustrando a presente crítica. Qual seria esse aspecto do econômico? Seria à agricultura subsistente da região, à economia de troca, à pecuária extensiva e o tropeirismo, o extrativismo da madeira e do mate, ou o próprio compadrio pela sua vertente material? Segundo Monteiro:

A ruptura dessa ordem, - a crise de desencantamento, - liga-se, de um modo geral, a crise do mandonismo local e, mais especificamente, às suas manifestações regionais bem como à expressão singular que tomou na zona serrana de Santa Catarina. No Contestado, esse aspecto político da crise vinculase à penetração de empresas capitalistas modernas dedicadas à exploração madeireira, a negócios de terras, à extração da erva-mate e à construção de uma ferrovia.⁴⁰

Acredita-se que os mecanismos de transformação, articulados entre si, puderam determinar o processo de forma conjuntural, sobretudo ao se observar o papel que a ferrovia, São Paulo – Rio Grande do Sul acabou por desenvolver e encadear na região. Monteiro hierarquiza esse processo de transformação material regional, ordenando a crise pela penetração de empresas capitalistas modernas, exploração madeireira, negócios de terras, extração da erva-mate e, finalmente, a construção de uma ferrovia. Defendemos que o processo efetivou-se inversamente, pois a influência da ferrovia e o redimensionamento das atividades econômicas, na região, passaram a desenvolver-se de forma muito mais rápida e articulada, desestabilizando a vida material local. As influências da estrada de ferro atingiram a terra por sua crescente valorização e progressiva escassez, sem a

³⁹ MONTEIRO, Douglas, Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

⁴⁰ Id. p. 14-15.

terra como fiel, a prática da agregação deteriora-se, limitando a produção e o uso da terra pelo caboclo. Por outro lado, a infraestrutura ferroviária permitiu, paralelamente, a concorrência de produtos agrícolas e manufaturas de outras regiões, a integração econômica, ampliou a exploração da erva-mate e da madeira em escala industrial, ao mesmo tempo, em que avançava sob as áreas devolutas, voltando-se à questão da terra.

Na análise, Monteiro busca evidenciar “De um lado, o das condições histórico-sociais que favoreceram a eclosão do movimento. De outro, o do universo de significados construído pelos rebeldes”.⁴¹ Nesta proposta, não se busca o paralelismo utilizado pelo autor, busca-se retroagir e decompor a materialidade da crise, em suas origens esperando, perceber os elementos articuladores desse processo.

Outras questões importantes levantadas por Monteiro permitem-nos discutir as formas de ruptura que evidenciam o surto messiânico. Sobretudo, as diferenças sociais, na região, percebidas muito mais evidentemente por critérios quantitativos, do que qualitativos. Isso, segundo o autor, consiste no reflexo da própria estrutura pecuária, que sendo extensiva, necessitava de poucos recursos técnicos ou investimentos; as formas de trabalho eram semelhantes às condições de vida, portanto possuíam pouca diferenciação. Objetivamente, essa similitude ensejou em regra um mesmo comportamento e atitudes entre os níveis e lugares sociais, também processou-se pelo uso de uma indumentária comum e um comportamento social similar, um “igualitarismo” cioso de suas diferenças. Monteiro aponta que:

Numa sociedade pouco diferenciada no que se refere aos bens de uso comum, é compreensível que a busca de recursos sociais pronunciadores de equalização e atenuadores da subordinação se concentrassem na valorização de virtudes pessoais, em específico, daquelas, ligadas, direta ou indiretamente à lida de gado e às exibições de coragem e destreza individuais.⁴²

De outra forma, para o autor, a grande quantidade de terras devolutas, sua indefinição legal, somadas à dispersão das glebas pelo território e a possibilidade de uso contínuo, permitiram pelo costume a sua formalização e uso, por um grande número de posseiros, criando uma frouxidão dos controles

⁴¹ Id. p. 16.

⁴² Id. p. 40.

sociais. Porém, como não havia uma clara distinção econômica e social dentro dos grupos, valores ligados à bravura, à valentia, à doma e à destreza passaram a ser distintivos sociais apreciados. Entretanto, esses valores ligados à pecuária e à autonomia generalizada eram constantes focos de atrito entre o coronel e seus empregados, gerando uma série de confrontos e tensões, pela incompatibilidade dessas perspectivas com a subordinação, disciplinarização e produtividade econômica exigidas. Entretanto, essa “violência costumeira” era reconhecida como traço característico daquela sociedade.

Dentro desse panorama geral, os chefes locais começavam a encontrar condições cada vez mais favoráveis e, até certo ponto, a sofrer imposições circunstanciais que os levaram a romper as “associações morais”, permitindo que critérios de racionalidade econômica sobrelevassem.⁴³

Relacionando o exposto acima, as mudanças históricas na região por uma série de fatores e mecanismos, progressivamente aumentaram a diferenciação econômica e social dos indivíduos. A autonomia em relação à terra diminuiu, as obrigações e os controles sociais aumentaram no intuito de manter a dinâmica do coronelismo. É nesse contexto que Monteiro aponta a mudança da “violência costumeira” para a “violência inovadora”⁴⁴, já que as relações sociais são mediadas pelas expectativas e experiências dos grupos, a introdução de novos modelos econômicos e novos padrões culturais, criaram novos mecanismos coercivos, em parte, fruto das mudanças advindas junto a Brazil Railway e Southern Lumber⁴⁵ e seus interesses. Dessa forma, Monteiro buscou compreender os processos de mudança do caráter da violência como um mecanismo equivalente em relação ao universo social do caboclo e o “re-encantamento” de suas práticas, materializadas na Santa Religião e no mito da monarquia, refletiam a transformação do cotidiano.

A partir do instante em que, abandonando as rotinas quotidianas, rompendo, frequentemente, laços de dependência e de afeto,

⁴³ Id. p. 44.

⁴⁴ Para Monteiro a “violência costumeira” estava arraigada nos costumes locais, necessária em face das próprias condições da sociedade sertaneja, já a “violência inovadora”, representou a expressão de novas forças políticas e econômicas na região, pela descontinuidade e mudança desse processo.

⁴⁵ A Brazil Railway era a concessionária que construiu a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, já a Southern Lumber era a maior serraria da América Latina operando na região com duas serrarias, uma em Três Barras - SC e a outra em Calmon - SC, ambas as empresas pertenciam ao Syndicate Farquar.

desligando-se de apegos materiais, começam a pôr em prática um projeto de existência apartado, totalmente diverso do curso usual da vida, incompatível com as exigências da sociedade inclusiva, parece compreensível que lhes fosse necessário definir e justificar as bases dessa opção radical. Era necessário marcar com nitidez a linha de separação entre eles e os outros, proceder à redefinição da imagem que tinham de si mesmos.⁴⁶

Em sua conclusão, Monteiro analisa “as bases históricas e estruturais do desencantamento”, a partir de três condições fundamentais, a cooperação, o autoritarismo e os recursos materiais para o mando. Importante, neste aspecto, são as perspectivas trabalhadas pelo autor no sentido de: primeiro demonstrar a unicidade entre vida material e espiritual e, segundo, relacionar questões estruturais ao processo de desencantamento e secularização daquela sociedade. Apesar de o autor defender que com o advento da República, os chefes políticos locais passaram a figurar “apenas como peões, ou na melhor das hipóteses, sócios menores em jogadas que ultrapassavam de muito o âmbito local e o circuito concreto que mantinham com suas clientelas”⁴⁷. Devemos pensar as relações do coronelismo, ante o crescente aparelhamento do Estado em nível mais regionalizado, somados aos interesses de empresas exploradoras, acabaram por acomodarem-se os mandões locais. Dessa forma a afirmação de Monteiro, deve ser questionada acerca da diminuição do poder dos coronéis, sobretudo, quando pensamos nas disputas territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e as lutas pelo controle e tributação das áreas extrativistas, em parte aumentando o poder político dos mesmos, pois restavam-lhes nas mãos, o mando sobre as gentes do sertão e à posse da terra.

Na obra *Lideranças do Contestado* de Paulo Pinheiro Machado⁴⁸, buscou-se compreender a formação e o desenvolvimento político, das origens do conflito no Contestado, dado o caráter recente e importância de sua obra, os aspectos abordados desenvolvem-se a partir da origem social de suas lideranças, apresentando de forma mais sistemática os papéis políticos desses personagens, em ambos os lados no conflito. Apesar de Machado direcionar sua obra à perspectiva das trajetórias políticas em nível pessoal, essa

⁴⁶ Id. p. 113-114.

⁴⁷ Id. p. 209.

⁴⁸ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit.

característica permite observar o grande mérito do autor em escrutinar a dinâmica da formação política a lógica histórica regional e sua evolução.

As questões de limites, a exploração madeireira e ervateira, as lutas entre diferentes coronéis, a disputa das facções políticas nos redutos, a questão da terra, a transição do Brasil Império para o Brasil Republicano e o drama social vivenciado pelos sertanejos, constituem-se em elementos de análise privilegiada, dado pelo autor a tentativa de descrever o Contestado como um conflito “mais real”, pensado por outros vislumbres produzindo leituras mais objetivas e seculares acerca do conflito, na expectativa política da construção de uma sociedade em que “quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficam iguais.”⁴⁹

Machado defende que as lideranças rebeldes constituíram um “discurso híbrido”, algo que mesclava religiosidade, secularismo e expectativas não correspondidas acerca das novas realidades apreendidas pelos caboclos, realidades essas que podiam ser observadas conjuntamente, nos aspectos econômicos sociopolíticos e culturais. A coexistência de mundos diferentes onde cada grupo busca para si, melhor situação entre ambos, infere a possibilidade de elaboração de uma nova, ou transmutada realidade acabando por configurar-se no próprio projeto rebelde, desconsiderando a perspectiva de que o Contestado fosse ou se tornasse em um movimento anômico.

Dentro da perspectiva do autor, o próprio direcionamento do movimento refletiu as mudanças e as novas possibilidades vivenciadas pelos grupos rebeldes, apresentando, portanto, uma perspectiva mais heterogênea para o desdobramento do movimento. Apesar de Machado evidenciar individualmente os papéis das lideranças envolvidas no conflito do Contestado. Torna-se claro que, através da construção dessa perspectiva de análise individual, deteve-se em analisar o contexto que permitiu a insurgência desses líderes políticos, religiosos e militares, que tanto se notabilizaram durante o desenrolar dos eventos, como Venuto Baiano, Euzébio, Querubina, Adeodato, Alemãozinho, Coronel Henriquinho, Capitão Matos Costa, e Capitão João Gualberto dentre outros.

⁴⁹ Id.p.18.

Longe de analisarem-se os papéis dessas lideranças políticas, o que não se propõe, busca-se observar como o autor, através de uma análise das trajetórias individuais, pode descortinar aspectos importantes das origens e do desenrolar do conflito, não de forma autônoma, mas, sim, articulada. Essa perspectiva não pode ser vista de forma fechada e precisa; entretanto negar a estratégia e a contraestratégia entre os grupos em combate seria, então, diminuir por demais as opções de escolha e as expectativas de cada lado durante o conflito, o que conferiria a possibilidade da existência de um determinismo quase que previsível, como se automático, negando aos seus contentores o poder de decisão e de escolha.

Contudo, o aspecto mais relevante na obra de Machado se refere à visão crítica que desenvolveu o autor sobre as origens e problemas sociais que, embrionários, puderam, posteriormente, eclodir e condensar um dos maiores conflitos sociais do Brasil. De várias formas, o autor aponta essas estruturas deletérias e suas limitações práticas, que na região do Contestado se apresentaram, sejam pela fluidez do coronelismo na região, pela “situação de fronteira agrícola”, pelo extrativismo da erva-mate e a independência político-econômica vinda deste, o tropeirismo e o esmaecimento de seu caráter econômico-cultural, seja pela chegada de companhias colonizadoras e imigrantes a região, ou ainda a instabilidade política provocada pela Questão de Limites. As informações, fontes e perspectivas do autor apontam para uma crise social,⁵⁰ prenunciando o Surto Messiânico. Entretanto, esse movimento religioso não pode ser visto simplesmente por sua perspectiva espiritual, pois mundo material, crença e imaginário estão articulados entre si, seria infrutífero escolher uma perspectiva dessa realidade e tentar, por ela, encontrar um fio condutor que possa, inequivocamente, dar cabo de todas as possibilidades.

O discurso religioso reelaborado encontrou condições favoráveis de recepção por parte dos sertanejos pobres, posseiros expulsos, peões e tropeiros desempregados e outros setores sociais que sofriam forte perseguição por parte dos coronéis superintendentes de Curitiba, Canoinhas, Lages, bem como dos sitiados sujeitos a constrangimentos por parte das autoridades paranaenses nas regiões contestadas do planalto norte.⁵¹

⁵⁰ Acreditamos não haver um único fator, mas, sim, que um conjunto deles teve como desdobramento a crise social em questão.

⁵¹ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 339.

Para Machado, o surgimento do conflito está diretamente ligado às questões personalíssimas da região serrana e do planalto norte catarinense. Entretanto, a eclosão do mesmo, delimitou-se a partir de várias vertentes, seja a extremada religiosidade cabocla ou as diferentes interpretações que esses caboclos foram capazes de fazer do discurso religioso em meio à crise geral da economia daquela sociedade. Durante esse processo de revivificação das crenças milenaristas e messiânicas, o próprio Contestado transfigurou-se de movimento religioso em movimento geral de rebelião sertaneja. Dadas às condições adversas, as derrotas consecutivas e na condição de miséria na qual se encontravam os sertanejos, somadas a protelação indefinida da parúsia salvadora.

Antes de se preocuparem com a salvação era necessário sobreviver, isso ficou demonstrado durante as pesquisas do autor, onde a facção política mais “moderada”, dentro do movimento do Contestado, buscava condições mais favoráveis de rendição. Portanto, a religiosidade condensou o movimento de rebelião em dois momentos, no seu surgimento e na própria re-elaboração dos horizontes das expectativas, tornaram-se mais práticos, preocupados com o cotidiano real. Ainda que sobre esses sertanejos pese a pecha de fanáticos, sua visão política permitiu ainda durante os conflitos atingirem uma maturidade crítica a respeito de suas reais condições de vida e luta e que a santa religião cabocla não iria redimir suas aflições.

Paralelamente ao discurso religioso da “guerra santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “monarquia celeste” e da “santa religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos “coronéis” e dos estrangeiros.⁵²

Assim, as questões pertinentes à obra de Machado buscam, a partir do estudo das lideranças políticas caboclas, desmistificarem, em parte, a visão por demais romântica e fanatizada do movimento, negando-lhe seu aspecto de luta social, seu caráter crítico, que durante o conflito se cristalizou, permitindo aos

⁵² Id. p. 26.

sertanejos se autorreconhecer como grupo social e não, exclusivamente, como irmandade religiosa.

Singulares e objetivas são as correlações do autor sobre os aspectos essenciais da luta política do movimento, suas disputas internas, tentativas de pacificação, empreendidas, sobretudo, pelo Capitão Matos Costas e como os “pelados” perceberam concretamente sua condição política, muitas vezes vislumbrando uma ação mais individualizada, clarificando o caráter e a perspectivas de conflito social que foram se fixando e transformando durante o processo de rebelião. Entretanto, a preocupação de Machado, era a de reconstruir as origens sociais e políticas das lideranças sertanejas do Contestado, especificamente, de julho de 1914 a janeiro de 1916, período que compreende, a eclosão do conflito, a derrota de Taquaruçu e a ascensão política dentro dos redutos das “lideranças de brigas”, o que diminuiu o poder político das “virgens”, assinalando a queda da facção moderada, garantindo a hegemonia do “partido radical”. Apesar de toda a articulação entre as fases do movimento, relacionadas aos problemas de ordem política, econômica, social e cultural o que, acertadamente, demonstra o caráter de conflito social e, para o autor, de processo revolucionário. Buscou Machado uma relação entre o modelo histórico regional e a eclosão do conflito, sem identificar, especificamente, um momento de passagem, um “ponto de ativação”, ou as condições históricas que permitiram a catalisação desse processo de crise. Para ele:

Dados levantados e inventariados de herança e demais processos civis permitem afirmar, ao contrário do que foi apresentado por outros pesquisadores, que grande parte das principais lideranças rebeldes era de sítiantes relativamente pobres, mesmo quando se tratava de alguns oficiais da Guarda Nacional ou de pessoas que haviam ocupado como juizes de paz, delegados e subdelegados de polícia.⁵³

Objetivamente, torna-se necessário, nos indagarmos acerca das condições especialíssimas que acabaram por congregar e coordenar grupo eclético de indivíduos, que transformações de caráter tão abrangentes e impactantes surgiram, no início do século XX, na região do Contestado que permitissem essa determinação? Outro ponto de vista a ser discutido, baseia-se na amplitude do movimento do Contestado, que acabou atingindo cerca de

⁵³ Id. p 338.

28.000 km² entre a zona serrana e o norte catarinense, boa parte desse território na zona contestada pelos estados limítrofes. Que fator em específico poderia atingir ou influenciar tão dimensionada área territorial, que congregava o vale dos rios Peixe, Iguaçu e Paciência, inseridos num quadro de disputa política, fiscal e territorial? Acredita-se que as consequências da penetração de estruturas do capitalismo moderno e seu choque, em nível regional, puderam originar e progressivamente articular, o processo de crise geral, entretanto, poucos mecanismos e agentes poderiam criar movimento social tão diverso e tão dimensionado.

Pensar a ferrovia como possibilidade, a partir de seus traçados ⁵⁴, poderia explicar a dimensão e a rapidez do processo em toda a sua abrangência, cabendo à ferrovia, como “espinha dorsal”, o papel de sustentar e condensar os problemas existentes na região, ao mesmo tempo em que apresentava novos mecanismos e possibilidades econômicas, transformando rapidamente todos os “lugares” conhecidos do sertanejo, desarticulando alianças e práticas, mudanças que não foram sentidas somente por caboclos e sitiantes, mas pela população sertaneja do Contestado, a modernização que viera junto ao trem transformou mais do que a paisagem, transformou o “mundo”.

1.1 QUESTÕES HISTÓRICO-TEMPORAIS

Durante o início do século XX a região contestada ocupou a área serrana do estado de Santa Catarina e sudoeste do estado do Paraná, especificamente, o território confunde-se com as bacias formadoras dos Rios do Peixe, Iguaçu, Paciência, Uruguai e Pelotas, vão ao norte até a cidade de União da Vitória – PR, ao sul ao entorno da cidade de Curitiba – SC, a leste as cidades de Rio Negro – PR e Papanduva – SC e finalmente a oeste as proximidades da cidade de Caçador – SC. Localiza-se no Planalto Meridional

⁵⁴ Partindo o principal de União da Vitória – PR a Marcelino Ramos – RS, cortando a região contestada de norte a sul, passando ao largo dos rios Iguaçu e Peixe, e deste vindo o ramal ferroviário São Francisco – Iguassú, marginando os rios Paciência e Negro em sentido leste-oeste.

onde predominam as “serras” como paisagem, podemos dizer que são regiões que se encontram as margens da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul.

A altitude média da região é de 600 metros, situa-se entre os 26° e 28° de latitude sul e, aproximadamente, 50° a 52° a oeste, do meridiano de Greenwich, de forma geral, a região apesar de não possuir grandes altitudes e acidentes topográficos é conhecida como região de serra e mais ao interior serra acima, sendo a serra do Espigão o maior acidente geográfico, rasgando a região em sentido leste-oeste. A localização geográfica permite estações climáticas bem definidas, com temperaturas altas no verão serrano e invernos extremamente rigorosos, cotidianas eram as geadas e não raras a neve se apresentava, clima característico das áreas mesotérmicas úmidas, segundo a classificação geográfica. Com uma distribuição pluviométrica relativamente homogênea as regiões em questão raramente passavam por problemas de seca e seus desdobramentos, algo importante quando pensamos o caráter pecuário da região e o modelo subsistente de agricultura.

A vegetação da região caracteriza-se pela incidência da Floresta de Araucária ou Mata de Pinhais, predominando a araucária (*araucária angustifolia*), árvore “dominante” à região. Mesclados entre as florestas de pinho, acham-se os campos nativos, grandes áreas disponíveis para o pastoreio. Às margens desses campos, encontram-se algumas áreas denominadas de “sujuas” por existirem lá, capoeiras e macegas de vegetação a altura da cintura de um homem, também podem ser vistas dentro dessa floresta de araucária os faxinais que se caracterizam por serem uma área de transição entre os campos e as densas florestas de pinho. Segundo Vinhas de Queiroz⁵⁵ nas áreas de floresta e nos faxinais podemos encontrar abundantemente árvores de erva-mate que, posteriormente, a exploração madeireira constituiu-se em importante economia extrativista regional.

[...] os campos nativos ocupam duas terças partes da área: mais freqüentes ao sul e ao oeste, onde se estendem pelas coxilhas atravessadas de canhadas bruscas, não desaparecendo totalmente ao norte e a leste – encontram-se aí vastas clareiras naturais no meio das matas, nos lugares planos e menos altos.⁵⁶

⁵⁵ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social** Op. cit.

⁵⁶ Id. p. 18.

O extrato inferior da floresta de araucária encontra-se as árvores de erva-mate que atingem no máximo 10 metros de altura. Seus troncos e galhadas são homogêneos em forma de copada, suas folhas são de coloração verde-escura e, desde os primórdios, já eram conhecidos pelas populações indígenas locais pelos seus efeitos estimulantes e muitas vezes curadores, posteriormente foram amplamente utilizadas pelas populações da região, tanto que se constituiu em atividade cotidiana, uma sociabilidade para com vizinhos e visitantes, que muitas vezes aplacava a fome do sertanejo.

Tanto as florestas e os campos da região, especificamente a araucária e a erva-mate encontradas em abundância estavam diretamente ligadas à economia e ao modo de vida dos sertanejos nas regiões do Contestado. Desenvolviam-se em caráter subsistente e complementar à predominante pecuária regional. A madeira era usada em toda atividade de construção e lenho juntamente com a erva-mate também eram vendidas ou trocadas em pequenas quantidades nas passagens das tropas. A araucária, sobretudo, oferecia suas sementes, o pinhão, que brotava nos meses mais rigorosos de inverno, salvando os sertanejos e a sua pequena criação da fome e ruína. Os animais na invernada, embrenhavam-se nas matas e dela sobreviviam e vicejavam, retornavam somente no final do mês de agosto, quando eram arrebanhados e tratados de suas bicheiras, recebiam a salga e eram negociados ou trocados por várias reses menores ou algum dinheiro conforme o interesse e número de reses do grande ou pequeno criador.

Toda a região do Contestado é diretamente influenciada pela economia pecuária, inicialmente por constituir-se em caminho de passagem para o gado das regiões de Viamão no Rio Grande do Sul aos mercados consumidores de reses bovinas e muares. Gradualmente a pecuária se desenvolveu na região quando a técnica da salga da carne, conhecida como charqueada, foi introduzida nas regiões da campanha gaúcha e nas terras de Lages, no final do século XIX, isso permitiu um aproveitamento econômico maior do gado e todo um processo de sedentarização e infraestruturação teve que ser criado, necessitando, contudo, de grande quantidade de mão-de-obra.

Na região serrana, a apropriação privada das terras teve início com o estabelecimento das primeiras fazendas, em meados do

século XVIII, quando muitos particulares já possuíam títulos de sesmarias expedidos pelo governador de São Paulo.⁵⁷

Via de regra todo percurso da estrada de tropas paulatinamente se viu ocupado por estancieiros que iam tornando próprias às terras de que se apossavam, o percurso da mesma, cortava a região no sentido norte sul dos campos gaúchos até a região de Itararé, formaram-se povoados por toda a extensão do caminho das tropas, desenvolvendo atividades análogas e diretamente ligadas a pecuária, servindo de suporte a atividade tropeira. Segundo Queiroz⁵⁸, na maioria das vezes a tropa era chefiada por um capataz que se servia dos criadores e peões acostumados as lides com o gado. Também acompanhava a tropa um menino madrinheiro, que com o cincerro⁵⁹ e junto, ao cavalo ou ao jumento, chamava a atenção do gado, durante o longo trajeto até os mercados negociadores. O transporte do gado muar ou bovino era complexo e se desenvolvia por vários meses, dadas as dificuldades inerentes de transporte de várias mil reses e das limitadas condições das estradas, geralmente terra casqueada pelos próprios animais. Em época de cheias, acampavam às margens dos logradouros aguardando melhor condição de passadio, numa complexa dinâmica entre clima, tempo e distância.

A fundação da cidade de Lages por volta de 1770, tarefa incumbida a António Correa Pinto, está diretamente ligada ao desenvolvimento da pecuária e a ameaça constante que espanhóis acabassem por invadir aquelas paragens e pudessem impedir o caminho das tropas de gado aos mercados consumidores, podendo incentivar a progressiva desvinculação do sul do Brasil. A importância regional da cidade de Lages só pode ser compreendida se observarmos o seu papel econômico preponderante nas regiões dos campos catarinenses, sobretudo, como bastião da colonização daquelas áreas e, posteriormente, da aglutinação e controle político da cidade de Curitiba e dos latifundiários locais. Esse caráter político, econômico e regional garantiu, não só ao Brasil, o controle daquela parte do território como foi fundamental para Santa Catarina iniciar o processo de colonização do interior do Estado,

⁵⁷ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 74.

⁵⁸ QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado**: Op. cit.

⁵⁹ Sino tocado a frente da tropa, dava a direção a ser tomada.

bem como, garantir para si a posse daquelas terras quando do desmembramento da Província de São Paulo.

Posteriormente, partindo de Lages em direção ao norte do estado, que todo o processo de colonização catarinense das regiões serranas estrutura-se, também se pode dizer que o papel político de Lages no desenrolar do conflito mostrou-se importante, pois, o início dos confrontos políticos na cidade de Curitiba, estão diretamente ligados as mudanças políticas locais, influenciadas pelas oligarquias coronelísticas lageanas, sobretudo pelo apoio da família Ramos ao coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, intendente de Curitiba que se metera em renhida luta política pelo controle da região.

Do sul ao norte, os tropeiros que se utilizavam desse caminho pelas florestas serranas, além de fugirem aos impostos devidos e cobrados, o que diminuía o ganho concreto da empreitada, buscavam conduzir as tropas por Viamão, até o surgimento de ramificações, sendo uma viagem mais curta e segura, dado o menor número de rios que necessariamente deveriam atravessar, além do que nas regiões serranas encontravam-se abundantes campos naturais que permitiam o pousadio e a manutenção necessários das reses em constante movimento. Dessa forma, a economia pecuária está ligada aos desbravamentos e colonização da região que se desenvolveu a partir do tropeirismo e dos caminhos das tropas, caracterizando-a e determinando-a até o início do século XX. Até então “Era apenas uma trilha amoldada a casco de burro e ao passo das boiadas. Mas a influência só se esvaiu ao principiar o tempo do trem de ferro [...]”.⁶⁰

A região e o tropeirismo formam um todo único, uma dinâmica histórica repleta de sentido e lógica, a relação da pecuária com a região, terra, floresta se desenvolveu de forma orgânica e o resultado dessa relação foi a sociedade sertaneja. Nas matas de araucária, nos ervais, em seus campos o gado reiuno⁶¹ e sua criação foram, gradualmente, ampliados, por onde passavam criavam-se fazendas, ampliando a economia pecuária. Se outrora já foi dito que dos pés de café surgiram às ferrovias, não seria exagero dizer que dos cascos de gado, todo um interior serrano surge, toda uma sociedade, todas as suas sociabilidades, toda experiência expectativa se fundem no costume.

⁶⁰ MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 23.

⁶¹ Refere-se ao gado livre, sem proprietário, criado e solto nas áreas de campo.

As práticas sociais podem ser desvendadas, sobretudo quando se percebe sua relação direta com o cotidiano, são as modalidades diárias do fazer-saber que criam e estruturam a tudo e a todos. Pensar os sertões dos estados do Paraná e Santa Catarina sem a pecuária, sem seus campos ou florestas, sem chão é, a nosso ver, uma tarefa sem propósito. Construir uma perspectiva de análise social que contemple os processos históricos necessariamente passará pelo espaço, pois a partir dele que sociedades agrárias tradicionais vão articular e desenvolver significados sociais e passarão a orientar seus horizontes culturais. Dessa forma, qualquer mudança no espaço, na floresta ou na terra torna-se uma mudança no cotidiano, aqui entendido como uma experiência oposta às expectativas desses grupos.

1.2 DA ESTRUTURA SOCIAL: NOTAS SOBRE GRUPOS E HIERARQUIA

A região possuía uma caracterização específica, alicerçada, sobretudo, na propriedade da terra, na atividade pecuária, extrativista e agrária, essas atividades econômicas e sua “moralidade” articuladas entre si, determinariam os papéis políticos e econômicos na região, bem como, a hierarquia social construída a partir do cotidiano. Notadamente, toda sociedade elabora para si um complexo sistema de identificação social, baseada em uma escala de valores que podem estar ligados à origem, posses ou tradição do grupo ou indivíduo, logicamente a sociedade pecuária em conformação na região estabeleceu essa perspectiva de estratificação social e que mesmo, posteriormente, às transformações pelas quais passou, ainda pôde conservar estruturas baseadas na tradição, incorporando e adaptando a seu espaço social as novas contingências.

Etnicamente, a conformação da região guardou certas similaridades com as demais regiões do Brasil. Grosso modo, a ocupação regional, efetivamente, desenvolveu-se com a exploração da pecuária extensiva, levada a frente por luso-brasileiros e suas mestiçagens. Logicamente, o elemento indígena foi incorporado tanto racial como culturalmente pelos primeiros habitantes da região, a interação resultante desse processo acabou por definir

o habitante da região, que de origem diversa, assimilava os costumes indígenas, sobretudo pela adaptação destes a economia subsistente.

Como característica, a sociedade regional no Contestado não possuía grandes diferenciações étnicas que pudessem vir a contribuir ou determinar um diferencial social tão amplo. Evidentemente que a cor, a origem e poder econômico sempre foram referenciais sociais no Brasil. Entretanto, nas regiões serranas do norte catarinense e sudoeste paranaense durante o século XIX, a cor não se constituiu em fator social determinante, dada a grande mestiçagem e a equivalência do modo de vida, o que nos permite tomar a sociedade regional, relativamente, homogênea. A maioria dos autores em suas análises sociais, aceita a ideia de uma sociedade homogeneizada, onde as diferenças observáveis estavam muito mais ligadas às posses, sobretudo da terra e, efetivamente, do poder econômico.

Porém, é necessário diferenciar as levas de imigrantes anteriores a 1900 que, além de serem numericamente menos significativas, frequentemente se integravam com maior facilidade a população local.⁶²

Posteriormente, esse quadro de integração entre imigrantes e sertanejos se modifica, sobretudo durante o século XX, com a sistemática colonização da zona serrana é que podemos identificar alguns traços de diferenciação étnica, com a chegada e colonização da região por imigrantes europeus. Importa dizer que não se está negando ou minimizando, excessivamente, as questões étnicas, entretanto, acredita-se que as diferenciações sociais que se apresentavam na região podem ser evidenciadas de uma forma muito mais clara, objetiva e cristalizada quando percebidas pelo controle e propriedade da terra e das relações de dependência por ela determinada. Adotar-se-á, portanto, a estrutura social utilizada por Mauricio Vinhas de Queiroz⁶³ por adequar-se melhor às perspectivas discutidas nesta dissertação, sobretudo, por permitir observar como a sociedade do Contestado desenvolveu-se em dependência com a economia pecuária e estruturando-se a partir desta. No topo da estrutura social, encontram-se os coronéis políticos que baseados nas propriedades de terras, na capacidade de arrematação

⁶² Id. p.152

⁶³ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit.

política e militar, hierarquizavam seu poder e prestígio para com outros coronéis, impondo sua autoridade, reconhecível aos coronéis políticos menores, chamados de “coroneizinhos”, eventuais conselheiros e substitutos. Ao redor desses chefes políticos locais e regionais que se polarizavam as questões cotidianas e suas pendências, onde os laços de colaboração entrelaçavam-se aos laços familiares e desse sólido entrelace é que emergiam as relações de dependência em nível pessoal que formaram a estrutura social preponderante em toda região do Contestado, a agregação⁶⁴.

Logo abaixo dos coronéis políticos menores, encontram-se os fazendeiros, ligados diretamente à atividade pecuária, entretanto, para que fossem reconhecidos como fazendeiros era necessário, “que o número de cabeças passasse de muitas centenas e os limites da propriedade abrangessem mais que dezenas de alqueires”.⁶⁵ Era o chefe natural de sua família de sangue e de sua parentela, sua família–extensa podia compreender até mesmo seus agregados e posseiros, dependendo do interesse e do poder do próprio fazendeiro. A estrutura social estabelecida dentro das fazendas era refletida, sobretudo, pela disposição de seus membros em relação às terras, quanto mais próximo ou mais distante, encontravam-se das terras de uso pessoal do fazendeiro e de sua casa, maior ou menor era sua posição e prestígio dentro do lócus da fazenda.

Essa hierarquia era reconhecida por todos os integrantes, o que permitia um controle maior do grupo e uma diminuição das tensões latentes internas e interesses superpostos, cabendo ao fazendeiro a figura idealizada de um “pai” ao qual com justiça, amor e caridade zelava de seus “filhos” a todo custo. Essa visão idealizada contribuiu, formidavelmente, para o controle social, e não, efetivamente, pelo apoio concreto em momentos de crise ou dificuldade mas, sobretudo, pela expectativa de proteção que a agregação e a dependência recíproca geravam para seus membros, em larga desvantagem, para o agregado, posseiro ou sitiante que, apesar de se imaginar pertencente à

⁶⁴ Agregação: Prática de “trazer para a família” indivíduo que não esteja ligado por vínculo de sangue ou casamento, mas torna-se dependente/ membro da parentela que o acolheu devendo-lhe obediência. Tanto para Compadrio e Agregação ver: QUEIROZ, Maria Izaura, Pereira de. O Coronelismo uma interpretação Sociológica. In: **Historia Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano** vol. 1 estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

⁶⁵ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit. p. 45.

família de sangue, era o elemento social que primeiro via seus laços de compadrio⁶⁶ e a proteção se desfazerem, conforme os renovados interesses do fazendeiro.

Quando os laços de dependência se desfaziam, emergiam os conflitos internos, as diferenças hierárquicas e os desejos díspares que permaneciam latentes e mascarados dentro de uma estrutura social rígida. Mantinham-se, dessa forma, estanques pelas possibilidades de benefício comuns que seus membros alimentavam para com o compadrio e o sustento das promessas e comprometimentos, que eram cerimonializados no cotidiano como prática do costume, dando certa concretude a esse acordo tácito. O rompimento do acordo comum jogava o caboclo ao ridículo da desagregação, expondo, de maneira aviltante, ao fim do costume e ao esmaecimento da tradição.

Uma vez desfeita a aliança, até mesmo os laços de sangue, dificilmente, seriam reconstruídos, o conflito operava-se de forma violenta, pois.

[...] uma vez que se encontrava inserida numa estrutura de dominantes e dominados, em que os dominantes detinham várias formas de poder em suas mãos, inclusive e principalmente o econômico. A opressão, a violência, a crueldade também foram armas utilizadas pelos coronéis para captarem votos, tão empregadas e tão usuais quanto favores e os benefícios.⁶⁷

A relação paternalista congregava traços de lealdade, dependência e respeito, criavam uma visão de “pertencimento” a família, um vínculo de afilhadagem que rompido celebrava o fim da mesma. Dessa forma, buscava o sertanejo traído por seu “compadre”, outro que pudesse lhe sustentar a palavra, amparando-o nas dificuldades cotidianas, restabelecendo, portanto, um renovado vínculo de afilhadagem que, posteriormente, poderia vir a ser rompido mais uma vez. O constante controle pessoal e as obrigações decorrentes da agregação reduziam as expectativas do agregado a um constante processo de luta e barganha, sobretudo, quando as condições materiais ou políticas se impusessem. Em determinado momento, o processo de afilhadagem não mais se processou suficientemente na região do

⁶⁶ Compadrio: Laços de parentesco carnal e ou espiritual estabelecidos dentro da grande família, de forma a hierarquizar os grupos de parentela, estabelecendo laços de dependência e obediência comum.

⁶⁷ Queiroz. Maria Izaura, Pereira de. **O Coronelismo uma interpretação Sociológica**. Op. cit. p. 161.

Contestado, sobretudo, pelas mudanças em relação à terra, notadamente, pela crescente valorização da mesma, o que reduziu sensivelmente as oportunidades do caboclo e de sua permanência em terras do coronel. Sem quem lhe aprovesse, coube ao sertanejo buscar na santa religião cabocla seu sustento, congregando iguais em um mundo cada vez mais distante da tradição reconhecida e partilhada por todos.

Existia ainda a categoria dos criadores que se diferenciavam pela posse de alguns alqueires de terra e por centenas de cabeças de gado, constituíam um grupo parcialmente autônomo, que apesar de comercializar livremente gado particular, vivia quase que, exclusivamente, de arrebanhar “cabeças-de-gado” de outros criadores, que então, formada uma boa tropa, poderiam negociá-la em praça consumidora a preço e quantidade suficiente, à qual lhe pudesse garantir algum lucro, mesmo que reduzido, já que os lucros maiores ficavam com os grandes criadores e compradores. Viviam à mercê da conveniência de algum fazendeiro que lhe adiantasse algumas reses em troca de serviços eventuais nas conduções das tropas, domas ou favores pessoais. Nessa mesma categoria, ainda podiam ser incluídos em mesmo valor de importância, os caboclos e posseiros que viviam afastados dos centros urbanos e conservavam alguma independência em relação ao coronel ou fazendeiro, durante parte do ano por trabalharem em roças suas, afastados da influência direta dos proprietários de terras ou pessoas de mando. Entretanto, quando o gado começava a ser reunido ao final do inverno, as obrigações do trabalho cotidiano tomavam-lhe toda a atenção, além do trabalho inerente de peão que a atividade exigia, diversas outras atividades análogas também se desenvolviam, desde o reparo de poteiros e cercas, a preparação dos apetrechos de viagem, da cela, da montaria e tudo aquilo que era necessário, para os que iam e para os que ficavam.

Apesar da sua condição de dependência e dos laços do compadrio que estruturavam a relação de agregação, é nesse período que o caboclo e o peão encontravam uma maior variedade de possibilidades de ganho pessoal e uma maior autonomia pela própria dependência do coronel para com seu trabalho, técnica e conhecimento. Impossível imaginar-se que o caboclo mesmo em sua condição de dependência, não pudesse perceber os momentos e as condições em que podia pressionar e barganhar algum tipo de benefício

direto. Eram exatamente nesses períodos, onde o trabalho e as demandas nas estâncias se avolumavam, que o agregado reforçava a afilhadagem, pois apesar das relações de poder desproporcionais do compadrio para com o compadre e ou afilhado, também devia o coronel demonstrar generosidade e reconhecimento, renovando o sistema de agregação.

Na primavera, com a pequena plantação semeada, com a maior oferta de trabalho e autonomia para o agregado, em geral, acontecia com mais frequência o rompimento das relações de compadrio, buscava o caboclo, um novo compadre, um novo coronel, renovando suas possibilidades políticas em um nível mais pessoal. Apesar de certa flutuação e independência política de alguns indivíduos no grupo, esse cenário político, essa teatralidade muito mais se vinculava a re-equalização das relações do que ao rompimento. Mesmo os processos de mudança, oscilação e tensão social estabeleciam-se, de forma mais ou menos estável, permitindo ao sistema social regional estabilizar internamente essa dinâmica, pelo menos, até a chegada do trem.

Juntamente com os caboclos ainda podem-se incluir os empreiteiros de mate, ervateiros, que nas regiões onde este afluía em abundância podiam mesclar atividades subsistentes durante os meses de bom plantio e conciliar a atividade ervateira no inverno. A extração e o comércio de mate durante os meses de inverno empregavam toda a família, além de que sua procura garantia certa autonomia e condição de barganha para o sertanejo, pois desenvolvendo variadas formas de trabalho e ganho permanecia muito menos suscetível às vontades e favores que emanavam do coronel ou as incertezas do tempo.

Bem verdade que, segundo estudos realizados, “o trabalho rural que dá margem a maior salário é o da extração da erva-mate, roçagem e poda dos ervais, atingindo mesmo o dobro dos salários correntes quando os produtos alcançavam bom preço.”⁶⁸

Por último, mas, sem grande diferenciação social dos criadores, caboclos roceiros ou ervateiros, encontravam-se os peões e domadores que se constituíam em mão de obra flutuante, baseada no regime criatório do gado, cabia ainda aos domadores uma posição um pouco mais privilegiada em

⁶⁸ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Apud. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit. p. 47.

relação aos peões, que trabalhavam em qualquer conta ou data por qualquer dinheiro, pois a doma era apreciada e vista como distinção de bravura, além de se constituir em conhecimento técnico específico.

Já o peão envolvia-se em todos os trabalhos, desde o manejo do gado, extração de mate e corte de madeira, não possuíam família e era mão-de-obra extremamente fluida o que, de certa forma, não era bem visto pelos eventuais chefes políticos da região, que em relação a eles pouco podiam influenciar, pela vida e costume quase nômade, indo e vindo com a tropa, parando e tropeando onde lhes aprouvesse e lhes fosse dado pouso e trabalho. As atividades desenvolvidas pelo peão além de extenuantes também logo findavam, sobretudo, a extração do mate que o empregava por 3 a 4 meses no inverno e depois não mais carecia de cuidado. Paralelamente, o corte de madeira começava a se sobressair na região, graças à linha férrea e ao aumento da demanda interna de madeira, trabalho mal remunerado e controlado por empresas madeireiras de grande porte presentes na região.

Como toreiros ou lenhadores, peões havia e ainda há que ganham por quantidade de troncos derrubados e transportados. Outras vezes são pagos por dia. Em julho de 1912, por exemplo, cerca de 800 peões trabalhavam assim no corte e transporte de madeira para a serraria que a South Brazil Lumber and Colonization Co. havia montado em Três Barras.⁶⁹

Apesar das divisões sociais historicamente constituídas na região do Contestado à iminência do conflito é patente observar a nítida diferenciação que possuíam os coronéis políticos na região, congregando grande quantidade de terras, poder político e braços ora armados, ora no trabalho, segundo sua vontade. Os outros grupos sociais, inclusive cidadãos, acabavam por orbitar ao redor do poder políticos desses coronéis, dentro de uma estrutura hierárquica complexa mais reconhecível e aceita por seus membros. Apesar dos controles sociais e das tensões inerentes à toda sociedade, cabe-se o questionamento das condições e em que momento essa estrutura que, com reservas, manteve-se estável, acabou por entrar em colapso emergindo desta um conflito das proporções do Contestado.

⁶⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit. p. 47.

1.3 DO USO DA TERRA: COTIDIANO, AGENTES E ECONOMICIDADE

Concomitantemente, a região do Contestado constituiu-se do encontro de duas frentes pastoris, uma paranaense, que atravessa o rio Iguaçu e se apossa dos campos de Palmas e outra catarinense que pelos caminhos das tropas chegou até as margens do Rio Paciência, onde se ergueu a vila de Canoinhas. Da exploração comercial do gado comum criado nessas paragens, enredaram-se tropeiros que a “pé” transportando o gado. Por onde passavam, acabavam por criar paragens que, gradualmente, se transformavam em vilas de negócios e abastecimento:

O tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. A população não vivia em isolamento num sertão distante; estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes e era frequentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas. Muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades, a fim de contar com pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo.⁷⁰

Durante o transporte do gado que se iniciava nos meses de setembro e outubro, passo a passo, sem pressa, durante o caminho saindo da região de Lages, ainda em Santa Catarina rumavam em direção ao norte rompendo pelas matas do vale dos Rios Marombas e Caveira, quando não marginando o Rio do Peixe, em direção aos campos gerais paranaenses, indo ao encontro da cidade de Itararé – SP e, posteriormente, até a feira geral de gado, em Sorocaba, no que chegavam por volta dos meses de janeiro, fevereiro ou março. Por estes caminhos, formavam-se importantes e valiosas fazendas que acabavam por se incorporar à economia tropeira. Dessa economia surgem os núcleos povoadores, acompanhando a estrada de Viamão e caminhos alternativos como um desdobramento dessa prática que periódica, articulou seus povoamentos a lógica da pecuária e do tropeirismo.

Por todos os lugares, onde os campos naturais permitissem a pecuária extensiva, puseram-se os homens a criar gado. A pecuária acabou por orientar todos os aspectos cotidianos dessas sociedades e, notadamente, constituiu-se

⁷⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 81.

a principal atividade econômica, ordenando e orientando o desenvolvimento regional. Tudo se subordinava à pecuária e ao tropeirismo. Portanto, a economia regional estava diretamente ligada à pecuária extensiva e, a partir desta, construíram-se os laços sociais e as alianças de mando pessoal, materializadas na dependência do peão para com o pecuarista e ou dono de terras. A crescente demanda por terras justifica-se pela própria necessidade de se obterem áreas de pasto renovadas e pelo gradual aumento da atividade pecuária ante ao crescimento populacional da região e da criação de gado. Enquanto a oferta de terras e o comércio de gado mantiveram-se adequados ao crescimento das demandas envolvidas nesse processo, o próprio sistema se manteve estável.

Assim, pode-se observar como a pecuária extensiva e sua lógica acabaram por equacionar a economia, costumes, práticas e relações de poder, e que mesmo posteriormente com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, a crescente urbanização e a chegada da estrada de ferro, ainda puderam conservar traços característicos e específicos daquela estrutura econômico-social adaptadas às novas práticas que se apresentavam. Complementarmente, a pecuária extensiva à extração vegetal incorporou-se com tamanha importância que, posteriormente, os dois estados envolvidos na disputa territorial do contestado possuíram ciclos econômicos regionais. “Com a anexação da parte do território Contestado que nos cabe, passaremos a ser um dos grandes produtores de herva-matte.”⁷¹ Para tanto, justificou-se a criação da ferrovia, como é possível comprovar nas seguintes passagens:

A exportação de madeira e herva-mate, nossos principaes productos, seria maior si não fora a crise de transporte que nos asoberba de um modo desanimador e isso em uma proporção tão lamentável, que á medida que augmenta a nossa produção, diminúe a capacidade de transportes já tão exígua no presente.⁷²

De outra forma:

Como medida econômica de grande alcance não menos importante seria a construção de uma boa via de comunicação entre a Villa de Campos Novos e Limeira, Estação da Estrada de

⁷¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado Felipe Schmidt. 1917. p. 71.

⁷² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Afonso Alois de Camargo. 1918. p. 34.

ferro São Paulo – Rio Grande, para facilitar a exportação da heva-matte e madeiras de diversas essências que existem em grande quantidade naquele município.⁷³

A pequena roça familiar e o extrativismo da erva permitiam uma renda extra ocasional, comercializada fora dos limites locais e eventualmente garantia certa autonomia do agregado para com o dono das terras e a posse de algum dinheiro em espécie. Geralmente, o sistema ou modelo de extração predominante era desenvolvido pela família-extensa, de forma artesanal, em pequenas áreas territoriais ou terras devolutas. Em um segundo modelo, o dono das terras onde se encontravam os ervais tratava, antecipadamente, com grupos de peões ou um empreiteiro e combinava o serviço, optando pela divisão da erva coletada ao fim da empreitada ou então pela paga adiantada, de víveres e algum dinheiro, para os turmeiros que realizavam o trabalho pelo trato combinado.

A exploração ervateira na região contestada, gradualmente, vai abandonando seu caráter familiar e subsistente, caracterizando-se por uma progressiva divisão e ampliação do trabalho e pela penetração de companhias beneficiadoras que acabam por implantar um novo racionalismo produtivo. “A rápida ocupação da região do planalto norte-catarinense, no início do século XX, intensificou a exploração dos ervais devolutos [...]”⁷⁴

O caboclo e sua família coletavam e sapecavam a erva de modo artesanal, não tendo mais condições de concorrer com o processo industrial e os baixos preços pagos pelos intermediários. Isso contribuiu, de forma determinante, para o empobrecimento da família e dos recursos vindos da venda, ou troca, da erva. Os lucros concentraram-se em maior parte com os atravessadores, em geral, os próprios donos das terras que, gradualmente, colocaram limites na exploração dos ervais naturais por seus agregados e sitiante, a parte do caboclo era a menor de todas.

Para o agregado e o caboclo esse processo de industrialização da extração ervateira tornou-se extremamente nocivo, além de excludente, pois com as novas condições de exploração, em parte criadas a partir do desenvolvimento ferroviário, que se apresentou a região, através de

⁷³ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Gustavo Richard. 1910. p. 30.

⁷⁴ MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 133 – 134.

companhias extrativistas que acabaram assumindo e controlando a extração da erva-mate. Inaugurou a coleta com turmas de trabalhadores locais especializados e, por ela, remunerados o que garantiu uma melhor qualidade e homogeneização da produção ervateira regional, mas, todavia retiraram do processo extrativista as famílias de posseiros e agregados que pelo papel dos atravessadores não mais podiam trocar ou vender a erva em pequenas quantidades. Por outro lado, os proprietários das terras onde se localizavam os ervais não mais permitiam ou consentiam a retirada das mesmas pelos seus agregados, aumentando os conflitos e tensões pelo fim do costume.

Para as populações das regiões serranas contestadas, a impossibilidade de continuar a extração de erva de modo artesanal atingiu, diretamente, a economia familiar, com duras consequências para as mesmas, nos meses de inverno, quando o gado aguardava na invernada e os serviços na pecuária diminuían. Diminuiu também, de certa forma, a autonomia do sitiante, pois já não possuía outra forma eficaz ou viável de trabalho dependendo, exclusivamente, da lida com o gado e das benesses do dono das terras, algum coronel. De outra forma, aumentava a busca pelas áreas de ervais, dentro das florestas serranas, atingindo os faxinais e capoeiras habitadas pelos caboclos, que nelas desenvolviam uma agricultura de subsistência dentro de suas roças o que, naturalmente, opôs interesse e tencionou as relações de mando e poder nas regiões. A lógica da expansão territorial, na região, não mais pôde se processar pela limitação das terras livres para essa prática. Progressivamente, a economia ervateira nos estados contestados foi avultando-se, sobretudo pela construção de estradas vicinais e pelo aumento crescente da malha ferroviária da região, seja pela ferrovia São Paulo – Rio Grande, seja pelo ramal ferroviário de União da Vitória – PR ao porto de São Francisco do Sul – SC.

É a maior exportação que se tem até hoje. Para este total concorreram principalmente a herva-matte, as madeiras, os phosphoros, os animaes suínos e o café. A quantidade de herva-matte exportada foi de 40.679.387 kilos, no valor official de 20.339:693\$500 rs., contra 36.641.628 kilos, no valor official de 18.320:813\$000 rs., no exercício anterior. É a maior exportação feita até hoje, tendo augmentado mais 4 milhões de kilos de um

exercício para outro. Este facto fala bem alto em favor da prosperidade da principal indústria do Estado...[]⁷⁵

Assim, o aumento nas exportações e nas receitas sobre a erva-mate apontadas por Fernando Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná, podem ser compreendidas se observar-mos a crescente integração possibilitada pelas estradas, sobretudo as férreas, que aumentaram enormemente a capacidade produtiva e de transporte da erva-mate, diminuindo distâncias e custos, bem como a arrecadação dos estados produtores que passaram a perceber a importância fiscal da erva-mate como produto de exportação para os mercados platinos. Esse crescimento produtivo e a corrida extrativista acabaram por acirrar os ânimos entre os estados e seus grupos políticos partidários, que passaram a controlar uma nova e rica região produtora, do principal produto de exportação de seus estados, a erva-mate.

Gradativamente, a implementação do traçado ferroviário, na região do Contestado, uma série de transformações decorrentes desse processo se apresentaram. Dentre elas, o fim do tropeirismo e a crise da pecuária regional, sobretudo, pela desarticulação de sua lógica produtiva, com o fim das grandes áreas livres de pastagens, sem elas a economia pecuária extensiva deixa de existir. Esse processo acabou por impactar negativamente a economia familiar dos posseiros e sitiantes que desenvolviam algum tipo de atividade econômica articulada ao tropeirismo. Em relação ao emprego, a concorrência cabocla para com a mão-de-obra imigrante, mostrou-se incompatível pela crescente marginalização, preconceito e maior especialização técnica da última.

De diversas formas, as mudanças das relações sociais entre os coronéis e fazendeiros para com seus agregados refletem a mudança do modelo produtivo regional em suas relações. Mantendo seus costumes, o sertanejo não podia concorrer com o aumento gradual da produtividade agrária regional, não possuía especialização técnica para assumir os novos empregos ou funções que se apresentavam, ou ainda, não havia mais condições de integração/adaptação de suas tradições as novas expectativas econômicas.

Quando da derrubada da floresta, os caboclos consorciavam-se, braços dados pelo mutirão chamado de pixurú, trabalhavam no roçado por

⁷⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Fernando Xavier da Silva 1911. p. 16.

volta do mês de junho, início do inverno e concorriam ao trabalho de extração da erva-mate. Entretanto, era preciso derrubar a mata no inverno, para que ocorresse a secagem da vegetação a qual se ateava fogo no mês de agosto, posteriormente se começava a semeadura da plantação em setembro logo depois de aplicada a coivara⁷⁶, aprendida com os índios, bem como, o uso do chucho⁷⁷ para o plantio do grão. A alimentação básica do caboclo era a canjica de milho branco que acompanhada de alguma farinha e, ocasionalmente naco de carne, se constituía em comida cotidiana do sertanejo que buscava reforço alimentar na floresta, da coleta, sobretudo, do pinhão e na caça ocasional.

Socorrido era o caboclo pelas matas de araucária, que produziam com intervalos regulares, grandes quantidades de pinhão, servindo de alento às populações sertanejas nos meses de inverno, época de maior trabalho nos ervais, e quando mais faltava o que comer, naturalmente pela condição climática. “O pinheiral é o paiol dos pobres”⁷⁸. Também era durante o inverno em que o pinhão brotava vigoroso, à época do caboclo buscar o empréstimo ou compra de um bacorinho, um filhote de porco-do-mato, que engordava viçoso somente a comer pinhões e a viver fuçando na floresta. Já gordo, seria vendido, sua carne era cobiçada e a gordura extremamente útil para as lamparinas e para a conservação de alimentos, senão como remédio mesclado à erva ou ao extrato salvador. Era o momento de barganhá-lo confortavelmente e dele retirar algum benefício, ou ainda quitar algum débito pendente para com algum vizinho ou bodegeiro amigo que outrora o socorreu.

A roça cabocla desenvolveu-se, complementarmente, à economia pecuária e dadas as dificuldades e limitações que os sertões impunham, era necessário produzir tudo aquilo que de fora não pudesse chegar à região. Cultivava-se serra acima feijão, milho, abóbora e melancia, se a terra fosse fértil ou de primeira semeadura se consorciava o milho e o feijão, entretanto, em regra geral, a pobreza do solo e a inadequação das técnicas de plantio somadas ao progressivo empobrecimento da terra permitiam ao caboclo o cultivo de um roçado pobre e de poucos resultados. Nas áreas devolutas ou

⁷⁶ Técnica de plantio indígena: consiste na derrubada da floresta, queima e plantio.

⁷⁷ Vara de madeira com forma de coifa, quando pisado abria o buraco necessário ao covo e semeadura.

⁷⁸ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Op. cit. p. 37.

nas áreas marginais dos latifúndios pecuários o caboclo construía um pequeno rancho, em geral de paredes de taipa e um telhado de palha, circulado pelo roçado pobre, mais suficiente e adequado às condições de produção e sobrevivência do sertanejo. Isso em parte, explica a grande dependência econômica e política para como o dono das terras que habitava, ficando a mercê da boa vontade do dono das mesmas, geralmente, compadre, eventualmente, coronel de alguns homens como ele.

2 OS IMPACTOS DA MODERNIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA MORAL

Neste capítulo apresentaremos a dinâmica do processo de modernização da economia regional, bem como os resultados desse processo, em meio à transformação do cotidiano e da economia moral, das populações sertanejas no Contestado, estabelecendo um estudo comparativo, entre a emergência da ferrovia e a transformação, ampliação e industrialização dos modelos produtivos regionais da economia extrativista e suas consequências, a partir de modernos mecanismos e lógicas produtivas. A modernização pode ser considerada um processo onde instituições, práticas e hábitos tradicionais adaptam-se às funções modernas, de formas, perspectivas e intensidades diferentes, onde os resultados dessas transformações criam uma desigualdade, que se reflete na própria sociedade, equivalente à necessidade de adaptação que ela suscita. A uniformização das práticas sociais e costumes, a universalização do conhecimento e o racionalismo econômico são suas formas mais evidentes. “Nesse consenso o impacto das funções modernas sobre as instituições tradicionais se situa no centro do processo de modernização”⁷⁹.

Dessa forma, quando se analisa a mudança ou transformação dos costumes na região, busca-se estabelecer um nexo causal entre a chegada da ferrovia São Paulo - Rio Grande, na primeira década do século XX, ao início da guerra sertaneja à região serrana do Contestado. A partir da mudança da economia fundiária e de sua transformação, modificaram-se todas as estruturas que dela emergiram, sejam a estrutura social, a cultura, a lógica produtiva, tidas e reproduzidas como costume. Dentro dessa perspectiva, pode-se supor que a rapidez, a complexidade e a abrangência do processo de transformação das relações produtivas também atingiram as relações sociais e o cotidiano. As mudanças impediram a reprodução lógica das estruturas vigentes, aceitas pelos grupos sociais inseridos nas regiões do Vale do Rio do Peixe, Iguaçu e Negro, regiões marginais à ferrovia e que puderam sentir toda a força transformadora e a viragem de seus costumes. Sem a possibilidade da

⁷⁹ BLACK. Cyril Edwin. **Dinâmica da modernização**. Estudo de história comparativa. Rio de Janeiro: Apec, 1971. p. 61.

continuidade da tradição, irromperam contra a própria mudança buscando manter a ordem estabelecida. Relação percebida nas palavras de Felipe Schmidt, governador catarinense.

Antes de tudo impõe-se a necessidade de trazer as populações do interior ao convívio da civilização pela abertura de vias de comunicação, pelas estradas de ferro que facilitem o commercio dos productos e o commercio das idéias, dando-lhes prosperidade econômica, processos novos de trabalho e de vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre.⁸⁰

A importância atribuída à cultura, nesta pesquisa, repousa na própria diversidade de seus constitutivos que, apesar de sua incrível variedade e dos problemas metodológicos inerentes a sua análise, pode na mesma medida em relação as dificuldades apresentadas em seu estudo, fornecerem-nos caminhos extremamente profícuos quando, pela cultura observa-se a história, descobrindo então seus mecanismos, formas e determinações particulares em seu enredo. Sendo cultura a soma do mundo material e do imaginário social, de um conjunto de práticas, de técnicas, de símbolos e de valores, que devem ser transmitidos às novas gerações a fim de garantir o convívio social, permitindo ao indivíduo o seu autorreconhecimento e desenvolvimento de um sentimento de pertença ao cotidiano comum.

Apesar de saber-se que as culturas encontram-se em constante mudança, como em uma marcha, deve-se considerar que diferentes culturas estão sempre em interação, em dinâmico processo de transformação e afetação, realizando continuamente “trocas culturais”, que dentro da perspectiva do capitalismo moderno apresentam-se de formas desiguais. Acerca das definições de cultura, optou-se compreendê-la como “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”,⁸¹ Para Edward Palmer Thompson⁸² o costume e suas práticas exercem a mesma importância e representação para uma sociedade do que a própria lei jurídica, refletindo seus desejos, cotidiano, interdições que analisadas e relacionadas

⁸⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt. 1916. p. 15.

⁸¹ BURKE, Peter. **O que é a História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Conceito desenvolvido originalmente por Edward Tylor em *Primitive Culture*. 1871. p. 43.

⁸² THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. Op. cit.

permitiram-nos evidenciar por quais caminhos a modernização, o capitalismo moderno trazido pelo trem agiram. Dentro dessa linha ordenadora, estabelecer-se-á, de modo indicativo, como as transformações que atingiram a região do Contestado, a partir do início do século XX, puderam catalisar uma série de elementos, que em consonância acabaram por deflagrar uma das maiores revoltas camponesas do Brasil a partir da mudança da “economia moral”, daqueles grupos.

É de se supor, no entanto que o impacto da penetração de empreendimentos vultosos, quanto a pessoal ocupado e a capitais investidos, e inovadores quanto à tecnologia empregada e às soluções organizatórias tenham alterado de modo substancial o gênero de vida costumeiro.⁸³

Demonstrar o processo de mudança do costume torna-se fundamental para a proposta de estudo, pois toda sociedade encontra-se em constante mudança, “evoluindo” algo que pertence a ela própria, sendo, lógico dizer-se que as sociedades mudam, transformando-se baseadas em suas necessidades. Não se discutirá o caráter da mudança, ou sua direção, mas sim, a “intensidade” com o qual se apresentou, ao cotidiano e as relações produtivas que se desenvolveram historicamente na região, modificando a realidade e o imaginário dos grupos sociais no Contestado.

Pela complexidade de análise que remetem os estudos culturais, sobretudo se utilizados comparativamente a economia, buscou-se encontrar na obra de Thompson subsídios mais adequados a essa espinhosa proposta. Suas análises, remetem as mais variadas fontes do cotidiano, dos atos e leis oficiais, das estratégias de luta, das músicas, das formas de trabalho, dos jogos, do campo, da cidade como espaço e seus costumes, por vezes, conflitantes. Constitui-se, a nosso ver, no referencial teórico mais adequado à presente proposta, por permitir um diálogo constante entre estruturas econômicas e culturais. Thompson, em sua obra *Costumes em Comum* procurou estudar os costumes e suas manifestações culturais, especificamente, a cultura dos trabalhadores dos séculos XVIII e XIX, observando as relações culturais entre a classe trabalhadora que ele denomina “plebe” e as elites de época à qual chamou de “patrícios”. Interessante perceber que, para o autor, somente a partir do século XVIII é que se inicia um

⁸³ MONTEIRO, Duglas Teixeira. Op. cit. p. 43.

processo de diferenciação entre a cultura popular e a cultura dominante, dando origem ao folclore e, respectivamente, a cultura erudita. Esse processo de diferenciação cultural é percebido pelas mudanças econômicas, pelas mudanças no trabalho e no lazer que se constituíam em “pressões para “reformular” a cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores.”⁸⁴, bem como a interferência da igreja e Estado no cotidiano.

Houve um tempo em que os sertanejos defendiam a autonomia própria na organização de suas festas religiosas. Precisando do padre apenas para celebrar a missa, batizar, casar e só. Não queriam que o padre se imiscuísse nos negócios da festa. Apurados os resultados financeiros dos leilões de prendas, o saldo tinha um destino que o informante ignora. Progressivamente os sertanejos foram convencidos a admitir o controle da Igreja sobre o movimento financeiro, alegando os representantes desta que o dinheiro deveria ser destinado à construção e conservação de capelas e igrejas.⁸⁵

A pressão de uma reforma na cultura não foi bem recebida pelas camadas inferiores, pois efetivamente “abrir mão” de sua cultura, de seus costumes seria abster-se de sua essência, sua identidade, como se viam, pensavam e imaginavam. Não desejo transformar a discussão em uma luta de classes, rígida ou nitidamente definida, já que Thompson não defende um conceito de classe fechado, muito menos, um corte social - cultural tão nítido à época. Entretanto, o autor descreve a consciência de classe e as experiências como fundamentais manipuladas dentro dos termos culturais, vendo que grande parte dessa experiência de classe, determinou as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos por ela de modo involuntário.

A singularização do costume acarretou para as sociedades de época o fim de variadas formas de expressão, a generalização do costume passou a denominar-se de cultura, num conceito mais amplo e abrangente. A linearidade cultural criou na sociedade uma homogeneidade não natural, pois

⁸⁴ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.13.

⁸⁵ Depoimento colhido por Duglas Teixeira Monteiro citado na obra **Os errantes do novo século**. Op. cit. p. 249.

para Thompson “o costume era a ‘segunda natureza’ do homem.”⁸⁶ A imposição de novos costumes aos “pobres” não lhes permitiu a assimilação de uma nova cultura, na realidade essa imposição adquire um caráter de dominação, pois o acesso ao conhecimento e a alfabetização não atingia os estratos mais baixos da sociedade, a mudança progressiva da cultura veio afirmar o domínio das elites e restringir ainda mais as classes inferiores que, ao mesmo tempo, em que não tinham acesso à nova cultura, viram, seus valores, seu modo de vida, seus costumes inferiorizados e marginalizados.

A inovação é mais evidente na camada superior da sociedade, mas como ela não é um processo tecnológico\ social neutro e sem normas (“modernização”, “racionalização”), mas sim a inovação do processo capitalista, é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.⁸⁷

Essa separação entre cultura popular e erudita acabou por reforçar os costumes dos mais pobres, que cerraram fileiras na defesa de sua cultura e tradições, marca indelével de sua individualidade. Todavia, essa separação de costumes, conjuntamente à racionalização do trabalho, da cultura do trabalho, restringiu a consciência de grupo e de sua representatividade. Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que a separação entre “costumes”, modos de vida, reproduziu-se dentro de lógicas e expectativas específicas. Do lado das elites, a nova cultura estava cada vez mais ligada ao racionalismo dos costumes, ao racionalismo produtivo, ao racionalismo do trabalho e do capital, impondo-se implacavelmente como uma nova realidade.

Para os grupos subordinados, o choque entre o racionalismo capitalista e a “tradição”, permitiu um aparente retorno à ortodoxia dos costumes “tradicionais”, no intuito característico de reforçá-los, de defendê-los ante as mudanças que se operacionalizavam, mais evidentemente, no campo econômico, que intrinsecamente modificavam a dinâmica do “costume comum” e as práticas sociais, aceitas e reproduzidas historicamente. A mudança atingiu diretamente os valores culturais dos grupos subordinados que reagiram através de controles morais e sociais mais rígidos, pois;

⁸⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Op. cit. p.14.

⁸⁷ Id. p.19.

Sem dúvida, essas relações sociais praticadas no planalto eram sentidas como costumeiras e naturais pelas pessoas. Como relações de produção, são experiências socialmente compartilhadas que poderiam possuir tanto aspectos de conformidade como de rebeldia. O costume tradicional do planalto era balizado religiosamente pelos ensinamentos do monge João Maria como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio:⁸⁸

Dessa forma, pode-se compreender que as transformações materiais ou dos “modelos produtivos” regionais não são sentidas diferentemente ou separadamente pelas populações caboclas, em seu cotidiano ou cultura, mesmo que uma parte dela materializada em forma de religiosidade. A economia e os costumes tradicionais, lados de uma mesma moeda foram paulatinamente modificados pelas novas estruturas do capitalismo, os controles sociais baseados na dominação direta se afrouxaram. A reorganização do trabalho e a mudança do processo produtivo familiar permitiram progressivamente o esmaecimento dos costumes tradicionais e a introdução de novos valores com a imposição / adoção de uma nova “economia moral”, verificada como intercurso ou como uma tradição emergida do cotidiano que buscava se impor.

A reprodução das expectativas cotidianas de consumo acabam por constituir-se em “economia moral”, já que para Thompson, podem os conflitos sociais surgirem e condensarem-se através da resistência / expectativa de manutenção de seu modelo econômico moral, pois são vistos como resistência às transformações produtivas. Essa distinção entre o que era “costumeiro / tradicional”, e o que é “moderno” / “racional” cada vez mais se torna imperceptível, pois o costumeiro está diretamente ligado à realidade material dos grupos sociais e a transmissão de novas técnicas, conhecimentos, valores e também uma experiência social apreensível por todos. Analogicamente, pode-se observar que as graduais alterações dos modelos produtivos de uma sociedade permitem a mudança dos costumes, das normas válidas e aceitas pela mesma. Esse conjunto de transformações e a mudança das “necessidades” e “expectativas” entre as sociedades tradicionais e modernas, transformou as formas produtivas e a experiência de parte dessas sociedades, submetidas pelas novas formas de economia onde “o capitalismo (ou seja, o

⁸⁸ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 95-96.

“mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, [...]”⁸⁹.

Para Vidal Ramos:

A este futuroso pedaço de terá brasileira, dotado de incalculáveis riquezas naturais e que só espera para desenvolver-se assombrosamente que lhe dê meios de transporte fácil e rápido, para o escoamento da sua variadíssima produção e que esta seja melhorada pelo trabalho racionalmente feito e pelo emprego de modernos processos.⁹⁰

Gradual e progressivamente, as classes submissas forçadamente se inseriam no mercado de trabalho e dinâmica capitalista, dentro do seu racionalismo, entretanto, singularmente pela noção de experiência reproduziam práticas, valores e culturas populares anteriores, tradicionais, com às quais se sentiam ligados pelo pertencimento, pela experiência, pelas formas aceitas de agir e pensar. Portanto, o costume deixa de ser progressivamente um agir baseado no cotidiano, nas necessidades práticas, reelaboradas e compreendidas moralmente como a defesa de interesses específicos de um grupo. Para Thompson, a noção de experiência constitui-se em uma consciência política que obrigatoriamente está ligada à experiência histórica do indivíduo, à originalidade de sua obra encontra-se na contraposição as teorias e perspectivas hegemônicas, homogêneas, e na crítica ao conceito de superestrutura que buscam enquadrar todo fato histórico em um “determinismo natural ou essencialmente econômico”.

No estudo desses casos, espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência a exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, a “cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde.⁹¹

Apesar de costumes e “necessidades” diferentes, que inicialmente são apontadas entre as elites e as classes baixas, gradualmente a distinção precisa e inequívoca entre os costumes e necessidades comuns diminuem a um ponto comum da “práxis” do racionalismo capitalista, permitindo novos padrões de consumo moral da plebe e a assimilação de valores que não podem ser

⁸⁹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Op. cit. p.23.

⁹⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 5-6.

⁹¹ Id. p. 17.

medidos capital ou monetariamente. Inicialmente, essa mudança, longe de criar uma consciência de classe, permitiu a sociedade regional, a inteligibilidade dos processos de transformação e garantiu a crescente defesa e identificação de valores próprios, pelas mudanças e pela incompatibilidade das “tradições”, “necessidades” e “expectativas” desses grupos resultando desse conflito um híbrido que, progressivamente, cristalizou o modelo capitalista – burguês.

[...] porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”) às novas inovações técnicas ou a racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes [...] ⁹²

Utilizando o referencial thompsoniano, na análise das “necessidades” e “expectativas” que permeiam os interesses coletivos. Esse binômio entre o que é necessário e o que é desejado, permite-nos observar o que os “patrícios” e a “plebe” demandavam em épocas diferentes, mas sobretudo, permitem observar como esse universo de necessidades e expectativas homogeneizou-se, permitindo que os desejos e as necessidades das classes outrora diferentes agora acabem por confundir-se ante a transformação do capitalismo. Segundo Thompson, o capitalismo revolucionou “as “necessidades” e destruiu a autoridade das expectativas baseadas nos costumes.”, ⁹³ o que permitiu a transição de uma sociedade “tradicional” para outra “capitalista”, e a redefinição dos princípios de “satisfação cultural e material”, alterando a economia moral desses grupos. Sendo o costume, medida e limite de comportamento aceito, a transformação dessa realidade gerou a ruptura das práticas que mantinham os conflitos internos estanques e a funcionalidade das estruturas de manutenção ativadas. Portanto, a impossibilidade de satisfação das necessidades e expectativas subordinadas suscitou a “reelaboração” das mesmas em renovados modelos, adequados, à nova realidade que se apresentava, em sua tecnicidade e racionalismo, sem, contudo negar-lhe seu caráter conflituoso. Para Vidal Ramos:

A nossa população cresce dia a dia. A colonização compreendida pelo Governo Federal e as construções de estradas de ferro fazem afluir ao Estado milhares de indivíduos que, aglomerados

⁹² THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum** Op. cit. p.21.

⁹³ Id. p. 23.

em zonas longínquas e outrora quase desertas, reclamam a assistência da força pública, como elemento indispensável de ordem e segurança.⁹⁴

Isso permitiu a transformação das estruturas “tradicionais” dessa sociedade ao mesmo tempo em que as mudanças tecnológicas e produtivas apresentaram novas formas de produção, trabalho e lazer, outras “necessidades” e diversas “expectativas”. Essa transformação não é facilmente observável, sobretudo, pela rapidez em que as mudanças nos modelos econômicos se apresentavam, em tempos diferentes, quando senão inconstantes. Também por não estarem totalmente desligadas do passado produtivo e de suas práticas decorrentes, por isso, acredita-se ser oportuna a perspectiva de ausência de luta de classes e não a ausência de conflitos, remetendo a expressão de “protoconflito” preferida por Thompson, por definir uma sociedade que mesmo em transformação busca o retorno de tradições como bálsamo ao sentimento de perda. Porém, acreditamos ser importante registrarmos que, apesar de não discutirmos as transformações econômicas e o processo de crise em relação ao Contestado, através da luta de classes, isso não elimina a existência de conflitos internos a essa sociedade em transformação, numa dinâmica semelhante às estruturas de tradicionais de classe.

Essa volta ao “costume comum”, à tradição entendida aqui, como a reprodução das práticas cotidianas, de sua funcionalidade, garantia a continuidade das expectativas e anseio do grupo. Segundo Thompson, essa possibilidade mostrou-se sem resultados, pois as suas tentativas de recriar o lugar comum, chocaram-se violentamente com o individualismo competitivo do jovem capitalismo. Esse capitalismo mercadorizou aquilo que era tido como direito e uso comum, a terra, concessões, licenças de uso e exploração que antes se estabeleciam pela construção de laços pessoais foram mercadorizadas, postas em outros termos. Agora as relações sociais se veem mensuradas pelo valor da moeda e por suas possibilidades de lucro, tudo a partir dessa lógica podia ser quantificado, as obrigações comuns, a lei

⁹⁴ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1913. p. 23.

consuetudinária baseada no costume, deu lugar à lei do “lucro” a um novo “deus” a orientar o mundo.

No Contestado, esse processo apresentou-se com certa similaridade quando relacionado às transformações sociais, na Inglaterra, do século XVIII e o fim da cultura tradicional, pois em ambos, as mudanças nos costumes surgem em decorrência das mudanças dos processos produtivos, seja na Inglaterra pelo capitalismo moderno, seja no Contestado pelo que a ferrovia também permitiu criar. De outra forma, as perspectivas sociais ainda convergem em relação à mudança do costume, desejando e defendendo as concessões, usos e licenças anteriormente aceitas, como deferências pessoais e sociais, as quais alicerçavam relações de obediência e dependência individual, que se modificaram refletindo as mudanças das estruturas econômicas. Seu novo agir e suas novas necessidades acabam por transformar as relações sociais anteriormente estabelecidas em direção a uma crescente ruptura.

Numa sociedade de total dependência e clientelismo, encontra-se freqüentemente a ameaça anônima, ou até o ato terrorista individual, no outro lado da moeda da deferência simulada. É exatamente numa sociedade rural, em que toda resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento, se não vitimação pela lei.⁹⁵

Os conflitos que emergiram desse processo, em ambos os lados, são fruto das mudanças estruturais, entre elas os processos produtivos, das novas necessidades em relação à mão – de – obra, trabalho e produção. A mudança tornou o trabalhador “disponível e móvel” segundo o interesse de seus senhores, apesar da vontade destes em manter certo controle pessoal sobre seus assalariados, não ofereceram nenhuma contrapartida ou benefício que mantivessem ativas as estruturas do paternalismo. O que na visão dos trabalhadores era diverso, pois o trabalho assalariado, portanto livre, era incompatível aos mecanismos de controle pessoal. “Eles desejavam ardentemente ficar com o melhor do mundo antigo e do novo, sem as desvantagens de nenhum dos dois.”⁹⁶

⁹⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 64.

⁹⁶ Id. p. 40.

Em relação aos grupos sociais e seus modelos culturais, desenvolvidos por Thompson, observa-se uma similitude de papéis, utilizados em nossa discussão, que parece adequada para relacionar-mos o meio social e as perspectivas desses grupos, que se apresentam em uma dicotomia polarizante. Partindo de uma relação dualista entre a elite dominante e os dominados, busca-se em último momento, enquadrar a análise das estruturas sociais no momento econômico específico de transição do capitalismo moderno à época. Nas próprias palavras de Thompson, pode-se constatar a vantagem dessa perspectiva de análise, pois efetivamente reflete a mudança em espaços rurais em conformação em relação a uma economia progressivamente industrial:

Posso concordar que meu modelo bipolarizado tenha mais importância para distritos rurais, de pequenas cidades e, especialmente, manufatureiros que se expandem fora dos controles corporativos (o lócus da “proto – industrialização”) do que para as grandes cidades.⁹⁷

Evidentemente, que um estudo bipolar apresenta problemas metodológicos quando utilizado numa análise social ampla, pois de certa forma cria grupos antagônicos, separados nitidamente por uma linha divisória, criada pelos interesses dispares e conflitantes dos grupos em estudo. Dessa forma a perspectiva de interação social, dentro de uma sociedade, mesmo heterogênea e, em constante disputa, cria mecanismos de acomodação e válvulas de escape, que em momentos de maior tensão ou confronto direto são ativados, restabelecendo a ordem social e a continuidade de interesses comuns. Nessa dinâmica “Quando atuava na esfera municipal uma oposição política, dirigi-a também um coronel, que – mais necessitado de granjear popularidade, - apresentava-se como pai da pobreza ou defensor dos fracos.”⁹⁸ Apesar dessa problemática, o modelo de análise proposto pelo autor se adequa eficazmente à presente proposta, permitindo compreender o contrateatro desenvolvido pelos grupos sociais durante seus processos de luta, barganha e afirmação.

Procurava-se manter, isto sim, o mito de que não havia antagonismo no interior do grupo e, realmente, a crença de que o fazendeiro seria o maior e mais sincero defensor de seus

⁹⁷ Id. p. 80.

⁹⁸ QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 43-44.

parentes, compadres e afilhados se conservava até que a vida se encarregasse de demonstrar o oposto.⁹⁹

Entretanto, quando o sistema social e sua lógica não permitem a continuidade ou o acomodamento das tensões e conflitos sociais latentes, o rompimento das estruturas de equilíbrio leva à cristalização e à radicalização de interesses, que se apresentam invariavelmente definitivas. Dentro dessa lógica de ruptura, é que se busca observar as condições que determinaram esse processo e que levaram milhares de caboclos a se lançarem em luta contra seus “inimigos” pela manutenção de seus interesses e a continuidade de seu mundo. Cindidas as estruturas de manutenção dessa ordem, o compadrio e agregação, a sociedade cabocla entra em colapso, as mudanças de ordem econômica pelas quais passam a região com a emergência da estrada de ferro modificam o modelo fundiário e pecuário no qual se alicerçam outras relações produtivas e sociais.

Dessa correlação e dependência, permite-se compreender que qualquer modificação do modelo econômico acarretou irremediavelmente a transformação das estruturas socioculturais. Indiferente ao processo de crise a terra passa por uma valorização crescente, fruto das novas possibilidades produtivas que a ferrovia cria e desenvolve em nível regional. Conseqüentemente, esse processo contribuiu para a crise das relações pessoais, o costume do compadrio e a prática da agregação não mais se reproduzem tradicionalmente, como também limitaram ou findaram, os usos costumeiros das terras ociosas as margens das grandes pastagens e tudo aquilo que da terra era retirado para a sobrevivência. Essas concessões de uso estabeleciam a interdependência entre coronéis e agregados, configurando-se em estruturas centrais das relações e controles sociais entre compadres. A mudança da perspectiva econômica da terra altera essa lógica e impossibilitam sua reprodução ante aos novos interesses. Dessa forma Monteiro reforça que:

A contradição entre interesses e associações morais evidenciava-se sempre que, em situações concretas, entre fazendeiros e seus agregados e camaradas, tornava-se impossível conciliar a busca e a defesa de alvos econômicos racionais com a observância dos costumes tradicionais.¹⁰⁰

⁹⁹ Id. p. 45.

¹⁰⁰ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século**. Op. cit. p. 38.

Portanto, o modelo metodológico thompsoniano, permitirá em análise, apontar as congruências nas várias formas de mudanças dos costumes e tradições, dessas diferentes sociedades, que em função da transformação nas respectivas expectativas de grupo, rompem violentamente contra as tênues estruturas comuns de controle, pois: “os plebeus nunca deixaram de estar cientes desse aprisionamento, conscientes da reciprocidade das relações [...], alertas aos pontos em que podem exercer pressão em proveito próprio.”¹⁰¹ Portanto, quando a estabilidade social é transgredida, o acordo tácito entre as classes dominante e dominada, assentada na tradição e na ordem comum se desfaz, o confronto outrora mediado irrompe de forma violenta.

2.1 MODERNIZAÇÃO E FERROVIA

Independente das especificações e da articulação do processo de crise na região, pode-se inicialmente, estabelecer duas possibilidades que nos auxiliaram a discutir o processo de transformação regional, a primeira seria o conceito de modernidade e seus processos decorrentes. Em segundo lugar a ferrovia, sua dinâmica e estrutura. Entretanto, busca-se agora apresentá-las no intuito de orientar as posteriores discussões.

A modernização pode ser compreendida como uma série de transformações que se materializam nas esferas política, econômica e social que tem se intensificado nos dois últimos séculos, tendo seu marco inicial a partir da Revolução Francesa e Industrial Inglesa. A esse processo acumulativo de transformações produtivas, desenvolveram-se novos modelos técnicos, científicos e administrativos que geraram mudanças e racionalizações econômicas promovidas diretamente pelo capital em uma sociedade que buscava o seu desenvolvimento econômico industrial. Importante dizer que se utilizará um conceito mais específico sobre a generalização das transformações que o sistema capitalista e suas dinâmicas econômicas, denominado aqui como modernização. Acredita-se que a defesa de uma perspectiva mais restrita sobre os agentes e os resultados da transformação advindos da modernização poderão ser mais bem utilizados se observarmos

¹⁰¹ THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. Op. cit. p. 70.

que esse processo foi conduzido por uma burguesia especializada e que suas realizações estavam diretamente ligadas a uma lógica contínua de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas, direcionando-a para fins específicos. Assim desejava Carlos Cavalcante:

O que nos falta ainda nesse aparelho de defesa e formação da riqueza, é a existência de estabelecimentos especiais de instrução, escolas e campos de demonstração e experiência, que estendam pelas diversas regiões do Estado, as sãs noções dos métodos modernos de cultura e criação.¹⁰²

A importância do conceito de modernização está diretamente ligada à inovação e suas capacidades criadoras, surgindo destas, novos modelos econômicos produtivos, institucionais e seus desdobramentos político-sociais. Articulando interesses do Estado e do capital, ao passo de confundi-los, determinando uma das suas principais características. Pode-se observar que a modernização, seus valores e seus novos ideais, não permanecem isolados dentro de um espaço social específico, ao contrário, as transformações que a modernidade opera, permitem a “mudança do futuro hoje”. Prometem a inclusão de todos às maravilhas emergidas desse processo, portanto, a ideia de modernidade está diretamente ligada à mudança de toda uma estrutura econômica, política e social. Seus aspectos transitórios modificam a realidade presente, interagindo constantemente e, a partir dessa nova condição, projetam-se novas possibilidades, um novo modelo que, ao mesmo instante, em que é modificado por novas vontades, muda progressivamente, a realidade vindoura, moldando passo a passo um cenário mais específico e interessante para a burguesia transformadora e suas vontades triunfantes.

As mudanças resultantes desse processo de modernização na região do Contestado se desenvolveram e determinaram à ruptura nas estruturas tradicionais regionais, se apresentando de forma intensa, catalisando a crise de transformação, não aceitação e ruptura, que se acredita estar diretamente ligada a ferrovia e a infra-estrutura, decorrente de sua construção, de suas possibilidades econômicas, de seu racionalismo produtivo e sua relação com o desenvolvimento tecnológico, transporte e produtividade. Nessa perspectiva:

¹⁰² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1913. p. 23.

Compreendendo bem todo o alcance econômico de uma extensa e racional rede de estradas de rodagem e férreas, permitindo a circulação rápida da riqueza e aumentando-lhe activamente o valor, o governo empregou todos os esforços no sentido de aproveitar o maximo dos recursos de que podia dispor, sem comprometer os demais serviços administrativos, para aplical-os nas vias de comunicação do Estado.¹⁰³

Buscando melhor apresentar a questão, destaca-se a obra *Trem Fantasma*,¹⁰⁴ de Francisco Foot Hardmam, que buscou reconstruir o que foi a experiência de construção da ferrovia Madeira - Mamoré, evidenciando o choque entre o projeto de modernidade e progresso e a realidade de seu ocaso, quase que arqueologicamente desenterrando lembranças e artefatos, tentando compreender os impactos “psicossociais” daquela ferrovia na solitária fronteira da civilização.

A experiência da ferrovia Madeira-Mamoré coloca lado a lado o desejo da modernização e do progresso, o trem, sua força e velocidade chocaram-se contra a natureza intransponível. Demonstrando as limitações da criação humana, ainda maravilhada com os avanços da tecnologia, das exposições universais e de tudo aquilo que a ciência materializou. Era percebido enquanto sentimento, experiência que revelava a todos o grande poder transformador da burguesia. De outra forma, a ferrovia possuía uma dualidade, como se seus artífices e contemporâneos pudessem sentir ao mesmo tempo um misto de medo *versus* admiração, “...correspondências histórico – culturais entre técnica e sociedade, entre progresso material e estados de espírito, entre o estado das coisas e as maneiras de apreende-las”.¹⁰⁵

Hardmam busca compreender como a “experiência da modernidade” foi percebida não só em relação ao seu objeto, mas como literatura, arquitetura e arte apreenderam, incorporaram e a reproduziram esse “sentimento” do moderno uma “vontade” de progresso.

Por um momento, podem-se tomar como exemplos, simultaneamente, três obras de pintores à primeira vista sem maiores afinidades estéticas: *Rain, Steam and Speed*, de William Turner (1844); *Die Berlin – Potsdamer Bahn [A ferrovia Berlim – potsdam]* de Adolph Menzel (1847); e a série *Gare Saint-Lazare*,

¹⁰³ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1913. p. 18.

¹⁰⁴ HARDMAM, Francisco Foot. **Trem Fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹⁰⁵ Id. p. 35.

de Claude Monet (1877). Em todas elas, a mesma obsessão ferroviária. Mais do que isso, pois não se trata só de mera coincidência temática resultante da “febre dos trilhos” que tomava conta da Europa em busca, quem sabe, de seus novos paisagistas.¹⁰⁶

A certa altura de sua obra, Hardman imagina o episódio da incrível luta entre Dom Quixote contra moinhos de vento, como uma metáfora para o confronto da maquinaria humana, nascida do progresso técnico ante os conflitos desencadeados pelas resistências presentes nas cabeças dos homens. Difícil resistir à tentação de uma comparação entre o que o autor imaginou para a Madeira-Mamoré que não possa nesse caso, ser estendida a São Paulo – Rio Grande. Não seria o caboclo do Contestado, assim como Dom Quixote um, herói romântico deslocado de seu tempo que luta contra forças que não compreende e muito menos pode impedir. Evidentemente que a Guerra do Contestado não é uma revolta “alienada”. Entretanto, pensar os confrontos imaginários e as representações daqueles que viram o trem e seus poderosos maquinismos valida essa pequena discussão: “Mais do que a locomotiva e seus vagões, são precisamente os sentidos históricos – culturais de seu trajeto - de sua aparição [...]”¹⁰⁷

Em relação aos governos dos Estados do Paraná e Santa Catarina esse desejo, essa preocupação para com a ferrovia, algo apreensível que permite relacionar suas expectativas em direção a um futuro, em que o progresso de seus Estados estaria ligado ao trem. Implicitamente, a importância que a questão suscita não poderia passar tão longe de nossa análise, essa “febre dos trilhos” a qual o autor se refere em relação à Europa também pode ser, inequivocamente identificada junto aos governos estaduais, junto a sua intelectualidade, junto aos seus desejos:

E, se tivermos a felicidade de ver realizadas as outras estradas de ferro projectadas e em estudos, poderemos estar seguros de que nosso Estado será, então, um dos mais prósperos do Brazil. Para tanto só precisamos de viação férrea. As nossas riquezas naturaes e a variedade da nossa produção já foram brilhantemente patenteadas no memorável certamen de 1908, onde Santa Catarina conquistou um dos primeiros logares. Para que o nosso Estado atinja o grau de prosperidade para que foi

¹⁰⁶ Id. p. 37.

¹⁰⁷ Id. p. 48.

destinado, só é necessário que chegue até nos o sopro de vida nova [...]¹⁰⁸

Para Vidal Ramos, os espetáculos da modernidade e os resultados do progresso que já se apresentavam, certificavam a grandeza do porvir, mais um a desejar o progresso tecnológico, mais um a respaldar o futuro promissor do Estado, necessitando apenas de trilhos, de ferro e vapor. Isso permite perceber como o desejo de progresso por parte do governo, ou sua maioria, se constituía em uma meta irrenunciável, uma missão salvítica, uma idealização tão fortemente construída onde a técnica e o progresso tornaram-se uma verdade providencial.

Dados os devidos distanciamentos entre a ferrovia Madeira – Mamoré e a São Paulo–Rio Grande acreditamos, ser possível fazer entre elas algumas aproximações. Primeiramente as fases finais de construção das duas ferrovias se encontram no início do século XX. Entre 1907 a 1912 para a ferrovia Madeira – Mamoré e 1908 a 1910 para a ferrovia São Paulo – Rio Grande, observado o trecho União da Vitória – PR a Marcilio Ramos – RS. Ambas foram construídas a partir da concessão de incentivos ou isenções fiscais, como, também, pertenceram em algum momento de sua trajetória ao *Syndicate Farquar* e sua controladora a *Brazil Railway Co.*

Também pode-se evidenciar de maneira genérica que ambas tiveram suas construções relacionadas a questões políticas, a São Paulo – Rio Grande foi concebida em primeira instância como forma de ação em relação à instabilidade política em nosso último estado meridional, bem como, para com nossos vizinhos platinos, a exemplo a Questão de Palmas em 1895¹⁰⁹. No caso da Madeira-Mamoré, seu surgimento se vincula ao Tratado de Petrópolis - 1903, saída diplomática para a Questão do Acre. Durante a construção das duas ferrovias articularam-se oportunidades econômicas, seja lá a borracha, seja cá a erva-mate e a madeira. Entretanto, não se limitaram exclusivamente, à exploração única dessas atividades: “Os privilégios para explorar a longo prazo as terras em redor de cada linha férrea criavam verdadeiros monopólios

¹⁰⁸ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 09.

¹⁰⁹ Baseados no Tratado de Madri em 1750, o governo Argentino reivindicava as regiões oeste do Paraná e de Santa Catarina, até os Rios Chopin e Chapecó, agravando as disputas territoriais e aumentando o quadro de instabilidade política na região do Contestado.

não só no transporte, como também no da colonização de terras, agroindustriais como a da madeira, mineração e outros.”¹¹⁰

Ambas as ferrovias suscitarão grandes problemas sociais que acabaram por marcar profundamente a memória de suas construções, principalmente o caso da Madeira- Mamoré, conhecida como ferrovia da morte, já à ferrovia São Paulo – Rio Grande, apontada, por diversos autores já enumerados, como um dos principais fatores de desestabilização da região do Contestado. De outra forma também pode-se apontar mais uma congruência em relação às duas ferrovias, ambas utilizaram-se de grande efetivo de trabalhadores braçais, no caso da Madeira-Mamoré o que mais nos ressalta aos olhos foi o uso de mão-de-obra estrangeira, sobretudo, por sua diversidade, os quase 1600 operários estrangeiros pertenciam a 42 nacionalidades diferentes¹¹¹. No caso da ferrovia São Paulo – Rio Grande também se recorreu à utilização de grande quantidade de mão-de-obra, entretanto, apesar de divergências quanto à participação de trabalhadores de outras regiões do país, a maioria dos trabalhadores afluíram da própria localidade.

Diferentemente em relação às duas ferrovias, ao final de suas construções o drama da Madeira-Mamoré desapareceu no esquecimento. Já a São Paulo - Rio Grande foi palco de uma das maiores revoltas sociais no Brasil República. Recorrendo a depoimentos colhidos por Monteiro, em 1972, na região do Contestado, evidencia o Sr. Benedito Pedro de Oliveira:

Que soube que o traçado da estrada não respeitava propriedades – ‘passava por cima dos ranchos’. Conta que trabalhou na construção da estrada de ferro. Destes lados, diz ele, referindo-se à extremidade sul da ferrovia, não registrou a presença de trabalhadores vindos de outras partes do país. A disciplina no trabalho e nos acampamentos, imposta pelos americanos na construção era dura .¹¹²

Outro aspecto marcante na obra de Hardmam é a narrativa que desenvolve em relação à rígida disciplina do trabalho, aos castigos físicos e as fugas empreendidas pelos trabalhadores, temerários da contaminação por

¹¹⁰ Id. p. 143.

¹¹¹ Id. p. 142.

¹¹² Depoimento colhido por Duglas Teixeira Monteiro citado na obra **Os errantes do novo século**. Op cit. p. 237.

endemias, somadas às duras condições de trabalho e a falta de pagamento por seus trabalhos. Na mesma lógica, sobre a ferrovia São Paulo – Rio Grande, também se pode apontar a similaridade de condições, evidenciadas em parte pelos relatos acima. Mais ao sul, as condições duras de trabalho não eram em muito diferentes na construção da estrada, o grande volume de terra das escavações e nivelamentos mobilizados na construção do trecho exigia detida disciplina, os turmeiros eram organizados em grupos e controlados por um capataz. A velocidade com a qual o trecho ferroviário entre União da Vitória-PR e Marcílio Dias – RS somadas as dificuldades de engenharia no Vale do Rio do Peixe permitem compreender a dimensão da disciplina e a violência empregada. Segundo Machado, na fase final da construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande os números de trabalhadores estavam em cerca de 8 a 10 mil operários, número em muito superior ao da construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Indiferentemente, as duas empresas construtoras e exploradoras também se utilizavam de forte milícia armada que faziam por prevalecer os interesses de seus mandatários.

Para manter a disciplina de toda estrutura, a Lumber possuía um corpo de segurança de mais de 300 guardas, o que representava, na época um efetivo superior ao do regimento de Segurança de Santa Catarina que possuía, em 1910, 280 homens (incluindo banda de música, oficiais e guarda dos prédios públicos da capital) espalhados por todo estado.¹¹³

Outra questão levantada pelo autor, para nós constitui-se, em importante perspectiva de análise quando afirma: “Empresários, exploradores e oportunistas transacionaram, enquanto foi possível, seus objetivos de lucro imediato com aquela aventura. Mas, em si, a ferrovia na selva não seria “motor de desenvolvimento”.¹¹⁴. Acredita-se que essa perspectiva não possa ser aplicada em relação a ferrovia São Paulo – Rio Grande, pois apesar da deficiência técnica e da falta de planejamento, ela acabou por articular um processo de desenvolvimento e crescimento econômico que em muito perpassa as dimensões atingidas pela ferrovia Madeira-Mamoré, apesar de seus resultados incertos, pois o homem lá, não venceu a floresta.

¹¹³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 152.

¹¹⁴ HARDMAM, Francisco Foot. **Trem Fantasma**. Op. cit. p. 137.

Dessa forma, o caráter e a importância da ferrovia São Paulo – Rio Grande não se evidencia somente nos discursos oficiais, materializa-se no desenvolvimento da colonização na região, na exploração da madeira e erva-mate que vieram a constituir nos dois maiores produtos exportadores dos estados do Paraná e Santa Catarina. Evidencia-se também na expulsão do caboclo da terra, na crise geral da sociedade local, na crise da pecuária e no fim do tropeirismo. Portanto, não se buscou em nesta dissertação um viés exclusivamente econômico, mas uma perspectiva que possa valorizar esse olhar ao enfocare-se o papel da ferrovia São Paulo - Rio Grande, que na região permitiu o surgimento de novas formas de exploração econômica, mais eficientes e lucrativas. O trem constitui-se por excelência em arauto da modernidade, seu racionalismo redimensionava a economia ao mesmo tempo criava novas formas econômicas que acabam por sintetizar o que é moderno. Dessa forma, relacionam-se os aspectos da modernidade e suas transformações resultantes ao processo de crise que acabaram por catalisar as condições de conflito na região. Pois a modernização econômica dissemina-se pela organização da esfera produtiva de um determinado sistema se tornando mais eficiente e racional, alterando e modificando a sociedade regional. Modelos esses que, pelos meios correspondentes utilizados, geram uma maior lucratividade ou controle de mercado específico para qual foram idealizados.

Porém, as transformações decorrentes do processo de modernização não se restringem ao campo econômico, inferem-se ao campo político-social, pois toda “mudança econômica é uma mudança social”, seus desdobramentos foram percebidos quando as populações sertanejas se viram impossibilitadas de reproduzir seu cotidiano e seus costumes em defesa da manutenção de sua cultura. Mesmo as tentativas de adaptação mostraram-se incompatíveis com os novos desejos e possibilidades, no novo mundo, não havia mais lugar para velhos costumes.

Historicamente, também pode-se resgatar a importância da ferrovia durante a Revolução Industrial na Inglaterra e a sua posterior eficácia quando relacionada a expansão do processo industrial para outras nações durante o século XIX, sobretudo em relação aos Estados Unidos que puderam integrar, explorar e desenvolver seu país continental por uma “simples” composição de trilhos, dormentes e força locomotiva. Entretanto, o modelo ferroviário brasileiro

caracterizou-se em quase toda a sua totalidade pelos investimentos e renúncias fiscais efetuadas pelo governo federal na tentativa de criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento da indústria nacional. Sabido era que a ferrovia criaria uma estrutura pela qual poderia desenvolver-se a economia nacional. O investimento no setor ferroviário nacional encontrava grandes dificuldades, seja no fornecimento industrial de ferro, seja nas grandes distâncias que se tornaram irreconciliáveis a investimentos privados e de curto prazo, nessa perspectiva os investimentos nacionais ou as cessões de direito para a construção das mesmas de forma direta ou indireta possuíam em geral capitais federais. Comparativamente, o modelo ferroviário inglês desenvolveu-se basicamente, com o capital privado daquele país. A lógica inglesa é inversa, segundo Hobsbawm,¹¹⁵ as diminutas distancias e capitais empregados para a construção e implementação de ferrovias na Inglaterra compensavam investimentos privados, que a curto prazo eram recuperados pelos investidores, se beneficiando de um maior dimensionamento do mercado, de um custo de produção e transporte menores, permitindo o gradual investimento em infra-estrutura, o que garantia maior lucratividade, sobretudo, alicerçado pelo grande mercado exportador inglês.

Entretanto, no Brasil, a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul fora concebida, segundo Lowe,¹¹⁶ sobretudo, pela necessidade do governo federal em criar condições de transporte e comunicação rápidos, habilitando o Estado, se necessário fosse, a uma intervenção na região sul do Brasil. Especificamente, o estado do Rio Grande do Sul, dada sua grande instabilidade política e as tensões recalcitrantes entre os países meridionais pelo controle da bacia platina. Não era, portanto, intenção, nem se constituía possibilidade real, integrar ou desenvolver as regiões pelas quais a ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul passa-se, pois eram regiões que a época possuía uma limitada atividade econômica que permitisse o investimento e retorno do Estado ou do capital privado e sua capacidade de investimento.

¹¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Da revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 39.

¹¹⁶ LOWE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In.: **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano** vol. 3 sociedade e política (1930 – 1964). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997. p. 99-122.

Dessa forma, pode-se observar que, especificamente, nas regiões do Contestado, o planejamento e a construção da linha ferroviária não buscaram em nenhum momento como atividade principal integrar ou desenvolver as áreas pelas quais passou. Sobretudo, pelas limitações e inadequações de suas atividades econômicas e a falta de condições necessárias para seu desenvolvimento ou sua exploração econômica. Essa questão é, objetivamente muito importante para nossa discussão, já que posteriormente, a construção do traçado ferroviário nas regiões disputadas pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina articularam as condições materiais e de infraestrutura que permitiram a exploração, crescimento e desenvolvimento econômico. Obviamente, que a região em questão possuía uma economia, sobretudo, articulada ao tropeirismo, mas somente com a chegada do trem é que o redimensionamento econômico iniciou um intenso processo de transformação. /desestruturação.

Nos primórdios do século XX, quando as estradas de ferro penetraram na área e adquiriu vulto a indústria da madeira, entre eles se recrutaram os toreiros e os trabalhadores das serrarias. Era uma gente acostumada à mata e que aos novos donos da mata permaneceu agrilhoada.¹¹⁷

Ou ainda:

O trecho catarinense da Ferrovia São Paulo – Rio Grande passava pela margem esquerda do rio do Peixe, abrindo estas terras para a exploração de madeiras e para a colonização estrangeira promovidas pela Brazil Railway, constituída justamente para a exploração das terras marginais adquiridas na concessão.¹¹⁸

Nessa relação, tanto a economia madeireira como a do mate, articularam-se e desenvolveram-se analogamente as estruturas do transporte ferroviário que nas regiões acabaram por se constituir. Alguns dados referentes ao desenvolvimento da malha ferroviária nos estados do Paraná e de Santa Catarina podem evidenciar essa perspectiva. Em 1905, o estado do Paraná possuía 834 km de linhas ferroviárias em plena utilização, em 1919, esse número aumentou para 1010 km perfazendo um crescimento percentual de 33,09%¹¹⁹. Em Santa Catarina, o percentual de aumento ferroviário em uso foi

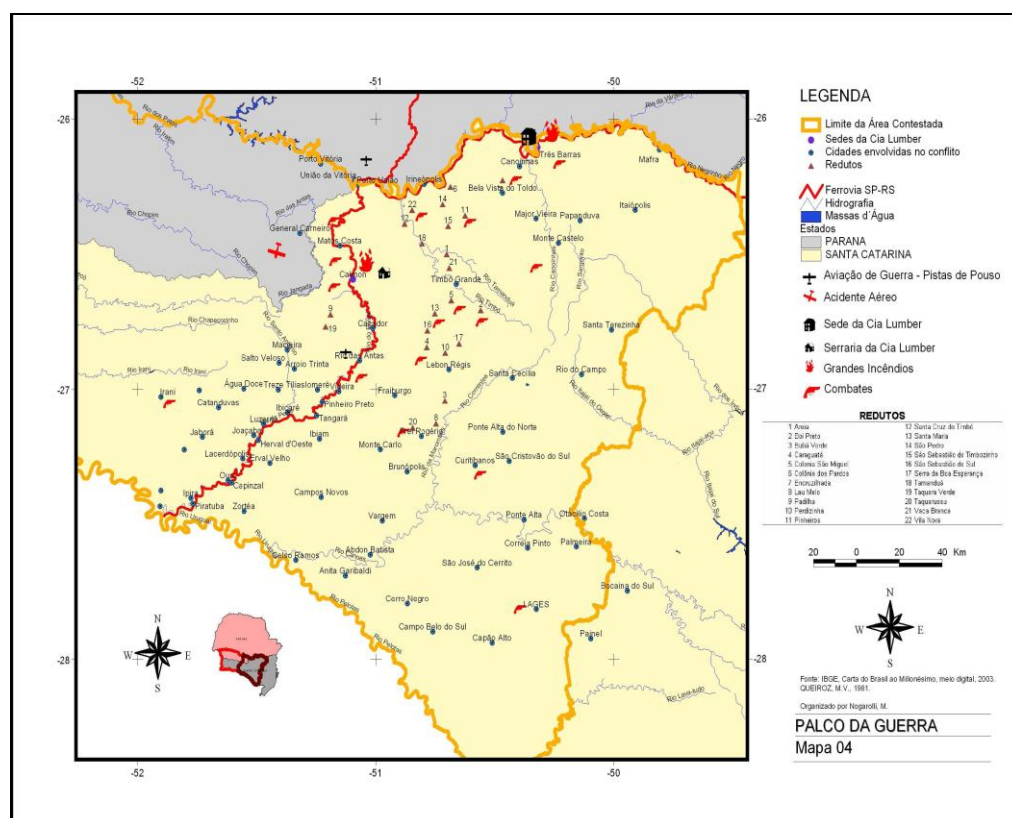
¹¹⁷ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit. p. 35.

¹¹⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 143.

¹¹⁹ KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná: 1880 – 1940**. Dissertação (Doutoramento) – São Paulo: USP. 1985 p. 184.

de 513,25%, saltando em 1905 de 106 km para 1086 km em 1919. Ainda ilustrando nosso ponto de vista é importante salientar que a média de crescimento da malha ferroviária em nível nacional aumenta nas décadas de 1910 a 1920 em cerca de 48,30%, quando em comparação nos estados do Paraná e de Santa Catarina esse percentual se estabelece em 273%.¹²⁰ A incidência da construção de uma malha ferroviária percentualmente maior em Santa Catarina permite compreender a importância da ferrovia no processo de articulação da crise regional. Sobretudo, quando se percebe que o traçado da ferrovia São Paulo – Rio Grande desenvolve-se, paralelamente à margem direita do rio do Peixe, cortando de norte a sul, a zona disputada pelos estados em litígio e insere-se dentro da área de conflito a uma distância média inferior a 60 km dos principais redutos rebeldes, evidenciado no mapa abaixo:

Mapa I



Fonte: FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**. p. 89.¹²¹

¹²⁰ Estatística históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2ª ed.vol. 3. Series Estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

¹²¹ FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: Uma abordagem acerca da formação territorial do sul do Brasil. Tese (Doutoramento). Curitiba: UFPR, 2006. p. 89.

Importante demonstrar não só a proximidade física da ferrovia São Paulo – Rio Grande na área em questão, mas também, de estabelecer uma aproximação temporal que permita compreender a chegada da ferrovia a região ao surgimento das condições de crise que acabaram por contribuir para a deflagração da revolta do Contestado (1912-1916). O trecho da referida estrada, compreendido entre as cidades de União da Vitória – PR e Marcelino Ramos – RS passou ao controle catarinense, fruto das decisões do Supremo Tribunal Federal em relação à Questão de Limites, sendo entregue ao tráfico em dezembro de 1910. Apesar da maioria dos autores remeterem ao ano de 1912, como o de início da revolta sertaneja, é importante dizer que Maria Isaura Pereira de Queiroz indica o início das conflagrações, já em 1911. Divergências a parte, o período compreendido de dezembro de 1910 até o início dos conflitos, seja em 1911 ou 1912, compreendeu a fase em que se iniciaram os desdobramentos e as influências da ferrovia que acabaram por lançar na região, as condições materiais de sua crise, da miséria crescente a luta. Nas palavras de Vidal Ramos, “Não conheço meio mais fácil e eficaz de povoar, do que rasgando nas mattas virgens boas vias de comunicação que constituem o melhor attractivo para os que se destinam à cultura da terra.”¹²². A transformação não se restringiu as florestas, sentiu-se em cada pedaço de terra, a beira do fogo, em cada lar.

Algumas proposições feitas até agora são fruto da escolha das fontes analisadas nesta pesquisa, o discurso oficial das Mensagens Oficiais dirigidas às Assembléias Regionais, proferidas pelos senhores governadores dos estados do Paraná e Santa Catarina, de 1910 a 1920, justificam-se: primeiro, por constituírem-se em elementos de análise dos interesses oficiais e as perspectivas e orientações políticas de cada estado. Segundo, pela sua amplitude dos assuntos pertinentes à presente pesquisa, fruto das prestações de contas das administrações estaduais, tais como: viação, saúde, segurança, justiça, exportações, sociedade, tributos, dentre outros. Terceiro, pela sua periodicidade e pela articulação entre os discursos oficiais e alegações de defesa e ataque dos estados envolvidos na questão de limites na garantia de

¹²² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 62.

seu pleito. Ainda, em relação às fontes oficiais, pode-se constatar a apreensão e preocupação das elites com a questão do Contestado e a articulação desta com seus interesses imediatos tal qual a disputa política envolvida na própria questão territorial. Os interesses na exploração da erva-mate e madeira constituíram-se no período referendado as maiores economias dos dois estados, a sede fiscal e a crescente burocratização e aparelhamento estatal na região a fim de legitimar seus interesses e dos grupos subservientes as estruturas de poder e mando regional, articularam-se em legitimações passíveis de qualquer ato ou vontade.

Havia anualmente, uma espécie de guerra fiscal entre os estados pela erva-mate. O estado de Santa Catarina sempre tributou a menor a erva produzida e comercializada no planalto, tentando, muitas vezes, receber a erva paranaense para exportar pelo seu Porto de São Francisco.¹²³

Neste trabalho, utilizou-se das fontes disponibilizadas pelo projeto de microfilmagem de documentos Latino-Americanos da Universidade de Chicago, Estados Unidos desenvolvido pela fundação Andrew W. Mellon em cooperação com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Compreendem documentação governamental brasileira diversa, entre 1821 a 1993, mesmo em formato digital, os relatórios provinciais apresentados às assembleias estaduais pelos governadores dos estados do Paraná e Santa Catarina de 1910 a 1920, na íntegra, o que permitiu uma leitura detalhada e escrituração precisa de todos os relatórios anuais dos governadores de estado do Paraná e de Santa Catarina.

2.2 A ECONOMIA EXTRATIVA E O PROCESSO MODERNIZADOR: NOVA ORDEM NO ESPAÇO

Conjuntamente, nas regiões do Vale dos Rios Iguaçu, Paciência e Peixe encontra-se extensas áreas extrativistas de erva-mate e araucária que acabavam por constituir-se em atividade econômica paralela ao trabalho pecuário. Garantiam uma maior independência do sertanejo agregado para com seu coronel político e uma alternativa produtiva, pela diversificação do

¹²³ MACHADO. Paulo Pinheiro. Op. cit. p. 128.

trabalho e pelos ganhos que essa atividade gerava durante o período da invernada bovina, permitindo ao caboclo o desenvolvimento de um sentimento de autonomia política, paralelamente, a um processo de gradual “sedentarização”, o que aumentou a luta pelo controle da terra e as disputas de ervais. Esse desejo de “fixação” ao solo evidencia-se em parte pelo choque das fronteiras de expansão paranaense e catarinense. A soma dessas perspectivas permite observar como as limitações do modelo agrícola determinaram o colapso e transição das estruturas da região.

Atividades econômicas acessórias desenvolveram-se junto ao traçado ferroviário, como pequenas fábricas de caixas de madeira e ensaque, serviços de manutenção de ferragens que auxiliaram e fomentaram o comércio local, o trem encurtou distâncias, diminuiu os custos de transporte e, ao mesmo tempo, criou condições favoráveis ao desenvolvimento de novas atividades produtivas paralelas ou seu redimensionamento. O processo de industrialização da extração madeireira e ervateira foram seu maior e mais imediato resultado, pois as novas condições logísticas e de infraestrutura surgidas na região articularam-se as crescentes demandas de exportação de madeira para as regiões platinas, consequência da eclosão da Primeira Guerra Mundial e das dificuldades naturais de importação do pinheiro europeu. “Feliz o dia em que o Paraná, deixando de ser, dentro da Federação, o maior exportador de matte e madeiras seja o maior de trigo. Nesse dia seremos um dos expoentes máximos da riqueza econômica do Brasil.”¹²⁴

Não obstante a delicada situação econômica de todo o país, agravado pela crise financeira da União e, ainda mais fortemente, pelo estado de guerra reinante no velho mundo, o ano de 1915 foi um dos mais felizes que temos tido, sob o ponto de vista da nossa exportação. A grande procura de produtos agrícolas e mesmo a alta dos preços de quase todas as mercadorias manufaturadas contribuíram para estimular e aumentar a produção agrícola e industrial e animaram o comércio catarinense.¹²⁵

Esse quadro de oportunidades somou-se aos interesses de exploração madeireira pela concessionária Brasil Raywal Company que detinha os direitos

¹²⁴ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Affonso Alves de Camargo. 1918. p. 34.

¹²⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt. 1917. p. 65

de construção da ferrovia em questão e da exploração das áreas “devolutas” paralelas ao traçado ferroviário. A exploração industrial da madeira foi levada a cabo pela Lumber do Brasil que se tornou a maior fornecedora de pinho para os mercados platinos e o aumento das demandas nacionais, prejudicadas com o primeiro conflito mundial. As terras as margens dos trilhos eram comercializadas em projetos colonizadores pela *Southern Colonization*, todas subsidiárias do *Syndicato Farquar*.¹²⁶, uma holding de capital anglo-americano controlada por Percival Farquar. Montaram-se duas modernas serrarias, uma localizada na vila de Três Barras – SC, servida pelo ramal ferroviário União da Vitória – PR a São Francisco do Sul - SC sendo está a maior serraria da América Latina. Outra situada na localidade de Calmon, próxima a cidade catarinense de Canoinhas, servida pelo Trecho União da Vitória – PR a Marcílio Ramos – RS.

A Companhia S. Paulo-Rio Grande, nos termos do contracto firmado com o governo da União faz medir e demarcar até 31 de Dezembro diversas glebas que representam o total de ms.² 6.051.600.454. possuindo por títulos definitivos a superfície de ms.² 3.459.012.080.¹²⁷

Ou ainda:

A exploração de madeiras promete augmentar extraordinariamente, não só devido à procura sempre crescente, como pela facilidade de transporte, em consequência, do desenvolvimento da viação. Possuímos já, além de um grande numero de serrarias movidas por força hydraulica, um grande estabelecimento fundado pela Companhia Southern Brasil Lumber Company, á margem do rio Negro, no lugar denominado Três Barras. Essa grande serraria, em actividade desde algum tempo, pode produzir diariamente 1.041 duzias de taboas de 4 metros de comprimento. É licito prever que será colossal a nossa exportação de madeiras, quando a viação férrea do Estado attingir as enormes florestas de araucária do planalto central.¹²⁸

Não só a construção das serrarias como anteriormente a medição do traçado ferroviário na região e sua posterior implementação, estavam diretamente ligados à exploração madeireira, já que extraídas as matas nativas mais próximas dos mercados consumidores, tornava-se necessário que novas

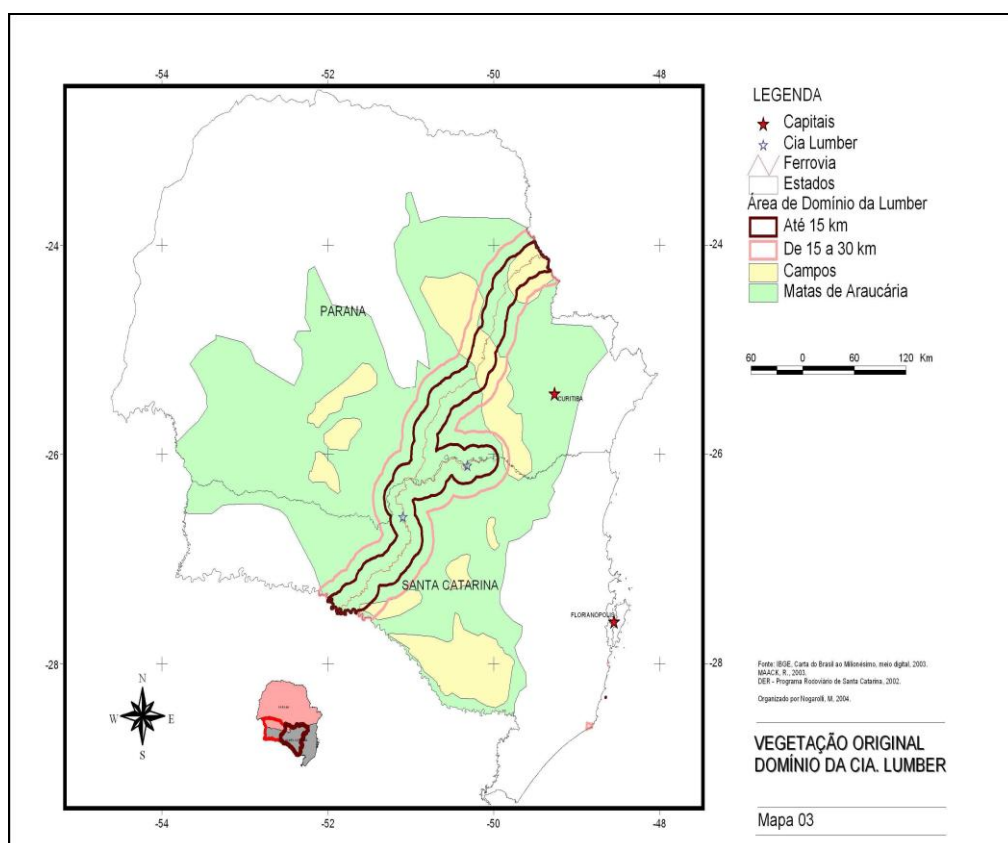
¹²⁶ Refiro-me ao truste de empresas que atuou no Brasil nas áreas de transporte ferroviário, colonização, agropecuária, extração madeireira.

¹²⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1915. p. 29-30.

¹²⁸ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal Jose de Oliveira Ramos. 1912. p.148.

áreas de extração madeireira, bem como, sua decorrente infraestrutura fossem disponibilizadas. Esse progressivo avanço sobre as áreas de floresta nativa gerou enormes impactos econômicos e ambientais. Segundo Aida Mansani Lavalle, “A abertura do mercado europeu, para o pinho brasileiro, concorreu, juntamente com a expansão dos mercados platinos, para a maior devastação das regiões centro sul e oeste do Paraná.”¹²⁹ Todo crescimento e distanciamento da economia madeireira das áreas de extração, estava diretamente vinculado ao transporte ferroviário, inclusive as maiores fontes de renda das ferrovias paranaenses demandavam do transporte de madeira serrada para exportação. Dessa forma, no mapa abaixo, busca-se evidenciar a localização das serrarias da Lumber em Três Barras e Calmon, construídas em pontos estratégicos em relação às suas áreas de ação.

Mapa II



Fonte: FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado.**¹³⁰

¹²⁹ LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba: Grafipar, 1981. p. 98.

¹³⁰ FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado.** Op. cit. 70.

Se forem quantificarmos os dados relativos à exportação de madeira paranaense pode-se constatar algumas variações e picos produtivos ligados a questões de mercado, oferta e infraestrutura. Entretanto, a análise dos números de alguns anos e suas variações permitem a discussão de alguns aspectos importantes. Senão vejamos: entre os anos de 1910 e 1911 os números percentuais de exportação aumentaram em 85,56%. Entre o período de 1914 e 1915 a variação percentual aumenta em 255,81%. Analisando todo o período que vai de 1910 a 1920 pode-se auferir uma variação de 1985,48% Já o pico produtivo encontrado nas exportações paranaenses em 1918 é de 2227,80% se comparado à produção de 1910.

Demonstrando melhor as perspectivas do aumento da exploração da madeira no Estado do Paraná, nos anos de 1910 a 1920 pode-se observar na tabela abaixo a metragem de madeira exportada pelo porto de Paranaguá:

Tabela I:

Exportação de Madeira em m³ – Paraná.¹³¹

ANO	M3
1910	3670
1911	6810
1912	7237
1913	13564
1914	11381
1915	40494
1916	77145
1917	43409
1918	85430
1919	63632
1920	76537

¹³¹ LAVALLE, Aida Mansani. **A madeira na economia paranaense**. Op. cit. p. 38.

Se relacionarmos a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande em seu trecho de União da Vitória – Marcelino Ramos em 1910 ao início das operações das Serrarias da Lumber em Três Barras e Calmon em 1911, poder-se-á compreender o crescimento das exportações paranaenses de 1910 a 1911 em 85,56%. Já o percentual de aumento em 1915, foi conseguido em parte, pelo agravamento do conflito do Contestado, obrigando parte da produção madeireira catarinense ser exportada pelo porto paranaense de Paranaguá, limitações que o conflito impôs a extração e transporte.

Em relação ao pico produtivo em 1918, da ordem de 2227,80%, pode-se interpretá-lo como decorrente da Primeira Guerra Mundial e da ausência de concorrência do pinho europeu, bem como, do fim do conflito do Contestado em 1916¹³², permitindo a plena exploração escalonada dos recursos naturais. De outra forma, vê-se uma diminuição dos percentuais de exportação paranaense em 1919 da ordem - 25,51%, oscilando positivamente em 1920 para 20,28%. Acredita-se que essa variação reflete em parte o fim da Primeira Guerra Mundial, permitindo o retorno do pinho Europeu aos mercados platinos.

As crescentes demandas de madeira criadas, a partir do crescimento do mercado interno, do distanciamento progressivo, das áreas de floresta exploráveis dos centros consumidores, permitiram em nível nacional o aumento considerável do consumo de madeira beneficiada e o deslocamento das áreas de produção. “A localização das matas de pinheiros, distantes dos portos de exportação paranaenses, tornou a comercialização do pinho dependente das condições de transporte, especialmente ferroviário.”¹³³ Isso exigiu constantes adequações entre a produção madeireira, transporte e o consumo em ascensão, articulado as novas áreas extrativistas que demandaram de uma infraestrutura considerável em termos de transporte e beneficiamento. Como dito, a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1919) também pode ser apontada como um fator constitutivo do aumento dos percentuais de exploração madeireira nos Estados do Paraná e Santa Catarina, já que a importação do “pinheiro europeu”, sobretudo, pelas nações platinas, diminuiu ante as impossibilidades logísticas e comerciais decorrentes do conflito. Nesse

¹³² Entretanto é importante dizermos que os rescaldos do conflito, bem como as perseguições e execuções por vaqueanos continuaram até final de 1918.

¹³³ LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**. Op. cit p. 14.

contexto, coube à indústria madeireira nacional compensar os déficits produtivos e vir a suprir as demandas em crescimento na América Meridional. O pinheiro brasileiro, principalmente, a *araucária angustifolia*, dentre diversas outras espécies, substituiu com grande eficácia e aceitação seu concorrente Europeu ainda que, pelo seu menor preço.

Inicialmente, havia certa restrição de uso e comercialização para com o pinho nacional. Isso se relacionava muito mais as deficientes técnicas de beneficiamento e transporte da madeira que prejudicavam seu valor e durabilidade que pela qualidade da madeira, fruto de uma logística inadequada incompatível com os crescentes volumes de madeira serrada, desde a estocagem e transporte das tábuas. Superados os problemas técnicos com a incorporação de novas e melhoradas tecnologias, aumentadas as composições de vagões destinados ao transporte, ampliam-se progressivamente a exploração e exportação madeireira. Como observado na tabela em sequência:

Tabela II

Exportação de Madeira em m³ – Santa Catarina¹³⁴

ANO	M3
1910	14567
1911	14656
1912	16562
1913	13782
1914	13252
1915	7088
1916	9262
1917	15391
1918	33345
1919	37086
1920	36614

¹³⁴ KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro de Santa Catarina**. Op. cit. p. 107.

No caso catarinense, os dados sobre os percentuais de exportação de madeira de 1910 a 1920, também evidenciam uma lógica concatenada às estruturas ferroviárias nesse período sua variação total foi de 151,35%. Analisando os números exportados e seus percentuais, observa-se que de, 1910 até 1914, a quantidade de madeira exportada permanece razoavelmente estável, com pequenas oscilações, dadas às limitações de transporte. Em 1915, pode-se observar uma queda considerável da ordem de - 46,51% que também no caso paranaense, acredita-se, se relacionar ao aumento dos conflitos no Contestado. Mesmo com a retomada do crescimento dos índices em 1916 em 30,67% majorados, pela ausência de concorrência europeia, esses níveis ficam abaixo dos índices produzidos em 1914.

Entretanto, a exploração madeireira em Santa Catarina relacionou-se em maior grau ao transporte ferroviário, sobretudo, por não possuir até 1917 ferrovias que ligassem as áreas produtoras do planalto catarinense aos seus portos exportadores. Pois somente com o término do ramal Rio Negro – Joinville e sua ligação ao ramal União da Vitória – Rio Negro, segundo Machado,¹³⁵ é que Santa Catarina pôde transportar e exportar sua madeira por suas próprias ferrovias até o porto de São Francisco do Sul.

Conforme dados da exportação madeireira catarinense em 1917, ocorre um aumento de 66, 18% em suas exportações já viabilizadas pelo ramal Rio Negro – Mafra até a ferrovia Dona Teresa Cristina – São Francisco do Sul. A tendência de crescimento manteve-se em 1918, com 116,65% e pico em 1919, com pequena majoração de 11,22%. Acredita-se que o crescimento vertiginoso em 1918, deu-se em parte pelo fim do conflito do Contestado e a continuada guerra europeia. A pequena diminuição nos índices de exportação em 1920, da ordem de 1,27% assim como, no Paraná relacionam--se a retomada da concorrência do pinho europeu com o final da Primeira Guerra Mundial. Evidente que uma análise de dados tão restrita, inclusive em seu período, limita a precisão das suposições apresentadas. Entretanto, relacionadas à ferrovia adquirem um contexto específico e plausível.

O processo e beneficiamento da madeira era completamente mecanizado, da extração ao corte de tábuas e dormentes. A Lumber construía ramais ferroviários que adentravam as

¹³⁵ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p.144.

grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam para as composições de trem as toras que jaziam abatidas por equipes de turmeiros que anteriormente haviam passado pelo local. A exploração industrial da madeira criou sérios prejuízos para a coleta de erva-mate e a subsistência de muitas famílias caboclas. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição de trem, os ervais nativos e devolutos eram “talados” por este deslocamento.¹³⁶

Dessa forma, pode-se compreender que as crescentes necessidades de exploração madeireira na região do Contestado acabaram por determinar o constante avanço sobre as florestas. Sobretudo, em áreas devolutas ou em poder de posseiros ou ainda de pequenos proprietários. Em menor escala, em relação às áreas que se encontravam sobre controle direto do Sindicato Farquar. De forma geral, o rápido crescimento da indústria madeireira e de suas necessidades renovadas acabou por atingir as famílias sertanejas, solapadas pela nova realidade e pelos novos interesses que se apresentavam, foram constantemente pressionadas a abandonarem suas posses ou simplesmente expulsas de suas datas nas áreas marginais e próximas das ferrovias incluídas ou não nos contratos de construção sem qualquer tipo de indenização.

De outra forma, a exploração madeireira mostrou-se altamente predatória e seus reflexos, extremamente danosos à região, sobretudo, por destruir ervais naturais durante o processo de extração, atingindo a sua coleta artesanal e a economia de subsistência do caboclo durante o inverno. Fatores que acabaram por aumentar as tensões latentes e interesses divergentes entre caboclos e madeireiros proprietários de terra, pela possibilidade de lucro com a exploração extrativista no intercurso do trabalho sazonal. As consequências e os impactos desastrosos gerados pela violenta exploração florestal na região já puderam ser sentidos na fala de Felipe Schimdt, governador catarinense:

O replantio das florestas é uma necessidade e não se deve permitir que não o façam os estabelecimentos industriaes que se encarregam da exploração e exportação da nossa riqueza florestal, mas destroem essa riqueza, empobrecendo a terra e modificando o clima.¹³⁷

¹³⁶ Id. p. 151.

¹³⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schimdt. 1918. p. 51.

Analogamente se desenvolve na região um processo de colonização, realizado nas áreas de terras pertencentes à companhia colonizadora ou em áreas apropriadas ilegalmente pelas mesmas que já haviam passado por um processo de desmatamento, “Além do impacto econômico, houve o impacto ambiental e, como resultado do processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica.”¹³⁸ A colonização contribuiu para o aumento do valor da terra à medida que aumentou a demanda por áreas adequadas ao plantio de gêneros agrícolas e a criação de animais. Desse processo de colonização e da entrada de mão – de – obra imigrante, resultou aos caboclos uma marginalização crescente e uma diminuição progressiva das oportunidades de trabalho, aumentando as causas deletérias da ruptura da sociedade sertaneja ao mesmo tempo em que abria renovados espaços aos “brancos de fora”, seja pelo próprio preconceito, pela tecnicidade da mão-de-obra imigrante, ou ainda, pelas disponibilidades de capital direcionado pelos estrangeiros para a aquisição de terras.

Chegando junto com a ferrovia, através de empresas colonizadoras, em especial a Southern Colonization que desmatando, loteando e vendendo as terras marginais às ferrovias, foi introduzindo grandes efetivos humanos na região. Esses grupos acabaram por contribuir para o quadro geral da crise que se implementava.

No ultimo anno (Maio de 1912 a maio de 1913) foram recebidas 388 famílias com 2.002 imigrantes tendo portanto, duplicado aquella média. Destes imigrantes estão localizados nos núcleos federais 3.044, tendo os restantes procurado collocação nas colônias antigas, nas villas e cidades do Estado e nos trabalhos de construção da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande.[..]¹³⁹

Esse processo além de diminuir a oferta de terras na região foi também, progressivamente um movimento de exclusão, já que a mão-de-obra europeizada era mais especializada e “mais branca”, inclusive mais familiarizada com as formas modernas de economia que transformavam a região. Conjuntamente aos impactos econômicos na região, transformam-se os costumes, baseados nas relações tradicionais de produção, troca e comércio e suas sociabilidades, a mudança da tradição e suas práticas desenvolve-se ao

¹³⁸ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Op. cit. p. 152.

¹³⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. José Vidal de Oliveira Ramos. 1913. p. 50.

traçado ferroviário e à penetração do capitalismo moderno. Isso posto, também, acabou por determinar o fim do tropeirismo que além de ser um sistema econômico, era conjuntamente um sistema de sociabilidades desenvolvido e adaptado aos “lugares e as gentes” do sertão. Portanto, as rotas tropeiras determinaram de certa forma a lógica da ocupação territorial na região, sua comunicação, abastecimento e transporte: “Até princípios do século XIX, a conquista do solo, mesmo através de um meio tão precário como a criação extensiva, não tinha progredido muito para longe da estrada”¹⁴⁰.

Mais que a análise de aspectos estruturais e econômicos e sua importância deve-se deslocar o foco de análise para o tropeirismo, seus laços familiares e sociabilidades, observadas nas cortesias e favores concedidos nas pequenas trocas e comércio realizados, no abrigo e pouso dado aos tropeiros e suas reses, nos roçados e pastos vendidos sazonalmente para alimentação da tropa, do envio de informações e cartas, do transporte de bens e víveres comercializados e trocados. Enfim, criava-se um universo que não era apreendido única e exclusivamente pelo econômico, a sociabilidade surgida a partir do tropeirismo era um dos aspectos mais importantes do cotidiano sertanejo, não por ser uma estrutura estritamente econômica, mas sim, por desenvolver atividades de suporte à lógica de expansão pecuária e a reprodução do costume e da cortesia cabocla.

Dessa forma, o sertanejo vivencia uma nova realidade com seu olhar ainda voltado para o passado, acostumado a “ver” sua realidade a partir de estruturas tradicionais que desapareciam ou se modificavam sem o surgimento de novos modelos apreensíveis e satisfatórios dentro do limiar de expectativas criado pelos sertanejos e suas necessidades. Pelo viés econômico, vê-se os mecanismos de transformação e desestruturação que se apresentaram a região e suas populações, que acabaram por constituir-se o principal aspecto desencadeador de transformações incompatíveis com o modelo de vida tradicional determinando a ruptura da tradição cabocla, emergindo desta o desejo de luta por sua manutenção.

¹⁴⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. Op. cit. p. 26.

3 OS CAMINHOS DA TRANSFORMAÇÃO, A MATERIALIDADE DA CRISE.

No capítulo final abordarei os caminhos da transformação e a materialidade da crise nas fronteiras territoriais do Contestado. Abordagens aspectos sobre a terra, o coronelismo, pecuária, tropeirismo e extração do mate e madeira. Pretendo demonstrar como as transformações e as crises decorrem de fatores exógenos, dentre os quais a chegada nos sertões do Contestado de um ícone da expansão da modernidade, não apenas no Brasil, mas igualmente em todo o continente latino-americano no alvorecer do século XX – o trem.

Segundo Hobsbawm¹⁴¹ o processo de modernização da economia mundial, a partir do terço final do século XIX, pode ser pensado dentro da formação de um modelo de economia global capitalista, sobretudo, pela capacidade também crescente da economia em criar postos de trabalho, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as condições de produção. Entretanto, tomadas às terras livres, e limitadas às condições de produção, as forças de expansão, acabaram por chocar-se contra a sociedade ou o próprio Estado, criando obstáculos, inicialmente ao desenvolvimento do capitalismo agrário e conseqüentemente ao próprio capitalismo. Além da crescente produção de matéria-prima a ampliação da produção agrícola, visava a criação de uma reserva de força de trabalho e a geração de capital para o crescimento industrial e urbano. O processo de modernização da economia brasileira com a ampliação das fronteiras agrícolas e ocupação de novos espaços com a força de trabalho dos imigrantes exigirá a abertura de caminhos, sendo a ferrovia uma das alternativas viáveis e disponíveis.

Esse processo de transformação se apresentava limitado pela incompatibilidade dos modelos de produção capitalista – moderna e pré-industrial, desenvolvida por uma sociedade tradicional, desejosa de manter seus mecanismos de produção e seu cotidiano. A modernização produtiva se chocava com os modelos culturais da propriedade tradicional, sendo incompatível com a nova economia política. A agricultura se transformava numa indústria, o trabalho e a produção em capital. Dessa incompatibilidade:

¹⁴¹ HOBBSAWM, Eric, J. **A era do capital**. 1848 – 1875. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

Não havia meio de reconciliar essa visão com a dos camponeses ou proprietários, para os quais a terra não era apenas uma fonte de renda, mas a própria estrutura de vida; com a visão dos sistemas sociais para os quais as relações entre os homens e a terra, e entre si em termos de terra, não eram opcionais, mas obrigatórias.¹⁴²

Diversas foram às mudanças desenvolvidas pelo processo de modernização, entendidas como inovação dos instrumentos tecnológicos e seus desdobramentos, mas também, como uma nova perspectiva de compreensão de mundo, onde todos os aspectos das atividades humanas se transformam simultaneamente, apesar da ênfase a perspectiva econômica, a modernização desenvolve-se numa ampla dinâmica. Construiu-se uma atitude científica sob a forma tecnológica, influenciando os sistemas de valor, as crenças religiosas e mais objetivamente os modelos econômicos. Reconciliar a visão dos sertanejos posseiros com as transformações engendradas com a chegada da ferrovia irá influenciar os sistemas de valores na esfera religiosa, econômica e política.

Segundo Black,¹⁴³ as economias “tradicionais”, em suas rotinas produtivas de baixa tecnologia, tendem a consumir grande parte de seu resultado produtivo, limitando as possibilidades de expansão e ampliação da economia e o crescimento populacional. Entretanto o processo de modernização, que se desenvolveu mais fortemente no Ocidente, a partir do século XIX, permitiu um maior desenvolvimento tecnológico e um crescente grau de especialização técnica. Essa especialização e expansão produtiva vieram acompanhadas de uma expansão do comércio interno, possibilitando uma ampla integração de recursos até os limites produtivos da mesma. De outra forma, a impossibilidade da expansão ou ampliação continuada do sistema, na geração de bens de produção ou melhoria na qualidade de vida, forçava a diminuição das capacidades da economia, bem como, seus investimentos, semeando o processo de crise.

Por essa perspectiva, o aspecto econômico da modernização se apresentou tão dramático e influente que naturalmente se tornou a economia

¹⁴² Id. p. 254.

¹⁴³ BLACK, C. E. **Dinâmica da modernização**: Estudo de história comparativa. Rio de Janeiro: Apec, 1971.

uma força central na análise do processo de modernização, criando uma ausência da relativa estabilidade da sociedade tradicional, pois os critérios e as expectativas sociais, baseados na experiência e no cotidiano, não se reproduzem da forma esperada, criando um futuro social extremamente fluído. Assim a modernização deve ser percebida como um processo criativo e destrutivo, que fragiliza o que é “tradicional”, já que o passado e a experiência do passado, não mais servem de equivalente de conhecimento ou perspectiva de realidade, em seus diversos aspectos, moldando continuamente um novo horizonte extremamente fugaz.

O paradoxo da dupla natureza do homem – racional e irracional – perfeitamente aceito nos tempos antigos, precisou ser reafirmado pela psicologia moderna, após diversas gerações dedicada ao culto da razão. O desejo de ser moderno, freqüentemente induz a glorificação do transitório e a rejeição dos valores fundamentais, manifestados nas formas institucionais tradicionais.¹⁴⁴

Dessa forma, materializar o papel da inovação tecnológica e seus desdobramentos econômicos, nos permitirá observar quão articulada se tornou a relação desenvolvimento econômico e tecnologia. Para a teoria Schumpeteriana,¹⁴⁵ o principal aspecto no processo de mudança econômica, é a introdução de mecanismos e tecnologias inovadoras, baseadas em novos métodos produtivos e de ofertas de mercadorias, como a introdução de novos bens de consumo, racionalização e reorganização produtiva, abertura de novos mercados ou a conquista de novas fontes de matéria-prima.

Para o autor uma das formas de desenvolvimento e continuidade dos ciclos de crescimento econômico, dependem da introdução contínua de inovações tecnológicas, mercados produtores ou consumidores. Dessa forma o capitalismo cria condições continuadas para seu desenvolvimento, sempre criando novas oportunidades econômicas, novas mercadorias e serviços. Suas novas perspectivas de consumo e comércio articulado aos desenvolvimentos tecnológicos, não permitem a estagnação do modelo econômico, rompendo continuamente com a perspectiva de “equilíbrio estático, evitando que seu fluxo

¹⁴⁴ Id. 35.

¹⁴⁵ Joseph Alois Schumpeter (1883 – 1950) professor de economia em Harvard de 1932 a 1950, presidente da American Economic Association, escreveu A Teoria do Desenvolvimento Econômico (1911).

circular seguisse essencialmente os mesmos canais, ano após ano.”¹⁴⁶ levando a ruptura do próprio modelo pela sua exaustão. A introdução de inovações tecnológicas nas fronteiras do Contestado através da ferrovia ampliará sim a abertura de novos mercados e a conquista de novas fontes de matérias primas. Mas remete ao seguinte questionamento, para quem? Certamente não para os sujeitos sociais posseiros e sim para o capital transnacional, imigrantes e oligarquias coronelísticas.

As inovações surgem como oportunidade, criando um clima favorável para investimento, cuja origem repousa nas próprias condições internas do sistema econômico. Dessa forma, o crédito expande buscando rentabilidade junto às novas oportunidades, que emergem do aumento dos preços e da renda. Nesse quadro de crescimento econômico acelerado surgem, *a posteriori*, as condições deletérias desse crescimento econômico desordenado, limitando a capacidade de investimento de capital e determinando a volta da economia a uma situação de equilíbrio. Ou seja, “O processo que gera desenvolvimento econômico também gera instabilidade, e cada recessão representa uma luta a favor de um novo equilíbrio.”¹⁴⁷ A ferrovia que rasga as fronteiras do Contestado surge como oportunidade de investimentos para o capital transnacional, através da extração da madeira e implantação de núcleos de colonização com a comercialização de lotes, associada a facilidade de transporte de mercadorias. O mesmo processo que auferes ganhos para uns, gera instabilidades e perda para outros.

3.1 A TERRA

A terra, dessa forma, pode ser percebida como uma das estruturas centrais para a compreensão da mudança e as condições em que se desenvolveram e influenciaram novas possibilidades econômicas na região do Contestado. “Somente o início das obras da estrada de ferro está contribuindo

¹⁴⁶ BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 2005. p. 466

¹⁴⁷ Id. p. 467.

para a valorização das propriedades”¹⁴⁸. Em toda região por onde a ferrovia passava muito rapidamente a terra passava por um processo de transformação, em parte evidenciado nas palavras de Vidal Ramos:

A morosidade do povoamento do nosso solo, o desaproveitamento das nossas fertillíssimas terras encontram a sua explicação nas dificuldades de transportes. A troca de utilidades e serviços o homem é fatalmente impellido, quando o é à vida em sociedade. É esse um phenomeno de ordem instictiva e natural. “Existe, porque são diferentes a capacidade productiva das regiões do planeta, diferentes aptidões de trabalho e a producção das raças humanas que o povoam”. A permuta de bens econômicos encontra um obstáculo invencível na falta ou dificuldade de transportes. Dahi o retraimento e o marasmo da vida econômica do nosso Estado. Sem transportes fáceis e baratos que colloquem em contacto o produtor e o consumidor, o desenvolvimento de um Estado é por demais demorado e lento, sinão interinamente impossivel. É ensinamento positivo e seguro da estatística, a sciência que em números representa as necessidades e os progressos sociaes, “a affirmação econômica de que a producção e o consumo desenvolvem-se em linhas paralelas e de que a producção cresce na razão geométrica da circulação”. A circulação, porém, reclama como condição sine qua de sua existência e desdobramento, a facilidade e celeridade dos transportes. Sem estes a producção, além das necessidades individuais, não desponta nem surge, por isso que o consumo jamais se verificará.¹⁴⁹

Ou ainda:

Todavia fora mesmo desta ultima hypothese, quantos males não são conseqüentes a essa confusão de limites, desde os que vêm da desintelligencia dos governos visinhos, por amor às respectivas jurisdições, até os que fazem explosão nos mais deploráveis conflictos entre os povos, accendendo ódios, cavando prevenções e conservando em uma situação chronica de intranquillidade e temor, os mal afortunados compatriotas cuja actividade a sorte quis que se desenvolvesse num tracto de terras, onde a conservação das existências e a proteção ao trabalho, custam à autoridade uma perpetua lucta, afanosa e inglória, contra o banditismo multiforme e que tresdobra, pela facilidade do homísio e obstáculos quase insuperáveis.¹⁵⁰

De diversas maneiras podemos perceber na fala dos senhores governadores de estado o que se esperava com o progresso e em parte, o que deste resultou. O desaproveitamento da terra e seus resultados sociais,

¹⁴⁸ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt. 1917. p. 70.

¹⁴⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 8.

¹⁵⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1914. p. 5.

deparariam da celeridade dos transportes, em direção a uma produção e circulação crescentes. Não se trata, portanto da defesa da mudança do perfil econômico regional, mas sim, de sua potencialização, da ampliação da agricultura e do extrativismo vegetal, de modelos produtivos existentes em nível regional, que na visão de Vidal Ramos se desenvolveriam paralelamente aos meios de transporte. Já para Carlos Cavalcante ao denunciar as disputas territoriais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, ainda durante o desenrolar da Guerra do Contestado, aponta a dinâmica do conflito ao redor da terra. Ainda que os discursos manifestem dois momentos diferentes, um anterior ao conflito, que buscou captar os desejos das elites catarinenses, anunciando o futuro, convencendo toda sua sorte ao transporte e seus maquinismos, prenunciavam o progresso como algo inevitavelmente positivo e moralmente bom. Entretanto não perceberam que crescimento econômico e desenvolvimento social, nem sempre andam juntos. Num segundo momento Carlos Cavalcante se resigna em sua fala, ao denunciar as origens dos conflitos e malquerenças entre estados irmãos, denunciando a intranquilidade e o banditismo reinante nos sertões. O lugar e os motivos repousavam na terra.

Vale destacar a menção do Presidente de Estado, Vidal José de Oliveira Ramos “são diferentes a capacidade produtiva das regiões do planeta, diferentes aptidões de trabalho e a produção das raças humanas que o povoam”. Está explícito em sua fala o pensamento que permeava o imaginário e a prática das elites republicanas, da superioridade de determinados grupos étnicos, da necessidade do branqueamento da população com a vinda de imigrantes, da estagnação econômica como decorrência da falta de aptidões para o trabalho dos sertanejos. A concepção de que o homem do sertão é um matuto, arcaico e conservador. A concepção do *darwinismo social* - é necessário trazer o ‘progresso’ através do transporte e dos imigrantes para redimir os sertões do atraso.

A partir do século XIX a ocupação territorial desenvolveu-se segundo as novas necessidades, que o capitalismo moderno impunha como atividade econômica e social. Na tentativa de se controlarem os conflitos sociais, relativos às disputas agrárias e limitar o avanço sobre as “terras devolutas”, bem como a oferta de mão-de-obra, o governo federal proclama em 1850, um completo dispositivo legal de regulamentação da propriedade. A Lei de Terras

de 1850, como ficou conhecida, buscou dessa forma controlar o acesso à mesma, entretanto, o resultado prático dessa medida se mostrou ineficaz, quando não danoso, permitindo ainda o aumento dos conflitos em relação à terra, pelas limitações e dificuldades criadas quando da legitimação e formalização da mesma. No Paraná:

O movimento com relação a serviço que tão de perto affecta o futuro do Estado, continuou normalmente no anno findo, tendo andamento 127 autos de medição, dos quaes foram sentenciados 57. Foi alienada regularmente e conforme as prescripções das leis em vigor, a área de 3.184.138.669 ms²; por venda, 485.501.639 e á Estrada de Ferro S. Paulo ao Rio Grande, por força de seu contracto com a União, 1.931.824.338.¹⁵¹

Nesse sentido, o governo federal proibia a partir da promulgação da referida lei, a aquisição de terras se “não pela compra”, para as populações pobres de sitiantes e posseiros, essa possibilidade não se constituiu forma usual, pois sem recursos para esse ou outro fim, não puderam adquirir terras ou ainda legitimá-las, dados os custos relativos à medição e emissão de alvarás, necessários para a comprovação do ato legal. De outra forma o posseiro não sentia “vontade” em legitimar a terra, sobretudo, pelas estruturas do latifúndio que para ele a terra possuía. “Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seus sítios à bala, pouco adiantando terem ou não um documento registrado em cartório.”¹⁵²

Em parte, percebemos a preocupação do governador Francisco Xavier da Silva, em 1910, com a questão da terra, e os crescentes problemas de legitimação e colonização na região do Contestado:

A grande área demarcada para localização de colonos nacionais nos municípios de Palmas e Clevelandia, já está em grande parte colonizada, com geral satisfação dos nossos sertanejos, até então sem domicilio certo e dependentes da boa ou má vontade dos grandes proprietários.¹⁵³

Devidamente autorizado tem o Governo cedido, gratuitamente à União, terras devolutas para o serviço de povoamento do solo[...] O governo tem auxiliado tanto quanto possível a acção da Inspectoria do serviço de catechese e protecção dos Índios, mantido no Estado pelo Governo da União, reservandolhes terras

¹⁵¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1914. p. 20.

¹⁵² MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. p.140.

¹⁵³ Mensagem ao Congresso Legislativo de Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1910. p. 45.

para o seu estabelecimento, e facilitando aos trabalhadores nacionais a aquisição de terras, anunciando pela folha oficial que lh'as cede com as mesmas condições de pagamentos oferecidos aos imigrantes.¹⁵⁴

Podemos constatar que o governador paranaense, discursa na assembléia estadual em 1912, evidenciando em sua fala, os problemas que emergiam da colonização e regulamentação da terra, problemas que se avolumavam pela expansão da fronteira agrícola, entre o Paraná e Santa Catarina, pelo processo de colonização e, sobretudo, pela cessão de terras a Brazil Raiwall Company e a Southern Brasil and Colonization¹⁵⁵. O Decreto nº. 6.553¹⁵⁶ de 20 de dezembro de 1907, estipulava em sua cláusula VIII, as necessárias providencias ao modo de povoamento, das terras próximas à estrada de ferro. O referido decreto ainda determinava que o povoamento, deveria ser efetuado mediante a localização “de famílias imigrantes, habituadas a trabalhos industriais ou agropecuários. Estas famílias ficariam como proprietárias de lotes situados à margem ou dentro da zona de 20 quilômetros para cada lado da ferrovia”¹⁵⁷

Os reflexos da lei e dos interesses econômicos refletidos na terra, engendraram uma crescente disputa territorial e uma corrida pelas legitimações por posse, nesse contexto o conflito pela terra, irremediavelmente conflagrou a região dos rios Iguaçu, Paciência e Peixe. Segundo Derengoski¹⁵⁸ as empresas do Sindicato Farquhar acabaram por controlar cerca de 15.000 mil Km² as margens da ferrovia São Paulo - Rio Grande, aproximadamente 51% dos 28000 Km² em que se desenrolou a Guerra do Contestado e cerca de 30% dos 48000 Km², disputados entre os estados do Paraná e Santa Catarina na Questão de Limites. Além da quantidade territorial significativa é importante dizermos que essas regiões em específico, concentravam as maiores florestas

¹⁵⁴ Mensagem ao Congresso Legislativo de Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1912. p. 17.

¹⁵⁵ A primeira empresa recebeu os direitos de construção do trecho ferroviário de São João, atualmente cidade de Matos Costas - SC até a cidade gaúcha de Marcelino Ramos em 1908. A segunda empresa também pertencente ao Sidicate Farquhar era responsável pela colonização às margens da ferrovia São Paulo Rio Grande.

¹⁵⁶ Brasil. Leis, decretos. Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1902. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

¹⁵⁷ KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná – 1880 à 1940 –** Tese de Doutorado, USP, São Paulo: 1985.

¹⁵⁸ DERENGOSKI, Paulo Ramos. **Guerra no Contestado**. Florianópolis: Insular, 2000. p. 28-29.

de araucária do sul do Brasil e amplas áreas de ervais que integraram as mais poderosas e importantes economias dos dois estados, a madeira e o mate.

Ainda que o governo reconhecesse a propriedade das terras, caso se comprovasse a posse, “pacífica e mansa” das mesmas, como moradia ou ainda a sua ocupação primária pelo cultivo, isto posto, não se desenvolveu sem conflitos. Entretanto a legitimação da propriedade por posse primária, não reproduziu-se como imaginado, já que as elites regionais, possuindo grande influência política e poder de coerção, sempre de uma forma ou de outra fizeram valer seus interesses e vontades, dando continuidade a lógica da reprodução do latifúndio.

Continua a ser feito com regularidade o serviço de medição de terras sujeitas à legitimação, e revalidação. O prazo para isso concedido pela lei n. 820 de 07 de março de 1808 finda a 7 de Maio do presente anno. Parece de equidade que seja mais uma vez prorogado, pois, muitas são as dificuldades com que lutam os posseiros para a legitimação de suas terras.¹⁵⁹

Além de que, o governo federal havia estipulado prazo para a medição das terras a serem legitimadas em “comissão”, decorrido o prazo arbitrado pela União Federal, perdia o caboclo o direito sobre suas posses, podendo outro, solicitar sua legitimação. A Lei de Terras, aumentou ainda mais os conflitos no campo, sobretudo pelo descompasso, entre a lei e a realidade. As elites nacionais passaram a controlar o acesso a mesma, criando condições institucionalizadas mais eficazes, que na prática marginalizavam o acesso a terra a grande parte da população brasileira, limitando seu uso. A elite agrária nacional, controlava um bem que agora se configurava em “bem de capital”. Para Ardenghi¹⁶⁰ a terra transformou-se, então, em mercadoria, favorecendo a especulação e o lucro, extensas áreas foram controladas e comercializadas pelas companhias de colonização nacionais e estrangeiras. As empresas do Sindicato Farquhar ganharam a concessão da construção da ferrovia, detinham igualmente direitos legais de extração da madeira e colonização. Constituíram três empresas de colonização: Hansa, Hacker e Picolli. A última incumbiu-se da

¹⁵⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1910. p. 12.

¹⁶⁰ ARDENGHI. Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis**. Luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 104.

colonização do Vale do Rio do Peixe no espaço contíguo a ferrovia, estabeleceu vários núcleos de colonização com imigrantes italianos e alemães.

Na realidade, o que surge dessas tentativas, são uma maior atuação e interferência do Estado, ao mesmo tempo em que quando da Proclamação da República em 1889, as terras devolutas nacionais, então controladas pelo Estado Nacional, foram cedidas aos estados regionais. A Constituição de 1891, transferiu os domínios e direitos sobre as terras devolutas para os estados, a descentralização aumentou os conflitos agrários, dado a maior base política regional envolvida na barganha de seus interesses, ao mesmo tempo, o controle político da terra mais localizada, limitou ainda mais as chances de um posseiro tornar-se proprietário, legalizando suas posses, pois dependia agora dos favores do chefe político local, um coronel, que controlava o juiz, delegado e cartorário. Lógica confirmada pelo governador catarinense Vidal Ramos, no mesmo ano em que começavam os conflitos no Contestado.

Pelo art. 64 da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891 ficaram pertencendo aos Estados as minas e terras devolutas situadas em seus respectivos territórios, cabendo à União sómente a PORÇÃO DO TERRITÓRIO QUE FÔR INDISPENSÁVEL PARA A DEFESA DAS FRONTEIRAS, FORTIFICAÇÕES, CONSTRUÇÕES MILITARES E ESTRADAS FEDERAIS. ¹⁶¹
(destaque no original)

As posteriores leis de 30 de setembro de 1895, (Lei nº. 173) e de 14 de agosto de 1903, (Lei nº566) protelaram os prazos finais de legitimação respectivamente para 1903 e anualmente até 1926, o que simplesmente, reproduziram e aumentaram os problemas herdados de uma mal fadada legislação de terras. A questão da terra torna-se capital quando observamos a luta e a polarização de interesses durante todo o conflito do Contestado. “Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa”¹⁶². A identificação dos pelados com a questão agrária, torna-se inequívoca quando constatamos, a prática da destruição de cercas e cartórios, pontes férreas e estações de trem, evidenciando também a oposição da permanência e exploração daquilo que sentiam como seu. “O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos

¹⁶¹ Mensagem ao Congresso Legislativo de Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 113.

¹⁶² PEIXOTO, Demerval. Apud. QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 179.

terrenos que pertence à nação e vende para os estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalescer os nossos direitos”.¹⁶³

Sem condições materiais de poderem fazer valer seu direito em relação a terra, baseados em sua posse, vítimas crescentes dos abusos e interesses renovados dos coronéis locais, coube ao sertanejo a reação a esse processo, de marginalização e transformação das relações morais, que contrariavam o costume da agregação e a abundância de terras. Evidentemente, a violência e o avanço sobre as terras devolutas e posses naturais das famílias sertanejas, não se deu de forma organizada e imediata. Articulou-se, inicialmente, em áreas e lugares próximos a ferrovia, pelas condições favoráveis em que se surgiam novas oportunidades. Dessa forma, os conflitos agrários na região, foram se articulando, em ambos os lados, necessariamente a chegada da ferrovia na região e a toda a transformação que esse processo criou, determinando os novos papéis nessa sociedade em transformação. “[...] a 5 de Setembro eram incendiados os depósitos de madeira e demais casas da Companhia Lumber e a estação Calmon da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, sendo assassinadas barbaramente muitas pessoas.”¹⁶⁴

Sobre vários aspectos, a terra constitui-se, ao mesmo tempo, no principal elemento de regulamentação e desregulamentação social das estruturas e do cotidiano regional, isto posto por vários motivos:

A lei n. 1147 de 26 de Março, elevando o preço da venda das terras devolutas e deixando ilimitado o prazo para a legitimação das posses estabelecidas segundo as normas da de n. 68 de 29 de Dezembro de 1892. com multa annual de cem réis por hectare enquanto permanecem não medidas, corresponde a sensível necessidade, attendendo, por igual, à crescente valorização da propriedade territorial e á discriminação, em breve tempo, dos domínios publico e particular.¹⁶⁵

Apesar de toda uma ampla regulamentação sob a terra já ter sido herdada do Império, sua ampliação durante a Republica, nos permite perceber seu caráter central na economia e sociedades regionais, não diferentemente,

¹⁶³ Id. p. 179.

¹⁶⁴ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1916. p. 16.

¹⁶⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1913. p. 19-20.

nas terras paranaenses e catarinenses, essa lógica perversa evidencia a relação de importância do controle da terra nas estruturas de poder locais, pois tanto no passado como hoje “não há crime sem lei específica que a regule” e a grande regulamentação da terra mostra não só sua relação de importância, mas também a necessidade de se controlarem os conflitos que dela emergem. Toda uma sociedade avalizou seu poder e prestígio na propriedade da terra, os grupos sociais menos privilegiados dentro das estruturas de poder, acabaram por tornar equivalentes suas condições. Condições essas, agravadas quando finda a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, em agosto de 1910 e seu ramal União a Vitória a Rio Negro, em 1913, contribuindo com a sua valorização crescente ou na diminuição de sua oferta, frente a colonização e a formalização dos direitos de propriedade da Brasil Raiwall Company. Os problemas e o avanço sob as terras, podem ser percebidos nas declarações de Vidal Ramos e Fernando Xavier da Silva.

A discriminação das terras devolutas é uma necessidade que se vae accentuando dia a dia, pelos grandes embaraços que a falta de conhecimento exacto da extensão e dos limites e confrontações das terras publicas, cria ao serviço de colonização e localização de imigrantes.¹⁶⁶

Da mesma forma:

No anno passado seguiram os tramites legais 154 autos de medição de terras, dos quaes foram sentenciados 90, com superficie total de ms². 511.136.282, tendo sido expedidos 21 titulos de legitimação de posses, com a área de ms². 317.774.018 e 20 relativos á venda de terras, com ms² 23.737.705. A Companhia S. Paulo-Rio Grande, nos termos do contracto firmado com o governo da união já fez medir e demarcar até 31 de Dezembro, diversas glebas que representa, o total de 6.051.600.454. possuindo por titulos definitivos a superficie de ms² 3.459.012.080.¹⁶⁷

O controle das terras por parte do “Syndicat Farquhar”, fruto das concessões federais de uso, ligados aos contratos de construção e arrendamentos dos traçados ferroviários, apesar de todas as suas reformulações, garantia por cláusula contratual às regiões marginais para uso direto, ou ainda, a legitimação de áreas para a colonização. Diversos foram os

¹⁶⁶ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 44.

¹⁶⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Fernando Xavier da Silva. 1915. p. 29-30.

autores, que apontaram as distancias máximas de direito de uso da Brazil Raiwal Company, em certa confusão. Parte do problema repousa nas sucessivas reformulações contratuais. Entretanto a fim de pontuarmos a questão segundo Machado¹⁶⁸ o “decreto de 7 de abril de 1890, segundo o qual, a doação de cada margem seria de no máximo 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem.”. Mesmo com algumas imprecisões e divergências sobre a área limite, dificilmente podemos imaginar, que o avanço sobre as terras devolutas se limitou as regulamentações contratuais, elas fluuavam, muito mais a partir de interesses imediatos da extração do mate, madeira e colonização. Também importa-nos perceber que além das áreas limítrofes a ferrovia, que por clausula contratual, estavam sobre controle do Syndicat Farquhar, a compra de terras na região era crescente. “Apenas a família Pacheco vendeu mais de 16 mil hectares de terra a Lumber, na região contestada de Três Barras”¹⁶⁹, isso equivale dizer, que uma “única família” em uma “único distrito”, negociou para uso direto da referida companhia cerca de 160 Km² de terras.

A nova dinâmica em que se encontrava a terra, quando da chegada da ferrovia, interferiu poderosamente em toda a região, impossível não percebermos os equivalentes desse gigantesco processo de apropriação territorial e as mudanças que se desdobraram. Devemos pensar a terra, em todas as suas dimensões e perspectivas, dessa forma, a dimensão, velocidade e os impactos do processo de modernização da região, dada a importância da terra, como lugar de viver e produzir, podem explicar o grande processo de revolta social, que nasce a beira dos trilhos. Em parte essas consequências ficaram evidentes, pelos menos para os “pelados”, nas palavras do governador catarinense. “A luta dos fanáticos desorganizou o trabalho não só na região serrana, como também paralysoo o serviço de colonização que a São Paulo-Rio Grande tão auspiciosamente iniciara em rio das Antas e outros pontos.”¹⁷⁰

Não diferentemente os grupos políticos regionais, perceberam a relação concreta entre a ferrovia, terra e a transformação da economia

¹⁶⁸ MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. p.143.

¹⁶⁹ Id. 151.

¹⁷⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt. 1917. p. 75.

regional, segundo ideais progressistas e desenvolvimentistas. As consequências desse processo foram resumidas por Vidal Ramos:

Estudando o contracto, chega-se, facilmente, à conclusão de que, na peor hypothese, a de não dar a estrada rendimento algum, o que é inadmissível, o Estado não arriscará quantia superior a 4000:000\$000 annuaes, que seriam entretanto, largamente compensados, de modo indirecto, pelo povoamento do solo, valorização da propriedade, desenvolvimento da produção, aumento da riqueza publica e, consequentemente, da capacidade tributária do Estado.¹⁷¹

Ou ainda para o governador paranaense Affonso Camargo:

A exportação de madeira e herva mate, nossos principaes productos, seria maior si não fora a crise de transporte que nos assoberba de um modo desanimador e isso em uma proporção lamentável, que á medida que aumenta a nossa produção, diminúe a capacidade de transporte já tão exígua no presente.¹⁷²

Analisando, comparativamente a fala dos governadores, podemos perceber, dois momentos importantes, entretanto, distintos. O primeiro, evidencia os horizontes de expectativa almejados pelos grupos políticos, materializados no próprio estado, não seria exagero dizer, que essa postura se configurou num “aparelho ideológico” tornando o próprio estado regional um prolongamento dessa “vontade”, o calculo político, ensejado por Vidal Ramos, explicita essa perspectiva. Num momento posterior, Affonso Camargo, chefe do executivo paranaense, em 1918, em seu comunicado à abertura dos trabalhos legislativos, aponta os limites econômicos do estado a partir da capacidade de transporte, que deficitariamente acompanhou o redimensionamento da economia, ou ainda segundo Alois Schumpeter, o crescimento econômico, potencializa as estruturas econômicas até a saturação do sistema, não diferentemente do Paraná do século XX, o desenvolvimento dos modelos econômicos regionais desenvolve-se, primeiramente, num sincronismo entre investimento, produção e lucratividade, subseqüentemente, o superdimensionamento do modelo, cria um diacronismo entre investimento e produtividade, diminuindo a lucratividade até um novo patamar de equilíbrio, que no Contestado não mais incluiu o sertanejo.

¹⁷¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 60.

¹⁷² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Affonso Alves de Camargo. 1918. p. 34.

A ocupação das fronteiras na região do Contestado - via capital transnacional e os imigrantes, só se efetivou após a construção da ferrovia. A ferrovia trouxe dividendos para as companhias estrangeiras, coronéis, oligarquias e imigrantes, de outra parte excluindo o sertanejo, estigmatizando-o como intruso, arcaico e fanático.

3.2 DA ESTRUTURA POLÍTICA: O CORONELISMO REGIONAL

A modernidade republicana ao operar a ocupação das fronteiras com a construção da ferrovia não pode ser dissociada das estruturas políticas regionais e locais. Dentro das estruturas políticas da região do Contestado, optou-se por uma análise que privilegia o coronelismo e suas relações de dominação em nível pessoal, próximas ao início do século XX, pois se acredita que é a partir dessa perspectiva e prática política que se articula em maior ou menor grau as relações de poder estabelecidas nas regiões de conflito historicamente postas. Parte-se da premissa de que o coronelismo desenvolveu-se, primordialmente, a partir do controle da grande propriedade rural, na qual conviviam e dependiam diretamente uma gama de empregados, agregados, posseiros e apadrinhados, orbitando ao redor do coronel, das benesses e das possibilidades destas, que emergiam do controle da terra e das prerrogativas políticas, advindas do mando exercido sobre os indivíduos. Retomando algumas definições acerca do próprio termo segundo Queiroz¹⁷³, o coronel se constituía em um elemento sócio-político regional, um elemento polarizador. Referencial para a compreensão do lugar político e hierárquico dos indivíduos nas estruturas de poder dos grupos em nível regional, seja pelo compadrio¹⁷⁴ ou pela agregação¹⁷⁵.

¹⁷³ QUEIROZ. Maria Izaura, Pereira de. **O Coronelismo uma interpretação Sociológica**. In Historia Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano vol 1 estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997. p.156.

¹⁷⁴ Compadrio: Laços de parentesco carnal e ou espiritual estabelecidos dentro da grande família, de forma a hierarquizar os grupos de parentela, estabelecendo laços de dependência obediência comum.

¹⁷⁵ Agregação: Prática de “trazer para a família” indivíduo que não esteja ligado por vínculo de sangue ou casamento, mas torna-se dependente/ membro da parentela que o acolheu devendo-lhe obediência. Tanto para Compadrio e Agregação ver: QUEIROZ. Maria Izaura, Pereira de. **O Coronelismo uma interpretação Sociológica**. In Historia Geral da Civilização

Convidar o patrão para compadre é “um muito obrigado” do inferior ao homem que o protege. Sem essa proteção, o inferior ficaria completamente desamparado. O patrão tinha, nos agregados, homens capazes de morrer por ele. O tratamento recíproco era respeitoso. Nem todos os subordinados tinham, porém, patrões que os respeitassem.¹⁷⁶

Importante, também, torna-se especificar e discutir o modelo que o coronelismo instrumentalizou na região do Contestado suas características, funcionalidade e seu processo de transformação análogo as próprias mudanças econômicas oriundas do processo de modernização econômica e da re-valorização da terra, ante as suas novas demandas e perspectivas. A substancial valorização da terra está imbricada a facilidade de acesso que o traçado da ferrovia possibilitou. O modelo de dominação pessoal, conhecido como coronelismo, cristalizou-se durante a Primeira República Brasileira, entretanto suas origens remetem a criação da Guarda Nacional Brasileira, ainda durante o governo regencial, reproduzindo dentro de suas estruturas as relações de poder e interesses sociais presentes à época, equiparando e normalizando o poder econômico emergido do latifúndio aos cargos militares e as prerrogativas de controle político mais regionalizado. Essas estruturas acabaram, sim, por reforçarem-se de forma complementar, pois reproduziram a hierarquia econômica do país, dentro de uma estrutura político-militar. Mesmo com o advento da República, o Coronelismo permaneceu e fortaleceu-se, configurando uma intrincada relação de alianças em níveis local, regional e nacional. “Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores”.¹⁷⁷

Em uma economia de base agrária, as estruturas do coronelismo se apresentaram em nível nacional, entretanto, com modificações estruturais mais regionalizadas, dadas as especificidades locais. Segundo Maria Izaura, essa

Brasileira: O Brasil Republicano vol. 1 estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

¹⁷⁶ Depoimento Ivadi de Almeida, in MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 241.

¹⁷⁷ QUEIROZ, Maria Izaura, Pereira de. **O Coronelismo uma interpretação Sociológica**. In Historia Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano vol. 1 estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997. p. 156.

forma de controle político individual pode ser encontrada, em parte, desde o Brasil colonial. As estruturas econômicas e políticas acabaram por determinar e construir as formas e os mecanismos de controle e poder pessoal, em relação aos indivíduos e sua distribuição no espaço social dos integrantes da parentela. Também podia ser comprovada pelas relações hierárquicas estabelecida pelos mesmos, sobretudo, no tocante ao controle da terra e, a partir dela, outras relações sociais, permitindo o autoreconhecimento dos espaços delimitados. Isto possibilitava a construção de uma estrutura que adequadamente reproduzia os controles políticos e as vinculações e dependências pessoais, pelo controle direto que afluía da posse da terra e de suas relações comuns e nas lides diárias, senão vejamos:

O patrão ia junto com os peões para o trabalho do campo (de gado). Ia um grupo grande. Em certa altura, o patrão distribuía as tarefas, mandando uma parte para um lado, uma parte para outra banda. Ele mesmo, patrão, acompanhava um dos grupos. Encontrando-se todos, depois de arrebanhadas as reses. Afirma que existia respeito recíproco entre patrões e agregados, e maior ainda entre superior e subordinado, quando compadres. Isso não impedia que o superior fizesse, havendo possibilidade, avanços sobre filhas dos empregados.¹⁷⁸

De outra forma o poder político do Coronel não emanava exclusivamente da posse da terra ou voto, mas, sim, de um intrincado processo de afirmação, controle e reconhecimento da autoridade constituída. Emergia da influência e da condição de intermediar e ou garantir favores a sua parentela e agregados, quanto maior fosse essa capacidade maior seria o poder de mando e controle do coronel, que também se estruturava pela capacidade de fazer ou impor justiça para com os seus. Nenhum desses aspectos operou isoladamente, pois, é dessa interrelação entre poder político, econômico, social e carisma que se construiu o sistema de dominação pessoal no qual se estabeleceu e reproduziu o coronelismo.

Entretanto, todas as condições necessárias para o aparecimento e declínio de um coronel político retroagiam a posse da terra e, a partir disto, as outras relações se estabeleciam de forma eficaz. Acredita-se que a dependência direta da parentela, agregados e sítiantes em relação às terras

¹⁷⁸ Depoimento Juvenal Bacellar, in MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 232.

pertencentes ao coronel, constituiu-se inicialmente em um mecanismo de controle político sobre os indivíduos extremamente eficiente, antes do que propriamente, o controle sobre o voto. Introduzido, sobretudo, quando a República aboliu os critérios censitários, substituindo-os pela alfabetização como forma de esvaziamento político. De forma peculiar, Dantas, citado por Machado¹⁷⁹, defende que à extensão de voto aos alfabetizados não modificou nem diminuiu o poder coronelístico em nível regional, em geral a inclusão de alfabetizados na lista de votantes não modificou o quadro que até então predominara, pelo diminuto número de alfabetizados que residiam nas regiões rurais, nem mesmo a diminuição do latifúndio controlado pelos coronéis diminuiu seu poder. De certa forma, obrigou os coronéis a utilizarem-se cada vez mais de seu prestígio pessoal, de suas alianças, em nível regional, que acabaram se transformando em tradição aceita e reconhecida por todos.

Portanto, diversamente, não é o voto que na região permitiu a continuidade do poder político dos coronéis, mas sim, a tradição do mando político dos coronéis como legítimos chefes locais pelo controle das terras, das relações de poder pessoais e das alianças políticas em nível regional.

Os fazendeiros permitiam que os agregados dispusessem de 2 a 6 vacas, quando muito. Acima disto gritavam e exigiam a venda dos animais excedentes. Autorizavam o uso de 1 a 2 alqueires para plantio. O agregado concertava cercas e trabalhava na lida com o gado.¹⁸⁰

Mesmo com a diminuição do latifúndio e o esmaecimento das relações de dependência, da extensão da representatividade política e do surgimento de novos grupos sociais, como o comercial, o coronelismo na região do Contestado manteve-se adaptado no controle das relações políticas, não só pela incorporação de suas práticas, mas também como tradição, ainda que através da “dominação indireta”¹⁸¹ garantiu uma flutuação do poder regional, ativada pelas alianças em nível regional e estadual permitindo então à estrutura do coronelismo suportar as pressões e eventuais crises recorrendo-se aos

¹⁷⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. p. 92.

¹⁸⁰ Depoimento Frei Narciso, in MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 249.

¹⁸¹ Referimo-nos as estruturas de dominação pessoal, emergidas do coronelismo que acabaram por criar uma estrutura hierárquica entre coronéis de maior e menor expressão utilizando-se comumente do eleitorado.

níveis superiores, aliviando tensões e suportando períodos de crise pela própria plasticidade do modelo.

A modernização econômica e seus valores aproximam-se muito mais de um mundo citadino, urbano e letrado, em contraposição ao campo, aos sertões e suas estruturas. Sendo assim, chegamos a um duplo problema: primeiro, como explicar a continuidade e mesmo o aumento do poder político dos coronéis, ante a crescente urbanização, burocratização, da diminuição progressiva do latifúndio e da dependência direta da agregação? Segundo, como o poder do coronel político conseguiu manter-se e adaptar-se ao controle regional da política, às transformações do processo de modernização?

Essas questões remetem segundo Dantas, citado por Machado¹⁸², à continuidade do modelo político dos coronéis, que ainda residia nos controles coercitivos sobre os indivíduos, mesmo ante o aumento do eleitorado e do progressivo enfraquecimento econômico e político do campo. Ainda, deve-se observar que as alianças políticas, em nível regional, encontravam-se ativas e articuladas, permitindo aos coronéis políticos locais através de seu prestígio pessoal, e da influência na escolha de cargos públicos como juízes, delegados e tabeliões seus apadrinhados e aliados, formalizassem na prática uma estrutura de poder que ainda demonstrava sinais de vivacidade, sobretudo pelas disputas econômicas e tributárias advindas das regiões em disputa.

De certa forma, o poder político dos coronéis regionais e locais foi reforçado, gradualmente, pelo próprio poder do Estado, pois encontrou amplas condições de autonomia, adequadas ao controle político regional e local e ainda, como possibilidade de pressão ou barganha política, capaz de influenciar resultados em nível estadual. Dessa perspectiva, pode-se observar que, ao contrário das estruturas políticas do Império, onde o poder se articulava de cima para baixo, na República essa dinâmica inverteu-se garantindo na região do Contestado, uma maior autonomia dos coronéis locais para com suas alianças em nível estadual. Encontra-se uma provável explicação para esse quadro político incomum quando analisamos o coronelismo local e o gradual aumento de seu poder político e suas estruturas ante as disputas políticas e territoriais entre os Estados do Paraná e Santa Catarina pelo controle da região

¹⁸² MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. p. 92.

em litígio. Dentro dessa lógica, articulam-se as possibilidades que determinaram o fortalecimento político dos coronéis locais ante o crescente controle do Estado sobre as demandas políticas locais.

Portanto, constata-se que, fundamentalmente, o poder dos coronéis políticos locais fortaleceu-se progressivamente, entretanto, acabaram por aumentar as rupturas políticas internas, determinadas pelas novas alianças e interesses dos coronéis locais e seus imediatos. Os “coroneizinhos”, chefes políticos menores, que buscavam nas disputas entre os estados, posição mais confortável dentro da hierarquia política local, desequilibrando as estruturas vigentes e aumentando a tensão e violência presentes nas regiões contestadas. Não diferentemente, em relação aos agregados, esse processo apresentou-se, de forma similar, pois poderiam buscar um novo “padrinho” um novo coronel, se este não lhe aprovesse ou não lhe tratasse condignamente¹⁸³. De certa forma, a diminuição do controle econômico do coronel para com a terra, consequência da modernização econômica, reverteu o caráter mediador, simbolizado e mediado em seu uso, da aliança entre o coronel e agregado, resultando desse processo uma maior fluidez dos controles políticos, da diminuição da oferta de terras devolutas e da crescente emancipação do agregado, envolvido então com atividades econômicas mais autônomas e crescentes possibilidades de trabalho remunerado, que surgiam na região o que lhe conferia nas regiões próximas aos trilhos uma maior liberdade de escolha e autonomia para com seus chefes políticos.

Enfim, a chegada nos sertões do Contestado de novas forças produtivas com novas relações de trabalho propiciadas e consolidadas graças à ferrovia abre novos horizontes para os coronéis. Associam-se, vislumbrando auferir vantagens econômicas com a valoração da terra, madeira, erva mate. Provocará o esmaecimento dos laços com os sertanejos, excluídos do novo processo de modernização são vistos como rebeldes e perigosos, seus pleitos criam instabilidades nos vínculos com os coronéis, que pretendem manter com as oligarquias republicanas e as novas forças de produção uma sólida parceria político-econômica.

¹⁸³ Importante se torna, apontar que a prática da agregação, propriamente o compadrio em sua vertente horizontal pouco se modificou, pois era uma relação entre iguais. Já o modelo de compadrio vertical, transformou-se fortemente com o processo de modernização, emergindo desse descompasso uma crescente violência regional com a ruptura desses laços sociais.

3.3 DA PECUÁRIA E DO TROPEIRISMO

Toda a expansão territorial em direção ao sul do Brasil, em diversos momentos e condições, contou com a pecuária como alicerce, seja o gado vacum ou muar, sua importância e utilidade cotidiana no transporte, tração e alimento, bem como o couro eram apreciados nas regiões de criatório, ainda somada a sua condição econômica de riqueza móvel, criaram uma economia específica. Todo o interior do Brasil meridional direta ou indiretamente se desenvolveu e articulou-se a economia pecuária, especificamente na região do Contestado, esse processo decorreu durante o início do século XIX, a expansão da economia pecuária, a partir do segundo planalto, ampliou-se articulada as crescentes demandas de animais de transporte e corte que diversas outras regiões demandavam. Dessa integração e crescimento econômico surge o tropeirismo, caracterizando em parte, toda a dinâmica social e econômica dos sertões dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

De São Paulo para o Sul, o arreamento é feito sem cuidado e ferem-se os animais; com a menor viagem, e para a mesma carga, em vez de dois animais (necessários) levam-se seis. Não é de admirar, de resto, que se tome menos cuidado com eles aqui, que em Minas; aqui eles são baratos e estão próximos da região onde proliferam.¹⁸⁴

Importante apontarmos que apesar da proximidade da economia pecuária e do tropeirismo, não estamos falando da mesma coisa, a pecuária deve ser percebida distintamente do tropeirismo, apesar de sua condição análoga. A economia pecuária em nível regional, constituiu-se em importante sistema econômico, dado o regime produtivo regional e as grandes distâncias, o gado para trabalho e para alimento se integrava ao processo de expansão territorial e a lógica interna de sua economicidade. Estava dimensionada ao processo de ocupação territorial regional e não a uma economia ou modelo nacional, o que posteriormente se desenvolveu com o tropeirismo.

Já o tropeirismo é resultado da ampliação da economia pecuária interna, ou regional, o crescimento da população de gado vacum ou muar e a

¹⁸⁴ RIEDEL, Diaulas. Pinheirais e Marinhas, Paraná e Santa Catarina: Histórias e paisagens do Brasil. São Paulo: Cultrix, s/d. p.47.

integração crescente de novos espaços territoriais, progressivamente ampliou a economia pecuária, com áreas de pastos naturais adequadas ao criatório extensivo. A ampliação dos rebanhos exigiu um redimensionamento da economia pecuária, atingindo outras regiões ao mesmo tempo em que se integrava aos tradicionais caminhos das tropas. A pecuária nos estados em questão se desenvolveu de formas e intensidades diferentes, no Paraná segundo Brasil Pinheiro Machado¹⁸⁵ a sociedade paranaense dividiu-se a partir de uma economia ligada a pecuária e ao tropeirismo e outra ligada ao mate. Diferentemente de outras regiões, o Paraná progressivamente transforma suas áreas de criação em áreas de invernada de gado, os lucros majorados com os alugueres de pastos, estábulos e demais serviços, superavam os lucros em longo prazo, que o processo de criação exigia em seus investimentos. Através das invernadas os grandes fazendeiros paranaenses passaram a controlar grande volume de reses, permitindo uma certa monopolização e especialização do comércio da vacaria, na grande feira de gado geral, em Sorocaba.

Em relação a pecuária e ao tropeirismo em Santa Catarina, esse processo se desenvolveu diferenciadamente, para Idaulo José Cunha “O tropeirismo não chegou a influenciar a economia de Santa Catarina, com a intensidade e amplitude verificadas no Rio Grande do Sul e Paraná.”¹⁸⁶. Entretanto contribui para a integração das regiões dos campos de Lages e as regiões de “serra acima”. Importante lembrar que as regiões dos campos catarinenses, foram colonizadas em princípio por paranaenses, destacando-se Guilherme Dias Cortes, que em 1679, passa pela região chamando-a de “campos dos curitibanos”, em 1824 é transformada em freguesia e passa a se chamar de “Freguesia de Nossa Senhora dos Curitibanos”. Dessa forma, percebemos que ao contrário da pecuária paranaense, que se desenvolve inicialmente numa atividade criatória, migrando posteriormente a economia de invernada, as regiões catarinenses do planalto passam a integrar progressivamente a economia tropeira, inclusive sua criação pecuária, desenvolveu-se mais significativamente a partir da segunda metade do século

¹⁸⁵ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, nº. 3, 1963.

¹⁸⁶ CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação de Cultura Catarinense, 1982. p. 8.

XIX, exceção as áreas de “serra-acima” que se desenvolvem e integram ao tropeirismo posteriormente.

Aquella vastíssima zona, que está a mil metros acima do nível do mar, encerra riquezas incalculáveis, e até o presente quasi inexploradas, pelas circunstancias já indicadas. A não ser a indústria pastoril, que allí prospera admiravelmente, mercê do clima e das excellentes condições de solo, que offerece abundantíssimas pastagens naturaes, tudo mais está por explorar.¹⁸⁷

Evidentemente, guardadas as devidas proporções, os dois estados foram diretamente influenciados e influenciaram a pecuária e o tropeirismo, constituindo-se em importantes economias regionais. Entretanto, também se torna importante perceber que a economia pecuária e mais fortemente o tropeirismo acabaram por se constituírem em modelos culturais relativamente homogêneos, se a dependência dessas economias, para os estados do Paraná e Santa Catarina, revestem-se de grande importância, também podemos constatar que a sociedade regional, toda sua estrutura e influencia, refletiu em maior grau a dinâmica do tropeirismo. Segundo Machado:

O tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. A população do planalto não vivia em isolamento num sertão distante; estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes e era frequentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas. Muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades, a fim de contar com pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo. Um tropeiro deveria ter a disposição, em qualquer localidade que chegasse, cavalos para troca, um prato de comida e uma cama para repouso.¹⁸⁸

Portanto estabelecidas às diferenças dos modelos pecuários regionais e as similitudes do troperismo, infere perceber que a importância do tropeirismo, não se vincula exclusivamente a sua mecânica econômica, era também uma sociabilidade, uma dinâmica social, já apresentada anteriormente. Dessa forma a mudança na economia tropeira evidencia a conjuntura econômica dos estados do Paraná e Santa Catarina na passagem do século XX, em relação às mudanças e modernizações da economia e dos processos

¹⁸⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 67.

¹⁸⁸ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p. 81.

produtivos em nível regional. Em parte o esmaecimento do tropeirismo está diretamente ligado a ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, não exclusivamente por supormos que o transporte de gado, até então feito em comboio a pé, fora substituído pelo transporte de gado embarcado, que em vagões de carga encontravam seus mercados consumidores. A crise do tropeirismo se vincula muito mais ao processo de privatização das terras, do que a mudança que o transporte de gado embarcado pôde gerar. “Gente ‘aqui do Cerrito, que ficou sem terra, foi para lá. Os fazendeiros iam comprando, comprando’ e o pessoal ficava sem terra”¹⁸⁹. Dessa forma a grande apropriação territorial desenvolvida nos estados em questão, desenvolveu-se pela soma de diversas perspectivas, dentre elas, o controle das terras devolutas pelos estados regionais, a construção e ampliação do aparato ferroviário, a crescente colonização, dentre outras já apresentadas.

A crescente privatização das terras naturalmente diminuiu as áreas de criação e de invernada para o gado, atingindo diretamente o modelo de pecuária extensiva, que exigia poucos recursos, mão de obra e investimento. “De acordo com este sistema, que os ingleses chamam de open range, nos trabalhos do campo, dispensa-se pessoal numeroso. Para custear uma fazenda de tamanho médio, que possuísse 5000 cabeças, bastariam seis homens.”¹⁹⁰. Sem as grandes áreas livres e o crescente cercamento das áreas privadas a dinâmica produtiva e o transporte livre do gado pelos caminhos das tropas vai se findando.

O antigo caminho das tropas foi a extinção quase completa, levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e invernada das tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoinhas. A Ferrovia São Paulo – Rio Grande obtinha suas mais altas rendas da receita de passagens e mercadorias; sendo irrisórias as receitas provenientes de transporte de animais, o antigo Caminho das Tropas de mulas não foi substituído pela ferrovia, e o transporte dos animais deixou de existir.¹⁹¹

De outra forma:

¹⁸⁹ Depoimento Rufino, in MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século** – um estudo sobre o surto Milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 239.

¹⁹⁰ QUEIROZ, Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977.p. 28.

¹⁹¹ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.143.

João Ventura relata que seu pai, Chico Ventura, além de possuir uma fazenda em Taquaruçu, tropeava gado serra abaixo: “Quando o pai puxava gado para Blumenau, Gaspar e Itajaí, ele levava um negro velho, o Mariano, que se entendia com os bugres que, se eles não mexessem com a nossa tropa, a gente na ia mexer com eles. Isto funcionava.”¹⁹²

Duas importantes perspectivas de análise surgem das citações acima, a primeira refere-se a variação dos modelos do tropeirismo, um desenvolvido no grande regime de tropas em nível nacional, ligando os caminhos da região de Viamão, no Rio Grande do Sul a Sorocaba em São Paulo, outro, em nível local variava de cidade a cidade, ou das regiões produtoras de “serra acima” aos mercados consumidores de “serra abaixo”. No mesmo sentido, segundo Lando Rogério Kroetz, as ferrovias catarinenses transportaram internamente de 1910 a 1935, precisamente 835 animais¹⁹³, numero insignificante se comparados as tropeadas do final do século XIX, que chegavam a congregar cerca de vinte mil reses, por outro lado se observarmos o transporte de gado na ferrovia São Paulo – Rio Grande, trecho de União da Vitória – PR a Marcelino Ramos – RS entre os anos de 1915 a 1920, esse numero salta para 43.722 animais, o que resulta numa média anual de 7287 reses.¹⁹⁴ Portanto os diferentes modelos de tropeadas, sua manutenção ou extinção explicam-se em parte, pela ocorrência de linhas ferroviárias e seus ramais. Nas regiões onde o aparato ferroviário não existia, conservou-se a dinâmica do tropeirismo, em nível local, as pequenas tropeadas compensavam o deslocamento das tropas, ainda que com a licença de proprietários, muitos dos quais criadores, mantendo os costumes e a funcionalidade do transporte de gado a pé, contribuindo com a manutenção do sistema. Diferentemente nas regiões de “serra-acima”, onde o transporte do gado tradicionalmente era feito segundo o modelo nacional, deslocando grande quantidade de reses das vacarias gaúchas aos mercados negociadores de Sorocaba, a crescente falta de terras livres para o pousadio e internada, somados aos problemas de passagem e exigências variadas dos novos proprietários, em geral imigrantes europeus, alheios a dinâmica do tropeirismo, enfraqueceram o modelo de transporte a pé.

¹⁹² Id p. 81

¹⁹³ KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro de Santa Catarina: 1910 – 1960.** Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1975. p. 57.

¹⁹⁴ Id. p.108.

Paralelamente essas regiões tradicionais de passagem de gado foram gradualmente providas de uma crescente malha ferroviária e exploração vegetal, incompatível com a dinâmica tropeira. “A vantagem do caminho de Cima da Serra sobre aquele pelo litoral se devia a existência de grandes extensões de campos naturais, local apropriado para descanso e invernada das tropas de mulas.”¹⁹⁵. Com as diversas mudanças econômicas e culturais que todas as regiões interioranas dos estados do Paraná e Santa Catarina passam a desenvolver atingem a estrutura e a dinâmica do tropeirismo, os grandes deslocamentos de tropas cessam alterando fortemente a economia dessas regiões. Os reflexos desse processo são evidenciados a época por Affonso Alves de Camargo e Felipe Schmidt.

O desenvolvimento da industria pecuária, com medidas asseguradoras para o aumento da produção e seleção das raças mais adaptáveis ao nosso clima e pastagens naturais, tem sido uma das preocupações do Governo que, por todos os meios, facilita a introdução de reprodutores das diversas espécies de gado, importados pelos industriaes. Seria conveniente uma lei mais rigorosa relativa a matança de vaccas, de modo a evitar o decréscimo da produção, o que fatalmente se dará como regimem actual.¹⁹⁶

A questão de limites com o Estado do Paraná assumia um caracter de extrema gravidade. A revolta de fanáticos alastrava-se assustadoramente, perturbando a vida do Estado e empobrecendo a região onde existe a nossa riqueza pastoril. Obrigado a sacrifícios imprevistos, o Thesouro forçosamente se encontrava em situação precária.¹⁹⁷

Como resultado desse processo e dada a vinculação do tropeirismo a sociedade regional, a crise do tropeirismo e da pecuária nos estados contestados, potencializou a crise social que a região vivenciou. O fim da economia tropeira não foi acompanhada ou substituída por outras atividades e estruturas econômicas equivalentes, sobretudo, pela incompatibilidade desse modelo produtivo para com as estruturas do capitalismo moderno e sua mercadorização. Segundo Carlos Cavalcante. “A Indústria pastoril definha entre

¹⁹⁵ Machado. Paulo, Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas, SP: Unicamp, 2004. p.143.

¹⁹⁵ Id p. 61.

¹⁹⁶ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Affonso Alves de Camargo. 1919. p. 27.

¹⁹⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt. 1918. p. 06.

nós, é verdade sabida, o que muito tem preocupado o governo, cuja acção de combate contra os fatores que de longa data nos vieram trazendo a semelhante situação, tem sido contínua.”¹⁹⁸ Sem alternativas econômicas e sem qualquer perspectivas imediatas, milhares de sertanejos forçados a saírem de suas terras, por ferro ou por fome, passam a integrar uma massa errante, que em parte nos redutos buscou acolhida.

O definhamento da pecuária na região do Contestado tem aspectos vinculados indiretamente ao progressivo transporte ferroviário, não unicamente no transporte de gado bovino e muar, mas de madeira e mate. Um dos fatores de retração da pecuária foi à crescente valorização da madeira e do mate, escoados facilmente através do transporte ferroviário. Portanto, as novas dinâmicas econômicas presentes no sertão debilitam o setor pecuário com a crescente demanda de madeira e mate.

3.4 O EXTRATIVISMO DO MATE E DA MADEIRA E AS DISPUTAS FISCAIS

Todos esses processos de transformação não diferentemente atingiram as economias do mate e da madeira e seus modelos produtivos, a ampliação e a vultuosidade desse processo alcançaram no extrativismo seu mais alto dinamismo, da mesma forma seus impactos. A ampliação crescente do extrativismo em nível regional foi uma consequência direta, da crescente infra-estrutura que se desenvolveu paralelamente a ampliação do aparato ferroviário. A construção de ferrovias redimensionou as possibilidades econômicas em relação ao extrativismo do mate e da madeira, ao mesmo tempo, em que criou uma especialização produtiva e um prolongamento da cadeia produtiva. “E, se tivermos a felicidade de ver realizadas as outras estradas de ferro projectadas e em estudos, poderemos estar seguros de que o nosso Estado será, então, um dos mais prósperos do Brazil. Para tanto só precisamos de viação férrea.”¹⁹⁹

¹⁹⁸ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1915. p. 36.

¹⁹⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 156

O mate e a madeira desenvolveram-se como as mais importantes economias dos estados do Paraná e Santa Catarina durante o século XX, “as florestas intermináveis de pinho e de herva-matte, bastariam para fazer a prosperidade econômica do Estado”.²⁰⁰ Entretanto, mais importante, que apresentarmos números, coeficientes de crescimento, arrecadação e dados gerais sobre exportações, é perceber como esse processo excluiu e marginalizou o sertanejo e como a modernização da economia extrativista impactou direta e indiretamente em toda a dinâmica social dos sertões do Contestado, para Vidal Ramos:

Outr’ora tão injustamente esquecido no plano de viação geral do paiz. Estou convencido de que a facilidade de comunicações que se vae estabelecendo, entre o interior do Estado e os seus portos marítimos, contribuirá eficazmente para o augmento da nossa exportação de madeiras, herva matte e outros productos. São, como sabeis, interináveis as nossas florestas de madeiras de lei. Só o pinho, que possuimos de excellente qualidade, é bastante para avolumar de maneira extraordinária o nosso commercio de madeiras. Pode-se dizer que a maior parte dos nossos hervaes de melhor qualidade são ainda mal aproveitados, por falta de transporte conveniente para os pontos de sahida do producto, em demanda dos mercados consumidores.²⁰¹

Evidentemente que as expectativas logo se transformaram em realidade, o crescimento da economia extrativista modificou a dinâmica produtiva regional, pois, ainda que essa economia extrativista já se desenvolvesse nas regiões em questão, a ampliação dos processos produtivos e o crescimento da demanda para o mate e madeira, tanto no mercado interno como externo, na primeira metade do século XX, ampliaram o processo produtivo regional significativamente. O crescimento da economia extrativista e as possibilidades econômicas que surgiam, impactaram a dinâmica produtiva artesanal, forçada pela industrialização. Esse processo articulou-se de dois modos diferentes, entretanto complementares: o primeiro ensejou-se pela mudança do processo extrativo do mate, a coleta familiar de caráter econômico complementar, gradualmente se transforma em uma economia distinta, realizada por grupos numerosos, turmas de ervateiros, que desenvolviam o

²⁰⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1911. p. 68.

²⁰¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1913. p. 97.

trabalho dentro de uma cadeia produtiva ampliada, retirando da família a possibilidade de um pequeno ganho, com a eventual venda ou troca do produto cancheado artesanalmente. O prolongamento da cadeia produtiva, inseriu diversos outros elementos na economia do mate, atravessadores, turmeiros, capatazes, pequenos e médios negociantes agora, buscavam controlar cada vez mais o processo produtivo e as áreas de coleta, retirando da família essa possibilidade econômica.

O segundo liga-se diretamente as áreas de coleta e desbaste das árvores de erva-mate, antes terras devolutas, podiam ser exploradas livremente ou sob licença ou negocio do grande proprietário. Entretanto com o crescimento da economia do mate e a ampliação do processo de coleta, viabilizado por suas novas dinâmicas, perceberam os grandes proprietários de terras, que poderiam auferir lucro direto, com a negociação da erva, terceirizando ou não o processo. Perceberam ainda, que as permissões de extração dadas aos seus agregados ou compadres pouco valiam, ante a monetarização daquela economia, sobretudo, pelos resultados econômicos mais concretos, que o dinheiro poderia trazer-lhes, em comparação as promessas ditas e laços de co-dependência muitas vezes, pouco exigidos, ou exigíveis. Em relação à extração da madeira o crescente processo de industrialização superou a dinâmica e o consumo regional, o crescimento da economia interna e as novas condições logísticas de transporte se somaram ao contexto da Primeira Guerra Mundial, assunto já abordado anteriormente, ampliando o mercado do pinho nacional. Tanto a economia da erva mate como a madeira, em seus redimensionamentos, alteraram a dinâmica produtiva e extrativa regional, pois ao ampliarem as condições de exploração econômica também revaloraram a terra, bem como diversas práticas sociais. Inusitado imaginarmos a ampliação e o crescimento dessas economias sem pensarmos, seus reflexos sociais para os diversos grupos, para o sertanejo não diferentemente, a industrialização do extrativismo se somou ao quadro de crise geral, entretanto para as elites e latifundiários essa nova realidade não era um problema:

A exportação de herva-matte, n'esse exercício, excedeu em mais de 3 milhões de kilos á do exercício anterior; á a maior exportação d'esse artigo até então effectuada, como se vê do quadro estatístico referente aos últimos 4 annos. 1905-1906 –

30.595.316, 1906-1907 – 36.133.750, 1907-1908 – 33.020.090, 1908-1909 – 36.604.920. Além d'essa quantidade foram exportados no exercício ultimo para o Norte do paiz e Europa 36.760 kilos, livres de impostos. O contracto lavrado entre o Estado e Jayme Ballão, para propaganda da herva-matte, caducou em meado da anno findo. O governo, com o intuito de animar a propaganda do nosso principal producto, expedio o Decreto nº. 466 de 26 de Setembro ultimo, concedendo isenção de impostos à herva-matte que for exportada para os Estados do Norte, como já antes o fizera quanto à exportada directamente para os mercados da Europa, Ásia e Estados Unidos da América do Norte.²⁰²

Da mesma forma:

Como medida econômica de grande alcance não menos importante seria a construção de uma boa via de comunicação entre a Villa de Campos Novos e Limeira, Estação da Estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, para facilitar a exportação da herva matte e madeiras de diversas essências que existem em grande quantidade naquelle município. Com esse objectivo mandei já proceder ao estudo do traçado e aguardo planta e orçamento para resolver a respeito.²⁰³

Durante décadas os extrativismos do mate e da madeira, deram o tom da economia regional, criaram equivalentes sociais e uma política estadual voltada para esses fins, pois sem a exigência de muitos investimentos, em meio ao crescimento de suas demandas, poderiam os Estados do Paraná e Santa Catarina, ampliarem suas economias e arrecadações dentro de modelos produtivos e tecnológicos já dominados. Ainda que os investimentos necessários para a ampliação dessas importantes economias, exigissem capitais de médio porte, a própria dinâmica produtiva e a ampliação da economia extrativista, disponibilizou os capitais necessários para seu desenvolvimento. Podemos em parte, perceber essa dinâmica quando analisamos, fragmentos das Mensagens aos Congressos Legislativos Estaduais, no início do século XX, anos que correspondem a abertura do tráfego ferroviário na São Paulo Rio Grande, trecho União da Vitória, PR – Marcelino Ramos, RS.

Para Gustavo Richard, governador catarinense a exploração econômica do mate e da madeira seriam importantes mecanismos de crescimento econômico publico e particular, o surgimento de uma nova e

²⁰² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1910. p. 14.

²⁰³ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Gustavo Richard. 1910. p. 30.

poderosa economia extrativista criaria um novo segmento produtivo ao mesmo tempo em que ampliaria a arrecadação, parece que todas as apostas estavam direcionadas para o extrativismo. Já Francisco Xavier em 1910, aponta um crescimento anual da indústria madeireira no Paraná de 64,87 %, assinalando o melhoramento tecnológico da segunda maior economia paranaense, em breve a primeira. Dessa forma podemos perceber que a visão dos Estados e o desenvolvimento de uma política econômica, em nível estadual, fomentou a exploração vegetal, seus resultados e suas consequências. Já apresentamos anteriormente²⁰⁴ os percentuais de crescimento da economia madeireira paranaense e catarinense, sua curva de ascensão mostra não só a dimensão de sua evolução, mas também nos permite pensar os impactos e transformações resultantes dos seus próprios percentuais e da conjuntura no início do século XX.

Temos pois necessidade urgente de crear novas fontes de renda se quizermos sahir do círculo vicioso em que nos achamos e levar o Estado na vereda do progresso, desenvolvendo as suas riquezas naturaes, fomentando dest'arte a fortuna publica e particular.²⁰⁵

Ou ainda:

As madeiras figuram em segundo lugar no quadro geral da nossa exportação. O seu valor oficial foi de 1.729:813\$286 rs. Contra 1.049:155\$836 rs., no exercício anterior. Esse augmento é um facto auspicioso para a importante industria, que dia a dia se desenvolve no estado, a julgar pela grande quantidade de machinas importadas, já para a montagem de novos serviços, já para o melhoramento das existentes.²⁰⁶

Os resultados desses processos foram sentidos por toda uma sociedade, os reflexos dessa política econômica não possuem paralelo na história brasileira, a devastação florestal e suas consequências catastróficas, marcaram tão fortemente as regiões em questão, que já em 1918, o governador catarinense Felipe Schmidt advertia. “O replantio das florestas é uma necessidade e não se deve permitir que não o façam os estabelecimentos industriaes que se encarregam da exploração da nossa riqueza florestal, mas

²⁰⁴ O percentual de crescimento da indústria madeireira paranaense de 1910 a 1920 é de 1985,48% e a catarinense é de 151,35%.

²⁰⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Gustavo Richard. 1910. p. 41.

²⁰⁶ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1911. p. 17.

destroem essa riqueza, empobrecendo a terra e modificando o clima”.²⁰⁷ Do sonho, das promessas de riqueza, permaneceu a dura realidade da exploração extrativista, segundo Derengoski somente a serraria de Três Barras, pertencente a Lumber “derrubava cerca de cinco milhões de pés de pinheiros araucárias por ano, de longe a maior devastação já realizada no mundo, comparável às queimadas da Amazônia e da Indonésia”²⁰⁸.

Já a transformação da economia ervateira apesar de menos impactante, em termos ambientais, foi a que mais rapidamente atingiu o modelo extrativista artesanal, retirando da família sertaneja importante fonte de renda. Se analisarmos os dados de exportação catarinense de erva mate, podemos constatar que o referido produto ocupou no decênio de 1910 a 1920 a condição de maior e mais lucrativo produto de exportação catarinense. Além de percebermos sua importância econômica não podemos deixar de pensar nas transformações sociais resultantes desse processo em seu desenvolvimento.

Tabela III

Exportação de Mate em Réis – Santa Catarina²⁰⁹

ANO	Réis
1910	1.286:834
1911	1.287:784
1912	1.164:589
1913	982:239
1914	1.168:017
1915	985:222
1916	1.491:046
1917	4.042:542
1918	3.645:876
1919	9.420:967
1920	6.860:339

²⁰⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt 1918. p. 51.

²⁰⁸ DERENGOSKI, Paulo Ramos. **A Guerra no Contestado**. Florianópolis: insular, 2000. p. 29.

²⁰⁹ CUNHA, Idaulo José. **Evolução econômico-industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação de Cultura Catarinense, 1982. p. 100.

Ao analisarmos os valores de exportação, desconsiderados o comércio interno e sua variação monetária, podemos perceber algumas esclarecedoras perspectivas. Os valores de exportação de mate catarinense no início do século XX, permanecem estáveis até 1912, à queda verificada em torno de - 15,7 % se deve ao início dos conflitos no Contestado, em regiões produtoras. Apesar da retomada do crescimento nas exportações em 1914, cerca de 19%, as exportações voltam a cair em 1915, em números de 15,7% aproximadamente, elevando-se progressivamente a partir de 1916 com o fim do conflito e a assinatura do Acordo de Limites no mesmo ano, sobretudo quando Santa Catarina acaba por incorporar a maior parte dos territórios contestados. Isso pode ser percebido se compararmos a variação total dos valores de exportação do decênio em 444%, com a variação parcial dos anos de 1916 a 1919, alcançando os percentuais de 531,83%, num crescimento de exportações maior que a natural dinâmica econômica até então desenvolvida. Problemática evidenciada por Felipe Schmidt, “Com a anexação da parte do território Contestado que nos cabe, passaremos a ser um dos grandes produtores de herva-matte.”²¹⁰

Além de uma crescente disputa fiscal, pela exportação e comércio da erva mate, desenvolvida com o Estado do Paraná, não é somente a anexação territorial que redimensiona a economia ervateira e madeireira em Santa Catarina, soma-se a esse processo a crescente integração da malha ferroviária no referido estado. “Em 1º de Outubro de 1913 abriu-se ao tráfego provisório o trecho entre as estações de Três Barras e Canoinhas, com a extensão de 11.555 metros.”²¹¹. O que pode ser percebido em dois momentos diferentes:

As barreiras estabelecidas na zona reivindicada por sua vez paralyzan as transacções commerciaes dos municípios do Norte, difficultando, pelo tributo imposto pelo Paraná, a entrada da herva matte em nossa território, diminuindo assim sensivelmente a saída do producto beneficiado, vendo-se o Governo obrigado, em vista das constantes reclamações do commercio exportador de Joinville e para atenuar em parte os effeitos preduciaes e ruinosos da medida institucional e arbitaria do Estado visinho, a

²¹⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Felipe Schmidt 1917. p. 71.

²¹¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1914. p. 201

baixar o Decreto n. 471 de Setembro do anno findo, reduzindo de 33% os direitos de exportação e o valor official a 22 rs. O kilo com prejuízo superior a 20 contos em um só trimestre.²¹²

A exploração de madeira promete augmentar extraordinariamente, não só devido à procura sempre crescente, como pela facilidade de transporte, em consequência do desenvolvimento da viação é lícito prever que será colossal a nossa exportação de madeiras, quando a viação férrea do Estado attingir as enormes florestas de araucaria do planalto central.²¹³

A guerra fiscal não foi à única consequência, o avanço sobre as terras devolutas e a disputa territorial, opôs interesses estaduais e suas oligarquias, tencionando as disputas territoriais e suas possibilidades econômicas. Nas áreas em disputa. Segundo Machado, “o planalto norte catarinense, em divisa com o Paraná, nos vales dos rios Negro e Iguazu, é a região onde se localizava a maior quantidade de ervais nativos, onde a folha de erva-mate era colhida de ervais em sua maioria devolutos.”²¹⁴ Somada a Questão de Limites, surgida com a emancipação política do Paraná em 1853, baseava-se na indefinição das divisas territoriais com o estado de Santa Catarina, dessas incertezas e da crescente colonização, as disputas territoriais tornaram-se objeto jurídico entre os dois Estados, com ação impetrada por Santa Catarina em 1904 no Supremo Tribunal Federal. Como resultado, “A contenda, que por motivo de linhas de fronteiras, os nossos antepassados viram explodir entre nós e os nossos visinhos de sueste, continua desgraçadamente a produzir os mais fundos males ao Estado, é a própria República.”²¹⁵

De todo o processo, em diversos momentos os estados em questão apresentaram embargos e contestações jurídicas as decisões judiciais, dessa contestação, surge o termo região contestada, que posteriormente empresta o nome ao conflito regional. As disputas jurídicas e o acirramento dos ânimos entre os estados vizinhos nada mais é do que a materialização dos interesses econômicos na região, já que o choque da expansão territorial paranaense e catarinense se dá às margens dos rios Iguazu e Paciência, entre as cidades de

²¹² Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina. Presidente de Estado. Gustavo Richard. 1910. p. 39-40.

²¹³ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Santa Catarina Presidente de Estado. Vidal José de Oliveira Ramos. 1912. p. 148.

²¹⁴ MACHADO. Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004. p.133.

²¹⁵ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1915. p. 5.

União da Vitória - PR e Canoinhas - SC. Nesse contexto, somadas as indefinições legais passam os dois estados a defender seus interesses em sucessivas legitimações territoriais e fiscais, na criação de foros ora do Paraná, ora de Santa Catarina, nas mesmas regiões se sobrepunham interesses, bem como lançavam uma insegurança jurídica reinante, como podemos observar nas palavras de Francisco Xavier da Silva, governador do Estado do Paraná em discurso na Assembléia Estadual Paranaense em 1911.

Em sessão de 26 de Julho do anno anterior o Supremo Tribunal Federal rejeitou, por maioria de votos, os embargos de declaração oferecidos por parte do Estado do Paraná ao Accordan que confirmara o que havia sido proferido em 24 de Dezembro de 1909, relativamente á acção originária de reivindicação que ao mesmo Estado move o de Santa Catharina. Corridos todos os tramites legaes da acção, perante o Egrégio Tribunal, em data de 27 de Dezembro ultimo, foi assignada a carta de sentença á requerimento do Estado contendor. Certo os paranaenses que, sem excepção, tão vivo interesse vêm manifestando pelo desenlace d'esta magna questão de limites, não podem deixar de reconhecer que os poderes constituídos do Estado hão de continuar a usar agora, e em todo o tempo sem desfallecimento, de todos os meios legaes para defender.²¹⁶

As disputas pelos ervais da região aumentaram crescentemente na mesma proporção que a violência, as disputas pela incorporação das áreas extrativistas, se conforma em conflito, opondo ervateiros, grupos políticos e os estados do Paraná e Santa Catarina, a tensão ampliada em relação as disputas territoriais no Contestado, foram insuflados pelas imprensas dos dois estados, tornando-se um dos assuntos primeiros, nas mensagens anuais dos presidentes de província durante o período. Afloraram os regionalismos, tencionados constantemente quando do andar da tramitação das ações e embargos declaratórios e suspensivos pelo Supremo Tribunal Federal. Mais que rapidamente essas noticias tomavam o horizonte político dos estados limítrofes, as inferências a usurpação, invasão se revezavam de lado e de vez.

Toda a ressonância da disputa aumentava a insegurança nos vales dos rios Paciência, Negro, Iguaçu e Timbó, região de contato entre paranaenses e catarinenses, a continuada indefinição territorial abria caminho para oportunistas e aproveitadores que buscavam algum ganho econômico

²¹⁶ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1911. p. 05.

com a erva-mate e a madeira ou mesmo a legitimação de terras, jogando com a ausência do aparelho burocrático estadual, ou mesmo sua interposição. Os impostos eram pagos quando exigidos, ora por parte do Paraná, ora Santa Catarina, as legitimações de terras, iam na mesma direção, proprietários diversos, apresentavam certidões de propriedade sobre a mesma terra, na indecisão recorria-se a bala, quadro evidenciado por Francisco Xavier da Silva:

Dessas questões, a mais importante, como não ignoraes, é a que interessa igualmente ao Estado de Santa Catharina, já pela amplitude da área territorial que abrange, já pelos constantes conflictos a que deu lugar, não só entre autoridades, mas também entre cidadãos deste e daquelle Estado, como se fôramos estrangeiros e não filhos da mesma gloriosa Pátria.²¹⁷

Ou ainda:

Cumpre-me declarar que, à despeito de telegramas, em sentido contrario, transmitidos de Florianópolis para a Capital Federal, as autoridades paranaenses jamais se afastaram da linha divisória do território sob a jurisdição, respeitando, assim, o ajustado *status quo* e que os conflictos que lá occorreram foram provocados por incurssões de autoridades catharinenses n'esse território.²¹⁸

Na mesma medida também cresceu a sede fiscal dos litigantes, já que a criação ou imposição de distritos fiscais regulares legitimaria as pretensões de posse paranaense ou catarinense, também foram constantes as destituições, em geral pela violência, de postos fiscais nos rios Negro e Timbó, simplesmente os corpos de segurança dos respectivos estados ou algum coronel interessado, em mudar o lado da cobrança de impostos, chegava ao posto fiscal, expulsava os fiscais e a pequena guarda presente, em geral eram ameaçados e colocados “pra correr,” se aproveitando da mesma estrutura, por vezes no mesmo lado do rio, tributavam-se as mercadorias normalmente, até uma nova destituição. Evidentemente que essas disputas tributárias não interessavam somente aos estados regionais, toda a sociedade por vezes, freqüentemente se sentia aviltada, ora como as continuadas violências, ora com a necessidade de pagamento de tributos outrora recolhidos.

Também as economias da madeira, mas, sobretudo a exportação do mate, sentiram os reflexos dessa alternância, o que pode ser percebido na

²¹⁷ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1913. p. 07.

²¹⁸ Id. p. 8-9.

diferença das exportações de mate e madeira dos estados paranaenses e catarinenses, já apresentadas. Os valores, quantidades e percentuais que oscilam em grande amplitude, em grande parte, resultam das disputas fiscais continuadas, que ora favoreciam as exportações em Santa Catarina, pelo Porto de São Francisco, ora as exportações do Paraná, pelo Porto de Paranaguá. Problemática em parte evidenciada por Francisco Xavier da Silva e Carlos Cavalcante, ambos chefes do executivo paranaense:

Um dos factos mais importantes ocorridos no interregno da vossa reunião foi o estabelecimento do serviço de fiscalização de impostos na zona a margem esquerda do rio-Negro. Desde longos annos aquella parte do território paranaense estava gozando de um privilégio de facto, que consistia em não pagar os impostos devidos ao Estado sobre os seus productos exportados para o visinho Estado de S. Catharina, principalmente herva-matte. Exercendo o Paraná jurisdição plena n'aquella fronteira, se escoavam para o Estado visinho. Por deceto n. 120 de 19 de Março do anno findo foi creado, annexo a Agencia Fiscal do Rio Negro, o serviço de fiscalização de impostos a cargo de um chefe e guardas collocados em pontos convenientes, respeitando rigorosamente a linha divisória da jurisdição de cada Estado. Feridos em seus interesses, exportadores de herva-matte, em Setembro ultimo, se opposeram ao funcionamento da agência fiscal que estacionava a margem esquerda do rio Preto e, a acommettendo a mão armada, a obrigaram a se retirar, assim como o pequeno contingente de força policial alli destacado.²¹⁹

De outra forma:

União da Victoria um distrito policial com a denominação de Timbó, veio a lei catharinense n. 901 de 12 de Setembro de 1911, isto é dez annos mais tarde, a pretexto de elevar a categoria de município aquele mesmo districto de Santa Cruz de Canoinhas, dilatar seus limites até o citado rio Timbó. Mas essa posse e jurisdição que os catharinenses procuraram a todo transe alli firmar pelo processo exposto, tumultuário e próprio a desencadeiar os conflictos e malquerenças que infelicitam os dous povos, no que se refere ao alludido Timbó, ficaram apenas no papel em que foram escriptos as leis e actos de seu Estado.²²⁰

As disputas oficiais entre os estados do Paraná e Santa Catarina, cessam com o fim da Guerra do Contestado em 1916, no mesmo ano é celebrado o Acordo de Limites que encerra a questão, territórios demarcados, jurisdições asseguradas, impostos auferidos, tudo volta a “normalidade”, menos

²¹⁹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Francisco Xavier da Silva. 1910. p. 16.

²²⁰ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1916. p. 10.

para os sertanejos, sem lugar, sem voz, sem vez. O desfecho de todo esse processo manifestou-se “profeticamente” no telegrama, enviado ao Presidente da Republica Venceslau Brás, por Carlos Cavalcante:

Sobre o Termo do Timbó cumpre-me dizer a V. Ex. que tendo sido informado pela autoridade militar federal que alli se estavam apresentando numerosos grupos de ex-<fanáticos>, na mais profunda miséria, esfaimados todos e muitos em completa nudez, mandei socorrer-os pelas autoridades competentes, como me cumpria, mantendo-se elles até agora em attitude pacifica e já entregues ao trabalho. Assim não houve invasão a mão armada nessa zona, mais simples apresentação de desgraçados sertanejos aos quaes era forçoso dar assistência, embora com sacrifício do Estado, o que continuarei a fazer enquanto se mantiverem como até hoje dedicados ao trabalho e respeitadores das leis.²²¹

Pela fala de Carlos Cavalcante, podemos perceber a síntese do discurso da modernidade construído pelas elites políticas paranaenses e o resultado do confronto em um novo horizonte de possibilidades. Os “ex fanáticos”, agora submetidos a ordem do Estado, aos valores modernos, deveriam por sua condição pacifica e docilidade serem integrados a sociedade moderna. Sua miséria seria o atestado de sua derrota, de seu erro, pois personificavam em sua nudez, fome e desolação sua condição física, um equivalente e consequencia de seu pensamento bárbaro. Nessa perspectiva vem o Estado socorrê-los, outrora os massacravam. O quadro político do fim da guerra reconfigura o discurso oficial do Estado, da guerra a integração, de inimigos da civilização a desgraçados a serem tutelados, a graça viria pela mão do Estado, desde que se mantivessem dedicados ao trabalho e respeitadores das leis, sobretudo, obedientes e civilizados. O que também podemos constatar no pensamento do General Setembrino de Carvalho:

E esse é o indiferentismo, o descaso dos governadores pelas populações sertanejas, que torna cada habitante num paria da sociedade moderna. Sem os lampejos da luz da espingarda pela instrução, que illumina a intelligencia, aclara a razão, gerando a consciência humana: isolados nas rugosidades da terra, coberta por espessas e luxuriantes mattas, onde o sol mal penetra a intermittencias; insulados por altaneiras serras que parece embargar-lhes o passo para um destino elevado: sem o conforto de uma fé, que abrange os instinctos de uma natureza selvagem, despertando o altruísmo; entregue tão somente ás influências do

²²¹ Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná. Presidente de Estado. Carlos Cavalcante de Albuquerque. 1916. p. 24.

meio bruto em que nasceu e se desenvolve, o pobre sertanejo arrastará perenamente uma existência que contrasta com a nossa civilização. Vencidos hoje no vale de Santa Maria revoltar-se-hão amanhã, se uma acção benéfica e persistente dos poderes públicos não se estender até aquellos recantos do Contestado, rasgando-lhes os bons sentimentos humanos, incorporando-os, enfim, á sociedade civilisada. O problema não é difícil e, se no presente accarreta pesados sacrificios de ordem material estes serão, no futuro resultados de toda natureza, indubitavelmente colhidos. Basta, para isso, que abandonemos a attitude contemplativa com que consideramos os nossos grandes thesouros naturaes abrigados em nossas terras e ditando as fronteiras do trabalho, adoptemos os exemplos dos povos que fundaram a sua própria grandeza, na utilização real dos elementos de riqueza do solo, melhorando-os, modificando-os, transformando-os pelo labor intelligente dos seus filhos, consoante os progressos do engenho humano.²²²

Não diferentemente, Ao final da Guerra do Contestado o Comandante Geral das forças federais, General Setembrino de Carvalho, na cidade de Curitiba, em 09 de maio de 1915, profere seu “discurso da vitória”, trinta e seis dias depois da queda do último grande reduto, o de Santa Maria, comandado por Aleixo Gonçalves de Lima. Nas palavras de Setembrino de Carvalho, a indiferença e o abandono do Estado, para com seus filhos, lançou o sertanejo à selvageria, sua brutalidade opôs-se a civilidade, dando lugar naqueles sertões, na rugosidade da terra, a parias distantes da sociedade moderna. Vencidos hoje, poderiam no amanhã, vir a se levantar novamente, caso o poder e a ação pública, não se apresentasse, modificando seus instintos selvagens, pela instrução iluminadora. Sentencia Setembrino de Carvalho que a inação e o indiferentismo contemplativo, em relação aos recantos do Contestado deveria dar lugar a ação laborativa, a engenhosidade humana, palavras de um discurso de modernidade.

Que a natureza que outrora lançou aqueles sertanejos a barbárie incivilizada, possam agora pela ação inteligente transformar-se em progresso. O discurso da modernidade, seus lampejos, a maquinação e a tecnificação de tudo, esse novo imaginário, essa ideia – força passou a construir e legitimar uma nova ordem criadora e redentora de um novo mundo, pois os “errantes do velho século” não mais tinham ali qualquer lugar ou vontade.

²²² CARVALHO, Setembrino. **Relatório da campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1915.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Só teremos compreendido profundamente o que houve nos sertões do Paraná e de Santa Catarina se considerarmos os fenômenos aí registrados como decorrentes de uma crise de estrutura.²²³

Todas as sociedades encontram-se em processo de transformação, entretanto, deve-se perceber que os ritmos ou intensidades dessa mudança variam ampla e sistematicamente, bem como, atingem diferentes dimensões. Dessa forma, o cotidiano se torna uma importante perspectiva de análise, pois nada historicamente está para além do cotidiano ou limitado por este, nem se realiza de forma única, sua heterogeneidade de perspectivas e possibilidades é tão ampla como também hierarquizada. São partes orgânicas, que adequam-se em função da diversidade econômica e pluralidade social, mecanismos necessários a própria construção do cotidiano, pois suas variedades regulam as rotinas do movimento simultâneo. O cotidiano não é uma parte da sociedade, nem é uma perspectiva menor da cultura, na realidade o cotidiano é, e possui um caráter central nas relações humanas. Em sua amplitude e importância constatamos a relação das forças e sua hierarquização, pois, nem todas as perspectivas do cotidiano exercem sobre as demais as mesmas influências e resultados. A capacidade que todas as estruturas e perspectivas do cotidiano funcionem naturalmente permite compreender, que nenhuma delas se realiza em sua totalidade isoladamente. Interessa, portanto, perceber que as transformações do cotidiano e sua intensidade possuem um começo, um elemento desencadeador, que progressivamente atinge outros espaços, ampliando o processo de mudança ou afetação, desdobrando-se continuamente.

Apesar das abordagens historiográficas diferenciadas, em relação ao Contestado, não existem divergências significativas entre os diversos autores, independentemente de suas perspectivas, religiosas, sociais ou econômicas ou ainda, a soma delas, acerca do papel das mudanças de caráter estrutural naqueles sertões na virada de século. A modernização, o capitalismo, a industrialização, a crise do compadrio, das tradições e da religiosidade, ladeiam

²²³ QUEIROZ. Maurício Vinhas. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 249.

as mais diferentes vertentes interpretativas acerca da Guerra ou Movimento do Contestado. Isso indica, de certa forma, um consenso histórico sobre as relações e o desenvolvimento de uma perspectiva histórica comum, reforçando o entendimento da historiografia sobre o processo de transformação da sociedade regional, ainda que as manifestações ou os caminhos desse processo divirjam em diversas vertentes interpretativas, a historiografia não se contrapôs à modernidade e seus desdobramentos.

Os sertões paranaense e catarinense no principiar do século XX, não eram terras distantes, selvagens e incivilizadas, na verdade, a civilização e a modernidade lá já haviam chegado, não ainda, em condições de transformar toda a sociedade sertaneja. Mas as novas vontades, os novos maquinismos e suas possibilidades forçaram a sociedade cabocla em direção ao progresso. Entretanto, esse desejo, esse sonho não se apresentou ao caboclo de forma tão espetacular, a precarização do trabalho, as transformações produtivas, as mudanças no cotidiano e a ruptura social evidenciaram seu lado mais cruel. A relação entre a experiência e a expectativa não permitiu aos caboclos vislumbrarem a continuidade de seu mundo, de seus costumes. Sem a condição de projetarem o futuro a partir do presente, e cada vez mais explorados e marginalizados, buscou-se na religiosidade, na principal característica da cultura cabocla um fio de esperança na manutenção de sua cultura.

A religiosidade transformou-se em um grande fio condutor da rebeldia cabocla, o cristianismo rústico, se aproximava da ética e da economia moral do sertanejo, a igualdade, partilha e a bem-aventurança, permeavam não só o discurso caboclo como também seus hábitos. O próprio compadrio personificava um paternalismo que tanto possuía uma vertente material, como espiritual, o mundo secular e o espiritual estavam imbricados, urdidos de forma tão intensa que eram uma extensão do cotidiano. Nesse contexto, qualquer mudança no mundo material criaria equivalentes no mundo espiritual dos sertanejos e suas representações, da mesma forma, a transformação da realidade forçou a reelaboração da religiosidade numa tentativa de manutenção daquela sociedade ou de seus parâmetros reguladores.

O que importa perceber é como a modernização regional passou por um processo de intensificação e crescimento continuado, forçando pela

ampliação e pela racionalização produtiva toda uma economicidade. Essa desregulação e o ritmo da mudança não foram assimilados pela sociedade cabocla, dessa incompatibilidade toda uma sociedade foi colocada “de cabeça para baixo”. O crescimento e a adesão dos caboclos, dos “pelados,” a “guerra santa,” traduz a dimensão da crise regional e a intensidade dos confrontos contra coronéis e o próprio governo, o sentimento de rebeldia configurou-se num discurso político. Em diversos momentos os rebeldes manifestaram uma forte posição ideológica acerca de sua realidade e dos culpados por sua condição, diferentemente, “aos nossos olhos,” resultado de uma dinâmica que antecedeu todo o conflito. A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, trecho União da Vitória – PR a Marcelino Ramos – RS, criou condições de mudança, adaptação e implementação econômica que em nenhum outro momento a pecuária, nem mesmo os coronéis, nem o Estado conseguiram transformar, tanto quanto a ferrovia, com a magnitude e eficácia que o sistema capitalista articulou de maneira inconfundível.

No final de 1910, os trilhos de trem cortavam o Contestado de norte a sul, atravessavam o rio Iguaçu, ladeavam o rio Paciência e o rio do Peixe, áreas que sentiram os impactos e as transformações econômicas do capitalismo moderno, demonstrando a dimensão dessas transformações, apresentam-se uma série de dados, percentuais e valores acerca da economia regional em seu processo de mudança, retomando alguns desses dados, o crescimento da exportação madeireira em metros cúbicos, no Paraná, no decênio de 1910 a 1920 é de 2227,80%, da mesma forma, em Santa Catarina, a exportação de erva-mate em réis apresentou percentuais de crescimento no mesmo período da ordem de 531,83%, além disso, somente as concessões territoriais dadas à Brasil Raiwall Company para a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, em um único ano, 1910, perfizeram um montante de 15.000 mil Km² de domínio direto. Esses dados representam as conjecturas urdidas do processo de crise, pois se percebe-se sua dimensão, notadamente pode-se imaginar seus resultados sociais.

Dois meses depois, precisamente em 22 de outubro de 1912, o monge cairia morto no combate no Irani, começava então um dos maiores conflitos sociais do Brasil, sertanejos, caboclos pobres jogados à própria sorte, sem lugar ou condição, o pouco que possuem se esvai pelos dedos ante aos

interesses de coronéis latifundiários e dos capitais transnacionais. Acusados de bárbaros, incivilizados, ao buscarem a manutenção do seu modo de vida, se contrastaram com os modernos e edificantes valores da modernidade, a nova civilização não lhes deixou espaço. Partindo do trem, toda a trama de uma nova sociedade foi se costurando, a nova engenharia, a nova produtividade e as novas oportunidades redefiniram os horizontes de possibilidade, o que era de muitos se tornou de um só, aquilo que era livre fez-se propriedade, o que era da natureza agora é do homem, o rastro do gado agora é trilho.

Ao defender o papel central do trem em relação à emergência do Conflito do Contestado não se está postulando um reducionismo ou uma singularização absoluta que possa enquadrar todo o movimento do Contestado à soma de trilhos e dormentos. Acredita-se que a partir da ferrovia se cria um processo de encadeamento histórico responsável por uma reconfiguração de todos os espaços sociais, de toda uma “economia moral” que para cada novo avanço, necessita destruir aquilo que criara redimensionando novos métodos em detrimento dos antigos. As consequências para o caboclo do Contestado, para as populações desses sertões ainda são perceptíveis atualmente, como resultado da marginalização social e econômica, restou-lhe o subemprego, em geral, de mão-de-obra braçal, o acesso à terra ainda é um sonho, pois do processo de apropriação e grilagem territorial, restaram, em geral, latifúndios que acabam por ampliar a desigualdade histórica. Sem formação técnica e acusados de barbárie, permaneceram com seus recursos relativos limitados, o acesso à educação, à saúde e aos bens culturais lhes foi negado.

As regiões, nas quais se desenrolaram os confrontos, tiveram seus recursos naturais pilhados num ritmo e desdobramentos desconcertantes, por décadas, mesmo após o fim da guerra e da assinatura do Acordo de Limites, o abandono institucional era rompido somente em épocas de eleição. Com o passar dos anos, as regiões mantiveram o perfil econômico extrativista, sem a introdução de novas tecnologias e a diversificação produtiva adveio o retrocesso econômico, atualmente, não mais se escuta o apito do trem na “Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande”, o que se escuta é o lamento de toda uma sociedade.

5 LISTA DE FONTES

5.1 FONTES IMPRESSAS

Atas da câmara de União da Vitória de 1910 a 1920.

CARVALHO, Setembrino, de. Discurso da Vitória. em 09 de maio de 1915 Curitiba, Paraná.

MARTINS, Romário. A Republica. Edição Especial do Centenário 1822 – 1922, Curitiba, Paraná. 1922.

5.2 FONTES ELETRÔNICAS

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIA – disponível em <http://www.crl.uchicago.edu/content/brazil/parn.htm>

Mensagens dos Presidentes de Estado Paranaense.

Presidente Francisco Xavier da Silva. (1910 – 1912) p. 52.

Presidente Carlos Cavalcante de Albuquerque. (1913 – 1916) p. 202.

Presidente Afonso Alves Camargo. (1917 – 1920) p. 221

Mensagens dos Presidentes de Estado Catarinense.

Presidente Gustavo Richard. (1910) p. 55.

Presidente Vidal José de Oliveira Ramos. (1911 – 1914) p. 628

Presidente João Guimarães Pinho. (1915) p. 40.

Presidente Felipe Schmidt. (1916 – 1918) p. 228.

Presidente Hercílio Pedro da Luz. (1919-1920) p. 135

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. F. **Sindicato Farquhar**. Rio de Janeiro, 1915.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis** – luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UFP, 2003.

ASSUMPÇÃO, P. I. **Madeiras do Paraná**. Curitiba: Tipografia Alfredo Hoffmann, 1908.

AURAS, Marli Auras. **Guerra do Contestado** – A organização da irmandade cabocla. 4ª ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

BLACK, Cyril Edwin. **Dinâmica da modernização**. Estudo de história comparativa. Rio de Janeiro: Apec, 1971.

BOBBIO, N. MATTEUCI, N. PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BORNHEIM, G. **A invenção do novo**. In: NOVAES, A. (org.) **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1996.

BRAGA, A. P. **Concessão de terras**. Rio de Janeiro: TIP, Jornal do Comércio, 1921.

BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. (orgs) **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001.

BRUNO, Ernani Silva. **Pinheirais e Marinhas** – Paraná e Santa Catarina. São Paulo: Cultrix, 1959.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales: 1912 – 1989 – A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. **O que é a História Cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CARDOSO, F. H. (et. al.) **O Brasil republicano**, vol. 1: estrutura de poder e economia (1889 – 1930). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARVALHO, J. M. Bordados. In: **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARVALHO, Setembrino. **Relatório da campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. 1915.

CAVALCANTE, Walter Tenório. **Guerra do Contestado**, Verdade histórica. 2ªed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**.- 1. Artes de Fazer. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL Pierre. **A invenção do Cotidiano**.- 2. Morar, cozinhar. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, José Idaulo. **Evolução econômico – industrial de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DEREMGOSKI, Paulo Ramos. **Guerra no Contestado**. Florianópolis: Insular, 2000.

DILL, Teresa Machado da Silva. **Contestado, historiografia e literatura** (1980 – 2001) Passo Fundo: Universitária, 2004.

DOBRORUKA, Vicente. **História e Milenarismo**: Ensaio sobre tempo, história e o milênio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Estatísticas históricas do Brasil: **séries econômicas, demográficas e sociais** de 1550 a 1988. 2ª ed. Vol 3. Series Estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

FRAGA, Nilson César. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado**: Uma abordagem acerca da formação territorial do sul do Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4ª ed. São Paulo: Unesp, 1997.

GALLO, Ivone Cecília D'ávila. **O Contestado – O sonho do milênio igualitário**. Campinas: Unicamp, 1999.

GOFF, Jacques. L. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

GRAHAN, Richard. **Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil**. 1850 – 1914. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

HARDMAM, Francisco Foot. **Trem Fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEINEN, L. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina:** aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba: UNOESC, 1977.

HOBBSAWM, E. J.; RUDÉ, G. **Capitão Swing.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOBBSAWM, E. J. **A Era das revoluções:** Europa 1789 – 1848. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Era do capital, 1848 – 1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A Era dos impérios:** 1875 – 1914. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **A Questão do Nacionalismo:** nações e nacionalismo desde 1780, programa, mito e realidade. 1ª. ed. Portuguesa: Terramar, 1998.

_____. **a invenção das tradições.** 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914 – 1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Rebeldes primitivos:** Estudos sobre as Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

KNEBEL, R. L. **Belle époque ponta-grossense:** imigração, ferrovia, sétima arte e música. In: DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. (org.) **Espaço e cultura:** Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001.

KROETZ, L. R. **As estradas de ferro do Paraná:** 1880 – 1940. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.1985.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro em Santa Catarina:** 1910 – 1960. Tese (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. 1975.

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba: GRAFIPAR, 1981.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e libertários:** pensadores radicais no Brasil Independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOWE, Joseph. **O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha.** In História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil

Republicano vol 3 sociedade e política (1930 – 1964). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os Fanáticos**. Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos. 2ªed. Florianópolis: Editora da UfSC, 1999.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**. Campinas: Unicamp, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Dominação e expropriação**: o messianismo na resistência política do subalterno. In: **Revista Roteiro**. Joaçaba: FUOC (5) II, abr/jun, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Frente Pioneira e frente de expansão**: caracterização sociológica. In: **Revista Roteiro**. Joaçaba: FUOC (6), II, jul/set, 1981.

MARTINS, Romário. **Argumentos e subsídios: a questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1902.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

MIRANDA, A. **Contestado**. 19. ed. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

MONASTIRSKY, Leonel Brizola. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita Holleben Mello.; SAHR, Cicilian Luiza. Löwen. (org.) **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001.

MONTEIRO, Duglas, Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

NADALIN, Sergio Odilon. Paraná: **Ocupação do território, população e migrações**; Coleção história do Paraná; textos introdutórios. Curitiba: SEED, 2001.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**, Modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e Industrialização no Paraná**; Coleção história do Paraná; textos introdutórios. Curitiba: SEED, 2001.

PEIXOTO, João Batista.; PEIXOTO, Walter. **Produção, transporte e energia no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioex, 1957

PEREIRA, Magnus Roberto Mello. **Semeando iras rumo ao progresso:** (ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829 – 1889). Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PESAVENTO. Sandra Jatthy. **Exposições Universais** - Espetáculos da Modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PRADO JR., Caio Pardo. **História econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROST, Antoine.; VICENT, Gérard. (org.) **História da vida privada**, vol. 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

QUEIROZ. Maria Izaura, Pereira de. **O campesinato brasileiro**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

QUEIROZ. Maria Izaura, Pereira de. **O Coronelismo uma interpretação Sociológica**. In História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano vol. 1 estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1997.

QUEIROZ. Maria Izaura, Pereira de. **La “Guerre Sainte” au Brésil: lê mouvement Messianique du “Contestado”**. São Paulo: Seção gráfica de faculdade de Filosofia. USP. 1957.

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e conflito social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912 – 1916). 2. ed. São Paulo: Ática, 1977.

RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. (organizadoras). **Travessias e cruzamentos culturais**, a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **Vida material vida econômica:** Coleção história do Paraná; textos introdutórios. Curitiba: SEED, 2001.

SCHULER, Donaldo. **Império Caboclo**. 3ªed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

SERPA, Élio. **A Guerra do Contestado**. Florianópolis: UFSC, 1999.

SERPA, Élio. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SILVA. Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo Unesp, 1999.

SILVA, S.; SZMRECSÁNYI. (org) **História Econômica da Primeira República**. 2ª ed. São paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. 1. ed. Caçador: Imprensa Universal, 1981.

_____. **Sangue suor e lágrimas no chão Contestado**. Caçador: INCON Edições/UNC, 1992.

_____. **Trem de ferro**: história da ferrovia no Contestado. Florianópolis: Lunardelli, 1983.

THOMPSON, Edward Palmer **A formação da classe operária Inglesa**. - A árvore da Liberdade. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A formação da classe operária Inglesa**. - A maldição de adão. vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A formação da classe operária Inglesa**. - A força dos trabalhadores. vol. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em Comum** – estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Os Românticos** – A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONON, Eloy. **Ecos do Contestado**: Rebeldia Sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**: Apontamentos históricos da região do Contestado e do Sul do Paraná. Florianópolis: Imprensa Oficial, 2002.

TREVISAN, Edilberto. **Quando a província nasceu**: Influência do ciclo ervateiro de Morretes e porto de cima. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1998.

VILAÇA, Marco Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Coronel, Coronéis**: Apogeu e declínio do coronelismo no nordeste. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WEINHARDT, Marilene. **Mesmos crimes, outros discursos?** Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia expansão e decadência (1850 – 1920)**. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.